



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Protocolo: 01-021633/2026

Data/Hora Cadastro: 27/01/2026 16:44:15

Interessado Principal: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - FEAS

E-mail:

Telefone: 3316-5911

CPF/CNPJ: 14.814.139/0001-83

Unidade Administrativa:

Assunto Principal: 6563 - LICITAÇÃO / e-SUP

Código T.T.D.: 00-03-04 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - AQUISIÇÃO

Unidade Responsável: FEASADM - ADMINISTRAÇÃO

Atendimento: Prioridade Normal

Observações:

Esse documento é regulamentado pelo Decreto Municipal nº. 848 de 15 de agosto de 2018, que visa: promover a utilização de meios eletrônicos para a realização dos processos administrativos com segurança, transparência e economicidade; ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e comunicação; e facilitar o acesso dos cidadãos e da Administração às informações das diversas instâncias administrativas.

Obs: Para informações a respeito do andamento deste protocolo é possível a consulta no site:

[HTTP://CONSULTAPROTOCOLO.CURITIBA.PR.GOV.BR](http://CONSULTAPROTOCOLO.CURITIBA.PR.GOV.BR)



SÚMULA DAS INFORMAÇÕES DO PROTOCOLO - 01-021633/2026

Status do Protocolo:

EM ANDAMENTO

Informações de Cadastro:

Nome e Matrícula: LEANDRO CORADINI TRINDADE JUNIOR - 11937

Unidade de Cadastro: FEASADM - ADMINISTRAÇÃO

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 15:36:10



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASADM - ADMINISTRAÇÃO

PARA: FEAS / FEASADM - ADMINISTRAÇÃO

DOCUMENTO CADASTRADO E ENCAMINHADO AO SETOR RESPONSÁVEL PARA PROVIDÊNCIAS.

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

1.1 - 1- _ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR__CRED._GENERALISTA_%282%29_ASSINADO.PDF

1.2 - 2- _TERMO_DE_REFERENCIA__CRED._GENERALISTA_ULTIMA VERSAO.PDF

1.3 - 3- _JUSTIFICATIVA__CRED._GENERALISTA_%282%29_ASSINADO.PDF

1.4 - 4- _MATRIZ_DE_RISCOS__CRED._GENERALISTA_%282%29_ASSINADO.PDF

1.5 - 7 - JUSTIFICATIVA PREÇOS.PDF

1.6 - 6- MINUTA CONTRATO LEI 14.133 - GESTORES INDICADOS - CL. PAGAMENTO ALTERADA.DOCX

1.7 - REFERENCIAL DE PREÇOS V4_.PDF

1.8 - 1. E-MAIL SERGES.PDF

1.9 - 1.1 PROPOSTA SERGES.PDF

1.10 - 2. E-MAIL JDN.PDF

1.11 - 2.1. PROPOSTA JDN.PDF

1.12 - 3. EMAIL SMARTMED.PDF

1.13 - 3.1 PROPOSTA SMARTMED.PDF

1.14 - 4. EMAIL K. J. R., GESTÃO, VIDA E SAÚDE.PDF

1.15 - 4.1. PROPOSTA K. J. R. GESTÃO, VIDA E SAÚDE.PDF

1.16 - 5. PROPOSTA SMB.PDF

1.17 - 5.1 EMAIL SMB.PDF

1.18 - 6. EMAIL IDEC SAÚDE.PDF

1.19 - 6.1. PROPOSTA IDEC SAÚDE.PDF

1.20 - 7. E-MAIL GLOBAL MED SERVIÇOS EM SAÚDE.PDF

1.21 - 7.1. PROPOSTA GLOBAL MED SERVIÇOS EM SAÚDE.PDF

1.22 - CA 259-2025 - VIG 08-2026.PDF



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Curitiba , 27 de janeiro de 2026 - 16:44:18

Assinado eletronicamente por LEANDRO CORADINI TRINDADE JUNIOR - 11937 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 15:36:10



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade

Credenciamento de empresas para Contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

2. Área Requisitante

As necessidades são apresentadas pela Gerente Administrativa do Núcleo de Urgência e Emergência da Feas.

3. Levantamento de mercado

Foi realizado um levantamento detalhado do mercado de médicos generalistas na região de atuação da instituição contratante, visando identificar a disponibilidade, qualificação e condições de oferta desses profissionais.

Metodologia

I. Análise da Demanda:

- a. Levantamento das necessidades atuais de médicos generalistas na rede de saúde pública.

II. Perfil do Mercado:

- a. Investigação sobre o número total de médicos generalistas registrados nos conselhos regionais de medicina.
- b. Avaliação da distribuição demográfica e faixa etária dos médicos na região de interesse.

III. Capacidade de Atendimento:

- a. Avaliação da capacidade dos médicos generalistas existentes para atender à demanda atual e projetada.
- b. Análise da disponibilidade de consultórios, clínicas e hospitais para credenciamento.



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

IV. Condições Contratuais e Remuneração:

- a. Pesquisa sobre os modelos contratuais preferenciais pelos médicos generalistas.
- b. Levantamento das expectativas de remuneração e benefícios associados à prestação de serviços.

V. Benchmarking de Práticas:

- a. Comparação com práticas de credenciamento e contratação de médicos em outras instituições similares.
- b. Identificação de melhores práticas e lições aprendidas para otimização do processo.

VI. Resultados Esperados

- a. Relatório detalhado com análise quantitativa e qualitativa do mercado de médicos generalistas.
- b. Recomendações para estratégias de credenciamento que maximizem a cobertura e a qualidade dos serviços médicos.

VII. Referências

- a. Dados estatísticos dos conselhos regionais de medicina.
- b. Estudos de mercado e relatórios de instituições de saúde similares.

4. Da descrição do serviço como um todo

- I. O objeto desta contratação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto com o Termo de Referência;
- II. Os serviços serão realizados para atendimento de pacientes adulto e infantil, usuários do Sistema Único de Saúde nas unidades de rede de urgência emergência e Atenção Primária à Saúde em que a Feas atua na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.
- III. O quantitativo estimado está descrito na tabela abaixo:



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

Tabela 01. Descrição dos Serviços

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

IV. Os serviços deste objeto serão prestados nas dependências das unidades sob gestão da Fundação Estatal de Atenção à Saúde e SMS;

V. Os atendimentos serão exclusivos aos beneficiários do Sistema Único de Saúde do município de Curitiba:

VI. A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas e prescrição terapêutica como ato médico completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, conforme a Resolução 1.958/2010- Conselho Federal de Medicina.

VII. A contratada prestará os serviços 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, conforme escala mensal previamente acordada entre as partes e aprovada pela contratante;

VIII. A contratada deverá informar mensalmente a relação com os nomes dos profissionais elegíveis para realizar o plantão;



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

IX. Deverá ser informado a relação de 30 profissionais que a empresa poderá disponibilizar à Feas para prestação dos serviços;

X. A inscrição de novos profissionais fica sujeita a retirada de outros, na mesma quantidade de novos pedidos.

XI. Novos cadastros devem ser solicitados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização do primeiro plantão do profissional;

XII. A empresa é responsável por comunicar à Feas profissionais por ela informados para cadastro que não mais prestem serviços;

XIII. A contratada deverá realizar a cobertura dos horários extraordinários originados por atestados ou faltas, originados pela ausência dos médicos contratados pela Feas, a solicitação será realizada via mensagem em aplicativo de celular pela Contratante, a contratada deverá realizar o preenchimento em escala compartilhada, devendo a contratada providenciar a reposição em até 02 horas.

a. Caso não haja o preenchimento na planilha, de forma correta, a Contratante poderá, solicitar a reposição pela próxima responsável.

b. A empresa que não atender ao preenchimento da vaga, seja ela a responsável inicial, ou a chamada após a não cobertura das demais, será notificada e poderá ser penalizada pelo descumprimento contratual.

XIV. O pagamento será realizado e descontado com base no valor das horas previstas na tabela do item I.

a. Caso o profissional escalado pela empresa não cumpra, na média final dos atendimentos do plantão, o mínimo de 4 pacientes por hora, a quantidade de horas que forem levantadas sem os atendimentos mínimos não serão pagas;

b. A análise será feita por empregado designado pela gestão dos contratos da Feas e levará em consideração as circunstâncias do atendimento (perfil de atendimento, atendimentos na unidade, dentre outros)

XV. Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão, obrigatoriamente, possuir diploma de medicina, pelo menos 6 meses de inscrição de registro no Conselho de Classe e inscrição ativa CRM/PR. Cursos na área de atuação e experiência comprovada, bem com estar em dia com todas as demais exigências conforme estabelecem os Conselhos Regionais e Federal de Medicina;

XI. A Feas reserva- o direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

5. Da estimativa da demanda



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

Total de horas: 96.960

6. Do Pagamento por Performance

- I. O pagamento da hora normal será realizado conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, observado o cumprimento da meta mínima de atendimento de 04 (quatro) pacientes/hora.
- II. Os profissionais médicos que superarem a média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora farão jus a um adicional de performance, calculado progressivamente, conforme segue:
 - a. Para cada paciente acima da média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora, será acrescido 5% (cinco por cento) sobre o valor da hora



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

contratada.

b. O adicional de performance fica limitado ao máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora contratada, ainda que o número de atendimentos/hora seja superior a 08 (oito).

c. O cálculo será efetuado individualmente por profissional, com base no número médio de atendimentos/hora apurado ao final do plantão, a partir dos registros oficiais em prontuário e nos sistemas disponibilizados pela FEAS.

d. Propomos um sistema de avaliação contínua, cujos critérios, metas e processos de aferição serão integralmente refletidos no edital de licitação e no subsequente contrato de serviços

(Eliminatório)	Desempenho Mínimo	Consistência produtividade	Exclusão do profissional da escala após 3 plantões com média < 4 pacientes/hora (salvo baixa demanda comprovada).
Qualidade e Segurança	Qualidade Percebida	Apuração Ouvidoria	Exclusão imediata do profissional após uma ocorrência moderada/grave, devidamente apurada e qualificada.
(Eliminatório)	Registro Clínico	Conformidade auditoria	Mínimo de 95% de adequação em auditorias semanais (amostragem de 10% dos prontuários).
Disponibilidade	Engajamento Profissional	Verificação de Atividade no Sistema	Ação contratual se houver ausência prolongada e injustificada de atividade no prontuário eletrônico.
Eficiência	Racionalidade de Recursos	% de solicitações de exames e medicações parenterais	Metas de <5% e <15% e respectivamente, servindo como gatilho para auditoria qualitativa dos casos.



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

		(pacientes de baixo risco)	
Administrativo	Assiduidade e Pontualidade	% de acionamentos atendidos no prazo	Meta de cumprimento ≥98%.

III. Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos **Gestores da Área de Urgência e Emergência da FEAS**.

IV. Consolidação Mensal: Os dados serão compilados em um **Boletim de Desempenho** mensal. Este documento servirá como base para a conferência da fatura da empresa contratada, detalhando a composição da remuneração variável e justificando eventuais sanções.

V. Não será devido o pagamento do adicional quando houver inconsistências no registro dos atendimentos, falha na alimentação do sistema ou descumprimento dos protocolos institucionais.

VI. A FEAS poderá revisar, a cada 06 (seis) meses, os critérios de cálculo e os percentuais aplicados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os resultados alcançados.

VII. O adicional por performance tem caráter variável, não incorporável à remuneração contratual e condicionado exclusivamente ao desempenho aferido.

VIII. A previsão desse pagamento visa estimular a eficiência, a qualidade assistencial e a redução de riscos de desassistência, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão adotadas em contratações públicas e privadas de serviços médicos.

7. De contratações correlatas

Informo que hoje temos ativo na Fundação outros contratos provenientes do Credenciamento 001/2023 e, apesar da similaridade dos objetos, faz-se necessário novo processo licitatório para que atenda a demanda de todas as unidades da Feas.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável.



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

O novo processo de credenciamento para serviços médicos generalistas não é uma mera repetição do processo para as unidades da Feas, mas sim um novo objeto, que visa atender necessidades específicas destas unidades. Cada processo licitatório possui um objeto próprio, delimitado pelas características e particularidades das unidades envolvidas.

Os serviços médicos devem ser ajustado ao seu funcionamento, incluindo funcionalidades que atendam às demandas de todas as unidades da Feas, além de um fluxo de atendimentos, definidos posteriormente aos contratos anteriormente firmados. Por isso, a contratação deve ser tratada como um processo independente, considerando a especificidade do objeto e da unidade, sem que haja fragmentação indevida.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Contratos decorrentes do Credenciamento 001/2023, conforme item 6.

10. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade.

A contratação está prevista no planejamento de custos da instituição.

11. Resultados pretendidos, em termos de efetividade.

Garantir a prestação de serviço qualificado aos usuários do SUS de Curitiba – sem desassistência.

12. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

Não necessários; as unidades da Feas já se encontram totalmente capacitadas para gerir e fiscalizar o contratado, bem como oferecer todas as condições para efetivação dos serviços.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

Não há.

14. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Desta forma é totalmente viável e razoável a presente contratação.

Rosane Kraus
Gerente Administrativa NUE

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 15:36:10



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3°
andar Capão Raso –
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto

Credenciamento de empresas para Contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

2. Da justificativa

Tendo em vista que Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS é uma fundação pública de direito privado, órgão de administração indireta da prefeitura de Curitiba que executa e desenvolve ações no Sistema Único de Saúde (SUS), através de um contrato de gestão com a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, prestando serviço de atenção à saúde nas unidades: Hospital Municipal do Idoso, Centro médico comunitário bairro novo , Centro de atenção especializada, RUE (rede de urgência e emergência): Samu Móvel 7 ambulâncias suporte avançado, 2 unidades de transporte avançado para remoção entre serviços, complexo regulador de urgências e 9 Unidades de Pronto Atendimento (Upas) Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, Campo Comprido, CIC, Fazendinha, Pinheirinho, Sítio Cercado, Tatuquara, Atenção Primária à Saúde com fornecimento de médicos para completar escalas das 108 unidades municipais de saúde, Serviço de atenção domiciliar 20 equipes , 13 Centro atenção psico social (CAPS).

I. Considerando que os profissionais são contratados via Processo Seletivo Público, modalidade Celetista.

II. Considerando que há afastamentos para tratamento de saúde e licença maternidade, sendo que muitas horas de afastamento estão relacionadas às medidas sanitárias de controle epidemiológico que demandam isolamento respiratório e afastamentos legais (atestados, férias, licenças previstas na CLT).

III. Considerando que no banco formado através de chamamento de funcionários aprovados em PSP (processo seletivo público), não há previsão de contratação pontual e/ou esporádica, no sentido de atender à supracitada demanda (reposições por afastamentos diversos), tendo em vista o caráter contínuo da contratação, que é incompatível com trabalho temporário ou pontual.

IV. Considerando o período de sazonalidade, com aumento demanda de casos



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

respiratórios , Dengue entre outros agravos que culminam em maior número de atendimentos nas unidade e para isso necessita número de profissional em caracter temporário.

V. Considerando portarias e legislações vigentes que determinam um quantitativo mínimo de profissionais para manter o funcionamento dos serviços de forma ininterrupta garantida a qualidade e continuidade assistencial

VI. Considerando a situação necessidade de manter escalas médicas dentro do preconizado para prestação de assistência qualificada a população.

VII. Considerando que a disponibilização de escalas de volantes não garantem o preenchimento dos postos vagos de trabalho, e, diante do aumento imprevisível e inesperado no número de afastamentos de profissionais, síndromes respiratórias e demais agravos que demanda afastamento de ambiente de trabalho com dengue , dentre outros, que impede o trabalho.

VIII. Considerando que a abertura de horas extras também não garante o preenchimento dos postos vagos de trabalho, e, diante do aumento imprevisível e inesperado no número de afastamentos de profissionais, síndromes respiratórias em geral, dengue, dentre outros, que impede o trabalho.

IX. Considerando o princípio da economicidade no serviço público, onde a hora extraordinária devem ser eventuais e esporádicos para não onerar os cofres públicos de forma irregular, e, tendo sido constatado pós análise financeira que a contratação de mão de obra através desta modalidade para reposições dos afastados temporários , colabora com redução de custos e encargos; situação que repercutirá em redução do custo final gasto pela FEAS conforme orientação do TCE/PR.

VIII. Considerando que a contratação nestes moldes oportuniza a integralidade e qualidade na prestação de serviço aos usuários do SUS, com eficiência sem ferir o previsto em lei.

X. Considerando que em muitos casos de pedido de demissão o empregado não cumpre aviso prévio, repercutindo em falta imediata daquele profissional.

XI. Considerando as várias providência internas como: i) escalas com mais profissionais que o mínimo exigido; ii) transferências esporádicas e pontuais de médicos; iii) banco de sobreaviso; iv) aumento temporário de carga horária; v) constantes seleções dentre os próprios empregados já contratados; e outras providências; mesmo assim, em determinados casos pontuais, não são suficientes para o fechamento da escala.

Ainda, ressalta-se que, atualmente, a Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS possui contratualizadas junto à Secretaria Municipal de Saúde, a cobertura de cerca de 128.000 (cento e vinte e oito mil) horas médicas mensais, destinadas à cobertura assistencial



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

de todas as unidades de saúde sob sua responsabilidade, abrangendo tanto a rede de urgência e emergência quanto a atenção especializada e primária. Este quantitativo é dimensionado de modo a assegurar o funcionamento regular dos serviços e o atendimento contínuo à população, em conformidade com as normativas e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Entretanto, a experiência prática da gestão de escalas médicas demonstra que, mesmo com o planejamento rigoroso e a adoção de medidas internas como banco de sobreaviso, remanejamento pontual de profissionais, abertura de horas extras e incremento temporário de carga horária, há situações em que os postos de trabalho não conseguem ser integralmente supridos. Isso decorre, sobretudo, dos índices de absenteísmo, originados por licenças médicas, afastamentos legais previstos na CLT, licenças maternidade, férias regulamentares, intercorrências epidemiológicas (como síndromes respiratórias e arboviroses, a exemplo da dengue), além de casos de desligamentos ou exonerações sem cumprimento de aviso prévio.

Diante deste cenário, torna-se necessário instituir uma “reserva técnica” de horas médicas que permita suprir eventuais lacunas na cobertura assistencial, sem que haja prejuízo à continuidade e à integralidade da atenção prestada.

Para tanto, considera-se adequado adotar um percentual de até 15% sobre o total de horas atualmente contratualizadas junto SMS, como margem de segurança para recomposição das escalas. Tal previsão possibilita que a FEAS disponha de meios ágeis e eficazes para enfrentar oscilações na disponibilidade de profissionais, garantindo que os serviços de saúde permaneçam em funcionamento dentro dos parâmetros legais, técnicos e assistenciais exigidos.

Assim, a constituição desta reserva técnica não se apresenta como um acréscimo desproporcional ou oneroso, mas sim como uma medida de gestão responsável, orientada pelos princípios da economicidade, da continuidade do serviço público e da proteção do usuário do SUS contra eventuais situações de desassistência. Trata-se, portanto, de mecanismo indispensável para assegurar que a cobertura assistencial corresponda às demandas reais da rede, em especial em períodos de maior sazonalidade e absenteísmo, reforçando o compromisso da FEAS com a qualidade e a eficiência da prestação de serviços de saúde no Município de Curitiba.

Resta peremptório, visando respeitar o número de profissionais preconizado na legislação/normativas para funcionamento de serviços de saúde, bem como garantir a prestação de serviço qualificado aos usuários do SUS de Curitiba – sem desassistência -, justificando, portanto os quantitativos apresentados para o presente processo.

3. Da descrição de um serviço como um todo



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso –
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

- I. O objeto desta contratação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto com o Termo de Referência;
- II. Os serviços serão realizados para atendimento de pacientes adulto e infantil, usuários do Sistema Único de Saúde nas unidades de rede de urgência emergência e Atenção Primária à Saúde em que a Feas atua na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.
- III. O quantitativo estimado está descrito na tabela abaixo:

Tabela 01. Descrição dos Serviços

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

- IV. Os serviços deste objeto serão prestados nas dependências das unidades sob



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

gestão da Fundação Estatal de Atenção à Saúde e SMS;

V. Os atendimentos serão exclusivos aos beneficiários do Sistema Único de Saúde do município de Curitiba:

VI. A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas e prescrição terapêutica como ato médico

VII. completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, conforme a Resolução 1.958/2010- Conselho Federal de Medicina.

VIII. A contratada prestará os serviços 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, conforme escala mensal previamente acordada entre as partes e aprovada pela contratante;

IX. A contratada deverá informar mensalmente a relação com os nomes dos profissionais elegíveis para realizar o plantão;

X. Deverá ser informado a relação de 30 profissionais que a empresa poderá disponibilizar à Feas para prestação dos serviços;

XI. A inscrição de novos profissionais fica sujeita a retirada de outros, na mesma quantidade de novos pedidos.

XII. Novos cadastros devem ser solicitados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização do primeiro plantão do profissional;

XIII. A empresa é responsável por comunicar à Feas profissionais por ela informados para cadastro que não mais prestem serviços;

XIV. A contratada deverá realizar a cobertura dos horários extraordinários originados por atestados ou faltas, originados pela ausência dos médicos contratados pela Feas, a solicitação será realizada via mensagem em aplicativo de celular pela Contratante, a contratada deverá realizar o preenchimento em escala compartilhada, devendo a contratada providenciar a reposição em até 02 horas.

XV. Caso não haja o preenchimento na planilha, de forma correta, a Contratante poderá, solicitar a reposição pela próxima responsável.

XVI. A empresa que não atender ao preenchimento da vaga, seja ela a responsável inicial, ou a chamada após a não cobertura das demais, será notificada e poderá ser penalizada pelo descumprimento contratual.

XVII. O pagamento será realizado e descontado com base no valor das horas previstas na tabela do item I.

XVIII. Caso o profissional escalado pela empresa não cumpra, na média final dos atendimentos do plantão, o mínimo de 4 pacientes por hora, a quantidade de horas que forem levantadas sem os atendimentos mínimos não serão pagas;

XIX. A análise será feita por empregado designado pela gestão dos contratos da Feas e levará em consideração as circunstâncias do atendimento (perfil de atendimento,



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso –
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

atendimentos na unidade, dentre outros)

XX. Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão, obrigatoriamente, possuir diploma de medicina, pelo menos 6 meses de inscrição de registro no Conselho de Classe e inscrição ativa CRM/PR. Cursos na área de atuação e experiência comprovada, bem com estar em dia com todas as demais exigências conforme estabelecem os Conselhos Regionais e Federal de Medicina;

XXI. As vagas solicitadas poderão ser canceladas pelo solicitante com 02 horas de antecedência sem causar ônus a contratada;

XXII. XI. A Feas reserva o direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

4. Da Classificação e rodízio para Distribuição da Demanda

I. A distribuição das demandas fica vinculada ao quantitativo solicitados pela gestão deste contrato e demais responsáveis designados pela Feas e será feita através de sorteio realizado, seguindo padrões estritamente impessoais e aleatórios, observado as condições técnicas dos credenciados e do serviço.

II. O sorteio para alocação das demandas será realizado preferencialmente em reunião de comparecimento obrigatório, após a assinatura do (s) contratos (s).

III. Em caso de impossibilidade de assim proceder, será designada uma nova data para a sua realização, cuja data será divulgada por meios eletrônicos.

IV. Os credenciados que se declararem impedidos de atender às demandas deverão apresentar documentação que justifique seu impedimento, em até 01 (um) dia útil antes do sorteio. Devendo endereçá-la ao setor de Contratos que avaliará, junto aos gestores, os motivos e suas implicações e decidirá pela aceitação ou não da justificativa apresentada.

V. Em não sendo aceita a justificativa, os credenciados estarão sujeitos as sanções previstas na Lei 14.133/2021, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

VI. Quando houver mais de um credenciado os responsáveis designados pela Feas realizarão sorteio entre eles, a fim de estabelecer a ordem classificatória das empresas para prestação dos serviços.

VII. A ausência de manifestação do interessado/candidato não o exclui do sorteio para alocação das demandas, mas implica na aceitação do resultado. Após a realização do sorteio serão elaboradas as listas classificatórias, seguindo numeração sequencial iniciada no primeiro sorteio realizado, sendo que o conjunto destes alimentará um quadro de sorteios.

VIII. Na distribuição de demandas definidas pela gestão do contrato e direção da



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

Feas, os ganhadores iniciais, após receberem demandas aguardarão novamente sua vez de serem chamados até que todos os outros credenciados, nas mesmas condições, tenham recebido demanda, sendo que poderão ser chamadas quantas empresas forem necessárias ao preenchimento do solicitado.

IX. Os novos credenciados que ingressarem em chamamentos posteriores a este serão posicionados no quadro de sorteios logo após o último credenciado que integrar a lista de espera. Em não havendo, após o último ao qual se alocou demanda, situação que será repetida quando for realizada uma convocação geral de todos os credenciados.

X. Caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a realização do serviço, se realizará uma convocação geral dos credenciados e será realizado sorteio para se alocar cada demanda, nos termos já expostos.

XI. Após a realização do sorteio, todos os presentes assinarão a ata.

XII. Caso a empresa, a qualquer tempo da prestação, queira o descredenciamento, este deverá ser encaminhado ao setor de contratos, sendo devidamente justificado.

XIII. Os gestores analisarão as razões e, em sendo aceito o descredenciamento, a empresa ainda se obriga a continuar prestando os serviços pelo prazo mínimo de 30 dias.

5. Das obrigações da contratada

I. Escalar para os serviços contratados pela Feas exclusivamente médicos inscritos no CRM/PR;

II. Quando solicitado profissionais médicos para atuar nas unidades da rede de urgência e emergência a empresa só poderá encaminhar profissionais médicos habilitados a prestar serviços em todos os setores da unidade, estando esses capacitados para assumir sala de Emergência, setores adultos e pediátricos, se necessário, durante sua prestação do serviço;

III. Quando solicitado médico para atendimentos ambulatoriais nas UPAS os profissionais devem cumprir com meta institucional de no mínimo 4 atendimentos por hora;

IV. A empresa deverá encaminhar profissionais com experiência comprovada de no mínimo seis meses de atuação como generalista;

V. Garantir o compromisso dos médicos escalados quanto à obediência aos protocolos assistenciais e rotinas definidas pelos serviços e aprovados pela Direção do das unidades sob gestão da Feas, bem como as normas do Regimento Interno do Corpo Médico; Os profissionais deverão ter performance mínima em conformidade



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

com o preconizado pela Contratante.

VI. Providenciar em até 2 (duas) horas, sem quaisquer ônus para a Feas, a substituição do profissional que faltar ao serviço, por qualquer motivo, por outro profissional da CONTRATADA, da mesma especialidade, com a mesma qualificação e regulamentação exigidas;

VII. Encaminhar planilha atualizada com até 30 profissionais que estarão aptos à prestação dos serviços, devendo manter tal planilha atualizada;

VIII. Solicitar o cadastro de novos profissionais com antecedência mínima de 15 dias antes da realização do primeiro plantão.

IX. Designar MÉDICOS, quando solicitado pela Feas, para integrar comissões técnicas científicas e éticas da Feas;

X. Substituir qualquer MÉDICO cuja presença seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e qualidade dos serviços das unidades da Feas;

XI. Responsabilizar-se por todas as normas e procedimentos de segurança, inclusive a obrigatoriedade no uso de equipamentos de proteção individual, relacionados às atividades realizadas pelos profissionais vinculados à CONTRATADA, que resultem ou venham a resultar da execução do presente Instrumento de Contrato.

XII. Fornecer à Feas as escalas mensais de todos os plantonistas, com 30 (trinta) dias de antecedência, com possibilidade de alteração, de conformidade com as necessidades, porém mediante comunicação formal ao gestor do contrato;

XIII. Comunicar por escrito ao gestor do contrato, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com a execução dos serviços, para as providências necessárias;

XIV. Controlar o material utilizado, zelando pelo uso racional, prestando contas do seu uso quando solicitado pela Feas;

XV. Todos os bloqueios de agenda deverão seguir o procedimento padrão, conforme normas estabelecidas por cada uma das unidades da Feas;

XVI. O pedido de cancelamento de agenda solicitado pelo médico, mesmo que justificado, implicará em desconto, caso não seja repostado e dependerá de autorização expressa do gestor de cada unidade;

XVII. Assumir responsabilidade em relação a todos os ônus fiscais legalmente previstos como sendo de sua responsabilidade, advindos de valores pagos em razão deste Contrato;

XVIII. Apresentar à CONTRATANTE nota fiscal até o 5º (quinto) dia útil após a realização dos serviços do mês imediatamente anterior, para que seja efetuado o pagamento correspondente;

XIX. Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso –
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

controle a serem adotados pela CONTRATANTE;

XX. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária que resultem da execução do contrato;

XXI. Responsabilizar-se por qualquer acidente a que tenha dado causa, de que possam ser vítimas seus profissionais no desempenho dos serviços do objeto deste contrato, na área infortunística, bem como por suas consequências, além de fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI's – recomendados pelos setores competentes da Feas, os quais serão oferecidos pela CONTRATANTE;

XXII. É obrigatório o uso de crachás pelos profissionais em atividades em qualquer das unidades da Feas, os quais serão fornecidos pela CONTRATADA;

XXIII. Eventuais substituições dos profissionais que se ausentarem de suas atividades para eventos científicos (congressos, jornadas, etc.) deverão ser providenciadas pela CONTRATADA, que informará a CONTRATANTE e ao gestor do contrato deste fato com antecedência mínima de 30 (Trinta) dias;

XXIV. Fica expressamente proibido os profissionais médicos prestadores de serviços, quando escalados, ausentarem-se das unidades da Feas, excetuando-se necessidade imperiosa devidamente justificada por escrito que será dirigida ao gestor do contrato e à CONTRATANTE;

XXV. Fica expressamente proibido a contratação de médicos que façam parte do quadro de contratados da Feas;

XXVI. Fica expressamente proibido divisão de horário para descanso noturno;

XXVII. Fica expressamente proibido ausentar-se da unidade ou afastar-se de seu posto de trabalho sem prover um substituto e comunicar o gestor local;

XXVIII. Fica expressamente proibida a veiculação de qualquer tipo de propaganda ou material com o nome da contratante;

XXIX. Os profissionais deverão observar estritamente os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas adotados nas normas vigentes do Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de saúde e das Unidades da Feas;

XXX. Registrar a frequência dos profissionais, cuja disponibilização é de sua responsabilidade, possibilitando ao gestor do contrato o acesso às informações de ponto e frequência;

XXXI. Registrar os atendimentos no prontuário dos pacientes, e no sistema disponibilizado pela Feas;

XXXII. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data de prestação dos serviços, motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos, com a devida comprovação;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

- XXXIII.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- XXXIV.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, em especial no que se refere à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização;
- XXXV.** Responsabilizar-se pelo fornecimento de crachás e jalecos;
- XXXVI.** Distribuir os profissionais conforme as necessidades e por determinação da equipe técnica da contratante;
- XXXVII.** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial de cada Unidade da Feas;
- XXXVIII.** Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- XXXIX.** Manter a prestação dos serviços, de forma ininterrupta, não permitindo qualquer tipo de paralisação.;
- XL.** Realizar visita do responsável pelo contrato na CONTRATANTE para reunião de rotina sobre andamento dos trabalhos sempre que for convocado para reunião na unidade/Feas;
- XLI.** Manter a CONTRATANTE informada, caso ocorra, do desligamento de funcionário ou mudanças que causem qualquer impacto na rotina do serviço;
- XLII.** Responsabilizar-se por danos de qualquer natureza causados à CONTRATANTE e a terceiros, na execução dos serviços, decorrentes de culpa e/ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- XLIII.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste contrato;
- XLIV.** Apresentar escala de trabalho nos padrões da Feas;
- XLV.** Participar obrigatoriamente dos treinamentos oferecidos pela instituição e assim como participar regularmente das reuniões da SCIH, quando convocado;
- XLVI.** A contratada deverá encaminhar o comprovante de participação dos cursos obrigatórios dos profissionais juntamente com a relação mensal dos profissionais;
- XLVII.** Cumprir o código de Ética Médica;
- XLVIII.** O prestador contratado deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência deste Edital;
- XLIX.** O prestador contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização da Feas ou comissão designada para tal ato;
- L.** O prestador contratado deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

e/ou prejuízos a que vier causar aos pacientes com relação aos atendimentos realizados;

LI. As despesas decorrentes do contrato dos profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta do prestador credenciado.

LII. Utilizar empregados habilitados com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

LIII. Apresentar Cópia Licença Sanitária da licitante (dentro de seu prazo de validade), vinculada ao ramo de atividade. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar o protocolo de solicitação de renovação ou cópia (autenticada) do deferimento publicado em Diário Oficial;

LIV. Disponibilizar sempre que solicitado relatórios que viabilizem a auditoria dos serviços prestados pela Contratada;

LV. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, respeitando as condições ou exigências contidas neste termo, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE (Feas) e as normas técnicas e legais vigentes;

LVI. Cumprir rigorosamente o prazo de execução dos serviços;

LVII. Responsabilizar-se em executar os serviços, objeto do presente, através de pessoas idôneas e especializadas, assumindo qualquer responsabilidade por danos ou falhas que as mesmas vierem a cometer no desempenho de suas funções, obrigando-se ainda a indenizar a CONTRATANTE (Feas) por todos os prejuízos que eventualmente ocasionarem;

LVIII. Manter contatos com a CONTRATANTE (Feas), sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da execução dos serviços, prestando todo e qualquer esclarecimento solicitado, e obrigando-se a atender prontamente as reclamações que porventura ocorrerem;

LIX. Manter o quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE (Feas), sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

LX. Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços prestados;

LXI. Comunicar à CONTRATANTE (Feas), por escrito, quaisquer anormalidades de caráter urgente, condições inadequadas para a execução dos serviços e a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do CONTRATO, comprometendo-se a prestar todos os esclarecimentos julgados necessários;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

LXII. Manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Termo;

LXIII. Responsabilizar-se pela omissão de valor ou volume de qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução do objeto ora contratado;

LXIV. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional a CONTRATANTE (FEAS);

LXV. Iniciar a prestação dos serviços dentro dos prazos definidos no CONTRATO, quando deverá ser dado início à prestação do serviço, computando o prazo para pagamento das atividades;

LXVI. Não veicular publicidade acerca da contratação sem expressa e prévia autorização da CONTRATANTE (Feas).

6. Das obrigações da contratante

I. Inserir os empregados da contratada nas políticas e rotinas de qualidades adotadas na instituição e prover as capacitações necessárias a estes, quando da necessidade;

II. Definir o Gestor e o Suplente do contrato e suas responsabilidades na supervisão do contrato que devem acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos procedimentos de fornecimento do objeto contratado. Dentre as atribuições do servidor designado para exercer a fiscalização do contrato estão:

III. Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;

IV. Anotar em documento próprio as ocorrências;

V. Determinar a correção de faltas ou defeitos na execução do contrato;

VI. Cientificar à autoridade superior sobre eventual inexecução do contrato para a adoção das medidas cabíveis.

VII. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste TERMO e seus anexos;

VIII. Solicitar, em função de qualidade ou eficiência, a repetição dos laudos, sempre que constatar irregularidades;

IX. Comunicar de imediato a CONTRATADAS quaisquer anormalidades de execução do serviço;

X. Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, do presente ajuste;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

- XI.** Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato a ser assinado;
- XII.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- XIII.** Notificar por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- XIV.** Notificar por escrito a CONTRATADA se verificado qualquer problema nos serviços prestados. Poderá ser ordenada à suspensão dos serviços e, respectivos pagamentos, se dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita;
- XV.** Obedecer às especificações fornecidas pela CONTRATADA quanto à utilização dos equipamentos, divulgando as orientações recebidas e fiscalizando os procedimentos adotados pelos usuários.

7. Do pagamento

I A empresa deverá entregar na Unidade até o 5º dia do mês subsequente ao plantão, antes da emissão da Nota Fiscal, relatório dos plantões realizados no mês contendo nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço, carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues pela empresa e seu representante.

II Após a conferência, será autorizada a emissão da nota fiscal.

III O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal correspondente ao mês de referência, sem emendas ou rasuras, sendo necessariamente a via original.

IV Quando da apresentação da Nota Fiscal deverá apresentar: a. Nota Fiscal de prestação de serviço com descritivo do serviço prestado relacionando a quantidade dos plantões/ horas cobrados, valor unitário e valor total; b. relatório dos plantões realizados de acordo com a escala (atualizado caso haja glosa de plantões), c. escala de plantão da especialidade; d. certidões negativas ou positivas com efeitos negativos de débitos (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS), e e. a partir da emissão da segunda Nota fiscal poderá ser exigida a apresentação de documentação comprobatória da quitação dos encargos trabalhistas e tributos relativos aos empregados, referente ao mês anterior à cobrança (se for o caso).

V. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar os seus débitos.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

VI Para efeito de faturamento mensal só poderão ser cobrados as solicitações executadas conforme conferência realizada após entrega da relação dos profissionais, liberados mediante apresentação da documentação prevista.

7.1. Do Pagamento por Performance

I. O pagamento da hora normal será realizado conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, observado o cumprimento da meta mínima de atendimento de 04 (quatro) pacientes/hora.

II. Os profissionais médicos que superarem a média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora farão jus a um adicional de performance, calculado progressivamente, conforme segue:

- a. Para cada paciente acima da média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora, será acrescido 5% (cinco por cento) sobre o valor da hora contratada.
- b. O adicional de performance fica limitado ao máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora contratada, ainda que o número de atendimentos/hora seja superior a 08 (oito).
- c. O cálculo será efetuado individualmente por profissional, com base no número médio de atendimentos/hora apurado ao final do plantão, a partir dos registros oficiais em prontuário e nos sistemas disponibilizados pela FEAS.
- d. Propomos um sistema de avaliação contínua, cujos critérios, metas e processos de aferição serão integralmente refletidos no edital de licitação e no subsequente contrato de serviços

(Eliminatório)	Desempenho Mínimo	Consistência produtividade	Exclusão do profissional da escala após 3 plantões com média < 4 pacientes/hora (salvo baixa demanda comprovada).
Qualidade e Segurança (Eliminatório)	Qualidade Percebida	Apuração Ouvidoria	Exclusão imediata do profissional após uma ocorrência moderada/grave, devidamente apurada e qualificada.
	Registro Clínico	Conformidade em auditoria	Mínimo de 95% de adequação em auditorias



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso –
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

			semanais (amostragem de 10% dos prontuários).
Disponibilidade	Engajamento Profissional	Verificação de Atividade no Sistema	Ação contratual se houver ausência prolongada e injustificada de atividade no prontuário eletrônico.
Eficiência	Racionalidade de Recursos	% de solicitações de exames e medicações parenterais (pacientes de baixo risco)	Metas de <5% e <15% respectivamente, servindo como gatilho para auditoria qualitativa dos casos.
Administrativo	Assiduidade e Pontualidade	% de acionamentos atendidos no prazo	Meta de cumprimento ≥98%.

III. Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos **Gestores da Área de Urgência e Emergência da FEAS**.

IV. Consolidação Mensal: Os dados serão compilados em um **Boletim de Desempenho** mensal. Este documento servirá como base para a conferência da fatura da empresa contratada, detalhando a composição da remuneração variável e justificando eventuais sanções.

V. Não será devido o pagamento do adicional quando houver inconsistências no registro dos atendimentos, falha na alimentação do sistema ou descumprimento dos protocolos institucionais.

VI. A FEAS poderá revisar, a cada 06 (seis) meses, os critérios de cálculo e os percentuais aplicados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os resultados alcançados.

VII. O adicional por performance tem caráter variável, não incorporável à remuneração contratual e condicionado exclusivamente ao desempenho aferido.

VIII. A previsão desse pagamento visa estimular a eficiência, a qualidade assistencial e a redução de riscos de desassistência, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão adotadas em contratações públicas e privadas de serviços médicos.

8. Das Penalidades



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

Na hipótese de a contratada deixar de executar os serviços por qualquer motivo, ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas e ainda, em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, estará sujeita às seguintes penalidades, independente de outras previstas em lei:

I. Advertência.

II. No caso de atraso injustificado na prestação de serviços, ou ainda na execução do contrato, multa de mora de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da parcela ou etapa inadimplida, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo de que trata este item, o pagamento poderá ser cancelado ou o contrato ser considerado rescindido, a critério da Feas;

III. No caso de inexecução parcial ou total do contrato, multa punitiva de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente da contratação;

IV. Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Feas, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, penalidade essa a ser aplicada pela autoridade competente, segundo a natureza da falta e o prejuízo causado à Administração Pública, de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 700/2023;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Feas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior, de acordo com a Lei Federal nº 8.14.133/2021;

VI. Decisão Cautelar de Suspensão, para situações pendentes de julgamento que possam, pela quantidade ou gravidade delas, implicar em potencial prejuízo à administração pública ou à saúde da população, poderá a autoridade competente considerar cautelar e provisoriamente impedido o fornecedor de participar de novos certames licitatórios junto à Feas, até decisão administrativa definitiva;

VII. A multa moratória (item II) e a multa compensatória (item III) poderão ser cumuladas;

VIII. Quaisquer das penalidades aplicadas serão transcritas na ficha cadastral da Contratada na Feas;

IX. Não serão aceitos para prestação de serviços profissionais que não estiverem sido informados na lista mensal;

X. O médico escalado deverá fazer o plantão do início ao fim, caso não atinja o mínimo de 04 pacientes/hora será realizado uma média do número de atendimentos



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

realizados e não será realizado o pagamento.

XI. *A fim de que se assegure a melhor compensação desses horários será feita a análise de todos os pacientes atendidos pelo médico.

9. Das Hipóteses de Rescisão Contratual

I. A inexecução total ou parcial deste contrato pela CONTRATADA ensejará a sua denúncia pela CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo do disposto na cláusula anterior.

II. Na hipótese de denúncia, a CONTRATANTE poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que advierem do rompimento.

III. Constituem motivo para a denúncia deste contrato:

- a. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c. a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- d. o atraso injustificado no início da prestação do serviço;
- e. a paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- f. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo se autorizadas previamente pela CONTRATANTE;
- g. o desatendimento das determinações regulares do preposto designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- h. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- i. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;
- k. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela CONTRATANTE;
- l. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

IV. A CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, procedendo à notificação prévia à CONTRATADA com antecedência mínima de 30



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

(trinta) dias, que será executada após análise e aceite do gestor do contrato.

10. Da fiscalização

I. A empresa contratada será a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, todavia a contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, designando, para tanto, um servidor para acompanhamento, que poderá entre outros:

- Notificar a empresa contratada, por escrito, pela ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- Solicitar à empresa contratada, a substituição de qualquer produto fornecido que esteja em desacordo ou insatisfatório;
- Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução dos serviços.

11. Normas e critérios de seleção do fornecedor

I. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

II. Exigências de habilitação: para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a. Habilitação jurídica

1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede,



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso –
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (art. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação econômico-financeira

1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) =

(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)=

(Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

III - Liquidez Corrente (LC) =

(Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo positivo.

4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

6. Os interessados que se enquadrarem como Microempreendedor Individual - MEI estão dispensados da apresentação de Balanço Patrimonial, nos termos da legislação vigente.

7. Tal qualificação se faz necessária uma vez que visa alijar de futuros fornecedores da administração, empresas "aventureiras" ou não possuam saúde financeira para o fornecimento de tais bens, em especial dada a vigência contratual se prolongar por período considerável, visando assim garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

d. Qualificação técnica

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação,

ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração,



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso –
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4. Tal qualificação técnica se faz necessária uma vez que visa alijar de futuros fornecedores da administração, empresas “aventureiras” ou que não possuem nenhuma experiência pretérita no fornecimento de tais bens, visando assim garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos art. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

d.1. Dos documentos exigidos para classificação da proposta

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

1.1 Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido em nome da Proponente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, do ramo de atividade serviços médicos, comprovando a prestação de serviços pertinente e compatível com o objeto desta licitação. O documento deverá atestar a prestação do serviço onde tenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) da demanda total dos serviços objeto desta licitação. A referida comprovação poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante, desde que coincidentes em, pelo menos, seis meses;

1.2 Os atestados deverão ter a comprovação de serviços prestados a, pelo menos dois anos pela empresa. Ou seja, o atestado tem que ter sido emitido, antes de 2023. A exigência é necessária para garantir que a empresa.

1.2.1 Considerando a natureza do objeto da contratação – **credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de profissionais médicos para atuação em unidades de saúde** – impõe-se a necessidade de garantir que as empresas credenciadas possuam não apenas qualificação formal, mas também **experiência consolidada na execução de serviços da mesma natureza**.

1.2.2 Nesse sentido, a exigência de **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, visa a **comprovação de desempenho anterior satisfatório**, sendo instrumento essencial para atestar que a empresa:

1.2.2.1 Possui estrutura organizacional, administrativa e operacional compatível com as exigências do contrato;

1.2.2.2 Detém expertise no recrutamento, gestão e disponibilização de profissionais médicos em quantitativos e perfis compatíveis com o que se pretende contratar;

1.2.2.3 Está apta a cumprir prazos, obrigações legais e regulatórias vinculadas à atividade, inclusive aquelas relativas à responsabilidade técnica e às normas dos conselhos profissionais.

1.2.3 A exigência de que o atestado tenha sido emitido **há pelo menos dois anos** encontra amparo na **necessidade de verificar o tempo de operação e consolidação da empresa no mercado**, o que contribui para a mitigação de riscos à administração pública, como a interrupção de serviços essenciais, ausência de cobertura em escalas ou descontinuidade no fornecimento de mão de obra qualificada.

Tal requisito se justifica, ainda, pelo interesse público na **continuidade e**



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

eficiência do atendimento médico prestado à população, sendo a capacidade de manter equipes médicas estáveis e com cobertura contínua um critério relevante para a aferição da aptidão da empresa.

A exigência está em consonância com o **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe sobre a necessidade de comprovação da aptidão das contratadas por meio de atestados de capacidade técnica, bem como com os princípios da **eficiência, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa** (arts. 5º e 11 da mesma lei). Trata-se, portanto, de uma exigência **razoável, proporcional e diretamente relacionada à adequada execução do objeto**.

- 1.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 1.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 1.5 Tal qualificação técnica se faz necessária uma vez que visa alijar de futuros fornecedores da administração, empresas "aventureiras" ou que não possuem nenhuma experiência pretérita no fornecimento de tais bens, visando assim garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.
2. Alvará de Funcionamento da licitante, dentro do seu prazo de validade, expedido pela Prefeitura do Município sede da empresa proponente, com ramo de atividade compatível ao objeto desta Licitação;
3. Licença Sanitária da licitante (dentro de seu prazo de validade), vinculada ao ramo de atividade. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar o protocolo de solicitação de renovação ou cópia do deferimento publicado em Diário Oficial;
4. Registro do estabelecimento no Conselho Regional de Medicina, com inscrição mínima de dois anos;
5. Certidão de Regularidade Técnica do Responsável Técnico junto ao respectivo Órgão de Classe.
6. Certidão negativa da empresa junto ao CRM, atestando que esta não foi penalizada em nenhum processo disciplinar no órgão;
7. Certidão negativa do Responsável Técnico junto ao CRM, atestando que este não foi penalizado em nenhum processo disciplinar no órgão;
8. Os documentos de todas as categorias de habilitação apresentados deverão



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

estar vinculados ao mesmo CNPJ (matriz ou filial) da empresa proponente;

12. Da estimativa do valor da contratação

I. O valor corresponde ao preço da prestação dos serviços deverá considerar todos os componentes necessários à prestação dos serviços, que compõe o custo, expressados em parcela mensal e valor global anual, aferidos a partir do preço unitário.

II. Estão previstos os seguintes quantitativos totais ao ano

Até 96.960 horas/ano a serem divididas para todas as empresas.

13. Do Credenciamento

I. O período inicial de recebimento de documentos será de 30 (trinta) dias, destinado à organização e análise prioritária das solicitações de credenciamento. Após esse período, o sistema de credenciamento permanecerá aberto para cadastramento permanente de interessados. No entanto, a inclusão formal de contratados será processada em ciclos administrativos anuais, quando ocorrerá a redistribuição de vagas e convocações, sem prejuízo do direito do credenciado de ser convocado em caráter emergencial conforme necessidade. A adoção de um período inicial de recebimento de documentos de 30 (trinta) dias, destinado à organização e à análise prioritária das propostas, seguida da manutenção do sistema de credenciamento aberto de forma permanente, com processamento formal das inclusões para contratações em ciclos administrativos anuais, encontra respaldo na necessidade de conciliar o princípio do cadastramento contínuo com as limitações operacionais e de gestão da Fundação. Essa solução preserva o direito de qualquer interessado de se credenciar a qualquer tempo, ao mesmo tempo em que permite à Administração consolidar um universo de credenciados para fins de planejamento orçamentário e operacional, reduzindo a volatilidade que decorre de um “entra e sai” constante de empresas. Do ponto de vista da previsibilidade de demanda, os ciclos anuais possibilitam estimativas mais acuradas de volumes de serviços, insumos e recursos humanos, o que é essencial para a alocação eficiente de verbas e para a programação do serviço. No que tange à gestão de escalas e à continuidade assistencial, a rotatividade permanente de credenciados compromete a formação de equipes estáveis, a integração e o treinamento de profissionais, aumentando o risco de falhas no



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

atendimento; a adoção de ciclos permite organizar escalas, capacitações e substituições de forma ordenada, preservando a qualidade do serviço. Ademais, a capacidade operacional da equipe responsável pelo credenciamento e pela gestão contratual é reduzida; o processamento contínuo e imediato de novos credenciados exigiria análises, diligências e homologações permanentes, sobrecarregando servidores, elevando o risco de erro e gerando retrabalho. No plano financeiro, a entrada e saída constantes de credenciados implicariam emissão e conferência frequente de notas fiscais, ordens de serviço e liquidações, aumentando a complexidade administrativa e o risco de atrasos ou inconsistências nos pagamentos; a concentração das inclusões em ciclos anuais permite programar rotinas de faturamento de forma mais eficiente e segura. Importante ressaltar que a proposta não impede convocações em caráter emergencial: mantém-se a possibilidade de contratação imediata quando houver necessidade comprovada, assegurando a proteção do interesse público. A limitação de pessoal da equipe responsável pelo credenciamento e pela gestão contratual não é um detalhe administrativo: é um fator determinante para a qualidade, a segurança jurídica e a eficiência do serviço público. Quando a administração enfrenta um fluxo contínuo e imprevisível de entrada e saída de empresas credenciadas, a demanda por tarefas administrativas cresce de forma exponencial e fragmentada — protocolos de recebimento, conferência documental, diligências, análises técnicas, comunicações formais, homologações, atualizações de sistemas, emissão de ordens de serviço e processamento de notas fiscais passam a ocorrer de maneira desordenada e permanente. Para uma equipe reduzida, esse padrão operacional gera três efeitos negativos concretos e interrelacionados que prejudicam o interesse público. Primeiro, há perda de qualidade técnica e aumento do risco de erro. A análise documental e a verificação de conformidade exigem tempo, atenção e, muitas vezes, diligências complementares. Processos fragmentados e repetitivos elevam a probabilidade de falhas — documentos não conferidos, prazos perdidos, exigências mal formuladas — que podem resultar em inabilitações indevidas, pagamentos incorretos ou necessidade de retrabalho. Esses erros são mais que meramente formais: impactam a continuidade do atendimento, a segurança dos pacientes e a credibilidade da Fundação. Segundo, a sobrecarga operacional compromete a capacidade de gestão financeira. Cada novo credenciado implica potencial movimentação de ordens de serviço, notas fiscais e liquidações. Um “entra e sai” constante exige conferências fiscais e contábeis contínuas, multiplicando lançamentos e aumentando o risco de



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso –
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

inconsistências, atrasos de pagamento e passivos financeiros. Para uma equipe enxuta, isso significa maior probabilidade de atrasos a fornecedores, necessidade de correções manuais e maior exposição a questionamentos. Terceiro, há impacto direto na gestão assistencial e na organização das escalas. A rotatividade de prestadores dificulta a formação de equipes estáveis, a padronização de procedimentos e a realização de treinamentos e integrações necessários para manter a qualidade do atendimento. A alternância frequente de empresas e profissionais aumenta a complexidade de coordenação das escalas, eleva o risco de lacunas de cobertura e reduz a previsibilidade operacional das unidades de negócio — justamente o oposto do que se busca em serviços que exigem continuidade e segurança clínica. Em suma, o custo administrativo e o risco operacional associados a um credenciamento tratado como fluxo ininterrupto superam os benefícios práticos de aceitar e processar imediatamente cada novo pedido, especialmente quando a Fundação dispõe de recursos humanos limitados. Por isso, a adoção de ciclos administrativos para a formalização das inclusões — mantendo, contudo, o cadastramento permanente e a possibilidade de convocações emergenciais — representa uma solução equilibrada. Ao concentrar a análise e a inclusão em janelas programadas, a Fundação preserva o direito de qualquer interessado de se credenciar, mas organiza o trabalho de forma a garantir análises mais completas, controles financeiros mais robustos, escalas assistenciais mais estáveis e menor exposição a falhas administrativas. Essa organização também facilita a transparência: permite publicar cronogramas, demonstrar critérios objetivos de inclusão e justificar tecnicamente as decisões. Em termos práticos, tal medida não busca restringir o acesso, mas otimizar a gestão pública diante de limitações reais de capacidade operacional, protegendo o interesse público ao assegurar qualidade, previsibilidade orçamentária e continuidade do atendimento. Demonstra-se, assim, que a opção por ciclos é técnica, proporcional e orientada à eficiência do serviço público.

- II. As empresas serão chamadas para prestar os serviços de forma intercaladas.
- III. Caso a empresa que possua preferência para prestar o serviço não o faça, a segunda empresa será convocada para fazê-lo, sendo a primeira penalizada por descumprimento contratual;



Gerente Administrativa NUE

Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º
andar Capão Raso -
Curitiba/PR
CEP 81.130-160

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:10

Documento SEM EFEITO e OCULTO devido ao conteúdo inadequado.

Anulado e ocultado pelo servidor LEANDRO CORADINI TRINDADE JUNIOR, mat. 11937, conforme termo gerado na movimentação nº 13 - Anulação FEASADM
Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGENIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 15:36:10

Documento SEM EFEITO e OCULTO devido ao conteúdo inadequado.

anulado e ocultado pelo servidor LEANDRO CORADINI TRINDADE JUNIOR, mat. 11937, conforme termo gerado na movimentação nº 13 - Anulação FEASADM

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGENIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 15:36:10

Documento SEM EFEITO e OCULTO devido ao conteúdo inadequado.

Anulado e ocultado pelo servidor LEANDRO CORADINI TRINDADE JUNIOR, mat. 11937, conforme termo gerado na movimentação nº 13 - Anulação FEASADM
Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGENIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 15:36:10

Documento SEM EFEITO e OCULTO devido ao conteúdo inadequado.

Anulado e ocultado pelo servidor LEANDRO CORADINI TRINDADE JUNIOR, mat. 11937, conforme termo gerado na movimentação nº 13 - Anulação FEASADM
Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGENIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 15:36:10



Feas
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Matriz de riscos

1. Informações Básicas.

1.1. Objeto: Credenciamento de empresas para Contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

1.1.1. Serviços comuns.

2. Riscos da Contratação:

2.1. Risco 1:

2.1.1. Contratação fora dos padrões, que não abrange todas as necessidades institucionais.

2.2. Causa do risco.

2.2.1. Elaboração inadequada dos documentos de planejamento da contratação.

2.3. Alocado para:

2.3.1. Administração.

2.4. Relacionado à fase:

2.4.1. Planejamento.

2.5. Impactos:

2.5.1. Serviço que não supre a necessidade do solicitante.

2.6. Ação Preventiva:

2.6.1. Revisão de cada item do Termo de Referência e ETP em comparação à efetiva realidade do órgão.

2.7. Ação de Contingência

2.7.1. Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.

2.8. Risco 2:

2.8.1. Atraso na conclusão da licitação.

2.9. Causa do risco.

2.9.1. Diversos cenários externos ao órgão que impactam no andamento do processo, como impugnações e esclarecimentos, rotina assoberbada do setor, férias de membros da equipe etc.

2.10. Alocado para:

2.10.1. Administração.



Feas
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
www.feas.curitiba.pr.gov.br

2.11. Relacionado à fase:

2.11.1. Licitatória.

2.12. Impactos:

2.12.1. Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando o andamento das atividades administrativas.

2.13. Ação Preventiva:

2.13.1. Iniciar o processo em tempo hábil, prevendo prazo razoável para conclusão da licitação, em especial, diante do cenário acima.

2.14. Ação de Contingência

2.14.1. Verificação de outros meios legais para atendimento da demanda.

2.15. Risco 3:

2.15.1. Processo de contratação fracassado ou deserto.

2.16. Causa do risco.

2.16.1. Pesquisa de preço com parâmetros inadequados. Especificação incorreta do objeto que não reflita corretamente a demanda. Cláusulas e condições de contratação que restrinjam a competitividade.

2.17. Alocado para:

2.17.1. Fiscalização.

2.18. Relacionado à fase:

2.18.1. Planejamento.

2.19. Impactos:

2.19.1. Impossibilidade de contratação dos serviços.

2.20. Ação Preventiva:

2.20.1. Ampla pesquisa de preços com parâmetros adequados, que reflitam a realidade mercadológica, por parte da equipe de planejamento.

2.20.2. Especificação correta do objeto de modo a refletir corretamente a demanda.

2.20.3. Revisão das cláusulas e condições de contratação que não restrinjam a competitividade.

2.21. Ação de Contingência

2.21.1. Adequação do instrumento a fim de mitigar os vícios potencialmente encontrados.

Rosane Kraus
Gerente Administrativa NUE



Feas
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:10



Contratos
Rua Cap Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
81.130-160
3316-5926
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

Curitiba, 05 de novembro de 2025.

Justificativa da Escolha dos Preços

Considerando o descritivo solicitado, os valores orçados e, para garantir que pelo menos três empresas participem deste certame, que tem por objeto o credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos especializados para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde pelo período de 12 (doze) meses.

Informo que as escolhas tomadas para o estabelecimento dos preços presentes neste processo licitatório têm, em suma, as seguintes justificativas: fuga de preços inexequíveis ou exacerbados (constantemente presentes nos orçamentos) que geram, respectivamente, o fracasso do processo de contratação pela falta de ofertas dado o baixo valor a ser pago pela instituição, e a majoração dos preços, o que ataca o princípio da economicidade.

Assim, considerando o descritivo solicitado, os valores orçados e, para garantir que pelo menos três empresas participem deste certame, informo que o critério adotado para o certame foi a de menor valor apresentado em sede de proposta, tendo em vista as necessidades a serem atendidas pelo setor requisitante.¹

Isso posto, através da modalidade de credenciamento, considerando a necessidade de padronização da prestação dos serviços.

Leandro Coradini Trindade Junior
Gerente Administrativo de Contratos – Feas

¹ Art. 24. Em procedimento licitatório poderá ser adotado o critério de julgamento por maior desconto linear para compras, serviços ou obras, devendo o processo administrativo ser instruído com a demonstração dos seguintes requisitos: I - vantajosidade da adoção deste critério de julgamento para a contratação pretendida; II - imprevisibilidade, no momento da disputa, do quantitativo a ser efetivamente adquirido; III - ser o parâmetro do menor preço unitário econômica e operacionalmente inviável; IV - ser possível verificar certo grau de homogeneidade entre os bens licitados quanto ao segmento do mercado que integrem e à margem e lucro; V - justificativa da escolha deste critério de julgamento.



FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE



Declaramos conforme o contido no Art. 28º do Decreto nº 610/19 PMC, que os preços fixados neste processo estão de acordo com os praticados no mercado.

Objeto: Credenciamento de empresas para Contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

Descrição	Qtde horas Máxima Anual	SERGES SERVIÇO DE GESTÃO EM SAÚDE LTDA CNPJ: 31.916.254/0001-88						K. J. R. GESTÃO, VIDA E SAÚDE S/A CNPJ: 35.157.507/0001-38						SMART MED SERVIÇOS MÉDICOS S/A CNPJ: 26.614.219/0001-74						IDEC Saúde Ltda. CNPJ: 00.205.480/0001-27						SMB GESTAO EM SAÚDE CNPJ: 09.378.748/0001-05						JDN MEDICAL GROUP LTDA CNPJ: 10.262.241/0001-62						GLOBAL MED SERVIÇOS EM SAÚDE CNPJ: 23.870.217/0001-58						CA Nº 259/2025- MUNICÍPIO DE SARANDI E GASPAR SERVIÇOS MÉDICOS LTDA CNPJ: 60.027.804/0001-06						VALORES MÁXIMOS*																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
		Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes	7 pacientes	8 pacientes	Valor Hora	4 pacientes	5 pacientes	6 pacientes

*Os preços obtidos no menor orçamento ofertado foram utilizados para a composição valores máximos do presente referencial de preços.

Curitiba, 28 de outubro de 2025.

Valor Total Estimado (Valor Hora Produção Máxima) R\$ 16.056.576,00 (dezesseis milhões cinquenta e seis mil quinhentos e setenta e seis reais).

Leandro Coradini Trindade Junior
Gerente Administrativo

Janaina Barreto Fonsseca
Diretora Administrativa Financeira

Zimbra

contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br

Re: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Prestação de Serviços Médicos Generalistas Complementares

De : Giuliano Dalledone
<giuliano.dalledone@serges.org>

qua., 06 de ago. de 2025 12:23

📎 3 anexos

Assunto : Re: Solicitação de Proposta – Credenciamento para
Prestação de Serviços Médicos Generalistas
Complementares

Para : Contratos 5 <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Prezados,

Obrigado pelo envio da solicitação de proposta.

Informo que temos muito interesse em participar deste processo de credenciamento.

Em anexo está a proposta comercial para este termo de referência.

Já há data prevista de abertura?

Fico à disposição para qualquer dúvida ou solicitação.

Atenciosamente,



De: Contratos 5 <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Data: terça-feira, 5 de agosto de 2025 às 16:03

Para: Giuliano Dalledone <giuliano.dalledone@serges.org>

Assunto: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Prestação de Serviços Médicos Generalistas Complementares

Prezado,

Meu nome é Selma e atuo no setor de contratos da Fundação Estatal de Atenção à Saúde de Curitiba – Feas.

Estou entrando em contato para solicitar, junto à **sua empresa**, o envio de proposta/orçamento com o objetivo de participação no processo que tem por objeto o **credenciamento de empresas para a prestação de serviços médicos generalistas complementares** nas unidades de negócio da Fundação, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

Para a elaboração da proposta, encaminhamos em anexo os seguintes documentos:

- **Termo de Referência**, contendo as especificações técnicas, exigências e a indicação das unidades assistenciais para a execução dos serviços;

Solicitamos, por gentileza, a confirmação de recebimento deste e-mail, bem como a manifestação de interesse em participar do processo.

O prazo para envio da proposta é de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento desta mensagem.

Desde já, agradecemos pela atenção e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Selma Cristina de Asevedo Smokovicz
Assistente Administrativo
Contratos
(41) 3316-5733 | contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br



06.08 - Proposta Comercial - FEAS - Generalista.pdf

171 KB

PROPOSTA COMERCIAL

A/C – Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS – Sra. Selma – Setor de Contratos

A empresa **SERGES – SERVIÇO DE GESTÃO EM SAÚDE LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita sob o número de CNPJ **31.916.254/0001-88**, sediada na **Rua João Ângelo Cordeiro, número 500, sala 14, Bairro São Pedro, São José dos Pinhais, Paraná, CEP 83.005-570**, neste ato representada pelo seu sócio-administrador, **Sr. Giuliano Ohde Dalledone**, descreve abaixo sua proposta comercial para atender ao seguinte objeto:

Credenciamento de empresas para Contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

Descrição	Valor/hora de atendimento	Valor/plantão
Médico Generalista – Plantão 06 horas	R\$138,00	R\$828,00
Médico Generalista – Plantão 08 horas	R\$138,00	R\$1104,00
Médico Generalista – Plantão 12 horas	R\$138,00	R\$1656,00

Prazo para implantação, treinamento e início da operação: até 10 dias corridos a partir da assinatura do contrato;

Responsabilidades SERGES:

- Disponibilizar equipe médica capacitada para exercer as funções designadas pela contratante.;
- Recrutar, treinar e fazer a gestão da equipe médica selecionada;
- Prestar suporte e orientação junto a equipe contratada;
- Substituir o colaborador designado em caso de incompatibilidade ou problemas de força maior;
- Arcar com todas as responsabilidades trabalhistas e legais deste colaborador designado;
- Ajustar a quantidade de profissionais e horários de atendimentos conforme a demanda e necessidade da contratante;

Inclusas todas as despesas administrativas, tributárias e trabalhistas envolvidas na prestação de serviço.

Validade da proposta: 90 dias



SERGES

SERVIÇO DE GESTÃO EM SAÚDE

SERGES – Serviço de Gestão em Saúde LTDA - C.N.P.J.: 31.916.254/0001-88

R. João Ângelo, 500, sala 14, S. Pedro, São José dos Pinhais, PR, CEP 83.005-570

(41) 98708-3756/ comercial@serges.org/ www.serges.org

Prazo para início do projeto: Até 10 dias após assinatura do contrato

Faturamento: mensal – com base no nº de horas trabalhadas

Prazo de pagamento do faturamento: até 30 dias após emissão da NF

Telefone para contato: (41) 99800-5906 – Giuliano Dalledone

São José dos Pinhais, 06 de agosto de 2025.

GIULIANO OHDE

DALLEDONE:07572

685951

Assinado de forma digital por

GIULIANO OHDE

DALLEDONE:07572685951

Dados: 2025.08.06 12:22:34

-03'00'

.....
Giuliano Ohde Dalledone

Sócio-administrador

CPF: 075.726.859-51 RG: 8.207.602-6/PR

CRM/PR: 42.489

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:11

Zimbra

contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br

Re: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Prestação de Serviços Médicos Generalistas Complementares

De : Ana Clara Maciel <jdn.adm2@gmail.com>

sex., 08 de ago. de 2025 10:49

Assunto : Re: Solicitação de Proposta – Credenciamento para
Prestação de Serviços Médicos Generalistas
Complementares

📎 3 anexos

Para : Contratos 5 <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Segue proposta JDN, para credenciamento para Prestação de Serviços Médicos Generalistas Complementares.

Em sex., 8 de ago. de 2025 às 09:44, Contratos 5 <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br> escreveu:

Bom dia

Agradecemos o seu contato.

Informamos que, neste momento, estamos na fase de cotações. Portanto, é necessário encaminhar apenas a **proposta de prestação de serviço**, conforme solicitado inicialmente.

Os demais documentos exigidos no edital serão solicitados oportunamente, em fase posterior do processo.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Selma Cristina de Asevedo Smokovicz
Assistente Administrativo
Contratos
(41) 3316-5733 | contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br

De: "jdn adm2" <jdn.adm2@gmail.com>

Para: "Contratos 5" <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 7 de agosto de 2025 17:12:03

Assunto: Re: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Prestação de Serviços Médicos Generalistas Complementares

Boa tarde,

Gostaria de confirmar se devo enviar apenas os documentos do item **d.1. Dos documentos exigidos para classificação da proposta** ou se é necessário encaminhar todos os documentos solicitados no edital.

Agradeço desde já pelo esclarecimento.

Em qui., 7 de ago. de 2025 às 16:56, Ana Clara Maciel <jdn.adm2@gmail.com> escreveu:

Prezada Selma,

Confirmamos o recebimento do e-mail e manifestamos nosso interesse em participar do processo de credenciamento para prestação de serviços médicos generalistas complementares.

Informamos que estamos elaborando a proposta e encaminharemos dentro do prazo estabelecido.

Atenciosamente

Em seg., 4 de ago. de 2025 às 17:06, Contratos 5

<contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br> escreveu:

Prezados(as),

Meu nome é Selma e atuo no setor de contratos da Fundação Estatal de Atenção à Saúde de Curitiba – Feas.

Estou entrando em contato para solicitar, junto à **sua empresa**, o envio de proposta/orçamento com o objetivo de participação no processo que tem por objeto o **credenciamento de empresas para a prestação de serviços médicos generalistas complementares** nas unidades de negócio da Fundação, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

Para a elaboração da proposta, encaminhamos em anexo os seguintes documentos:

- **Termo de Referência**, contendo as especificações técnicas, exigências e a indicação das unidades assistenciais para a execução dos serviços;

Solicitamos, por gentileza, a confirmação de recebimento deste e-mail, bem como a manifestação de interesse em participar do processo.

O prazo para envio da proposta é de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento desta mensagem.

Desde já, agradecemos pela atenção e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Selma Cristina de Asevedo Smokovicz
Assistente Administrativo
Contratos
(41) 3316-5733 | contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br



DECLARAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO FEAS.docx.pdf

222 KB

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

À

Fundação Estatal de Atenção à Saúde de Curitiba – Feas
A/C: Sra. Selma – Setor de Contratos

A empresa **JDN MEDICAL GROUP LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.262.241/0001-62, com sede e foro no Estado do Paraná, na Cidade de Campina Grande do Sul, na Rua Professor Duílio Calderari, nº. 2041, sala 03, bairro Jardim Paulista, CEP: 83.430-000, representada pelo sócio administrador **RODRIGO DE OLIVEIRA DIAS**, brasileiro, casado, advogado, empresário, portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.634.874-0/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.671.309-07, vem, respeitosamente, apresentar sua proposta de preço para fins de credenciamento para a prestação de serviços médicos generalistas complementares, conforme especificações constantes no Termo de Referência encaminhado por essa Fundação.

R\$230,00 (duzentos e trinta reais) por hora de plantão clínico.

Declaramos ainda que temos pleno conhecimento das exigências técnicas e legais contidas no Termo de Referência e que, caso selecionados, estamos aptos a prestar os serviços conforme solicitado, respeitando integralmente os critérios definidos pela Fundação Estatal de Atenção à Saúde de Curitiba – Feas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Campina Grande do Sul/Curitiba, 07 de agosto de 2025..

RODRIGO DE OLIVEIRA
DIAS:02967130907

Assinado de forma digital por
RODRIGO DE OLIVEIRA
DIAS:02967130907
Dados: 2025.08.08 10:36:24 -03'00'

RODRIGO DE OLIVEIRA DIAS
JDN MEDICAL GROUP

Zimbra

contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br

RES: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Prestação de Serviços Médicos Generalistas Complementares

De : licitacao@smartmed.med.br

seg., 11 de ago. de 2025 16:38

Assunto : RES: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Prestação de Serviços Médicos Generalistas Complementares

📎 2 anexos

Para : 'Contratos 5' <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Boa tarde Prezada,
Espero encontrá-la bem.

Em atenção ao pedido de orçamento enviado por V.Sa., encaminhamos, em anexo, nossa Proposta referente à prestação de serviços médicos Clínico Geral, contendo valores.

Colocamo-nos à disposição para eventuais ajustes ou esclarecimentos que se façam necessários, visando atender plenamente às necessidades apresentadas.

Att



Eduarda Furtado

Coordenadora de Licitação

E-mail: Telefone: (41) 99262-0830 E-mail: licitacao@smartmed.med.br

smartmed.med.br



“Nota de confidencialidade: Esta mensagem e seus eventuais anexos podem conter dados confidenciais ou privilegiados. Ainda, pode conter dados pessoais que identifiquem, direta ou indiretamente, um indivíduo, sujeitos à proteção da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O emitente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário cuidar quanto ao tratamento adequado. Se você os recebeu por engano ou não é um dos destinatários aos quais ela foi endereçada, por favor destrua-a e a todos os seus eventuais anexos ou cópias realizadas imediatamente. É proibida a retenção, distribuição, divulgação ou utilização de quaisquer informações aqui contidas. Por favor, informe-nos sobre o recebimento indevido desta mensagem, retornando-a para o autor. Agradecemos a gentileza de sua cooperação.”

De: Contratos 5 <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviada em: quinta-feira, 7 de agosto de 2025 12:24

Para: licitacao@smartmed.med.br

Assunto: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Prestação de Serviços Médicos Generalistas Complementares

Prezados(as),

Meu nome é Selma e atuo no setor de contratos da Fundação Estatal de Atenção à Saúde de Curitiba – Feas.

Estou entrando em contato para solicitar, junto à sua empresa, o envio de **proposta/orçamento** com o objetivo de participação no processo de **credenciamento de empresas para a prestação de serviços médicos generalistas complementares** nas unidades de negócio da Fundação, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

Para a elaboração da proposta, encaminhamos em anexo os seguintes documentos:

- **Termo de Referência**, contendo as especificações técnicas, exigências e a indicação das unidades assistenciais para a execução dos serviços;

Solicitamos, por gentileza, a confirmação de recebimento deste e-mail, bem como a manifestação de interesse em participar do processo.

O prazo para envio da proposta é de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento desta mensagem.

Desde já, agradecemos pela atenção e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Selma Cristina de Asevedo Smokovicz

Assistente Administrativo

Contratos

(41) 3316-5733 | contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br



Proposta.pdf

244 KB

**FEAS – FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE**

Cumprimentando-a cordialmente me dirijo a Vossa Senhoria para atender vossa

solicitação: Razão Social: SMART MED SERVIÇOS MÉDICOS S/A,

CNPJ nº: 26.614.219/0001-74;

Inscrição Estadual: Isento

Endereço: Av. Paranapanema, 1343. Sala 06. Sumarezinho. Ribeirão Preto/SP. CEP:

14.051-290. Responsável: Vinícius Rodrigues Blanco Vieira.

Nº para contato: (41) 99262-0830.

E-mail: licitacao@smartmed.med.br / contratos@smartmed.med.br

1. PROPOSTA

Prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, com previsão de 24.000 horas pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

Especialidade	Quantidade de horas/mês	Valor da hora	Valor total mês	Valor total ano (24.000)
Clínico Geral	2000	R\$ 183,61	R\$ 367.220,00	R\$ 4.406.640,00

A presente proposta tem validade até 90 dias corridos a partir de 11 de agosto de 2025.

VINICIUS RODRIGUES
BLANCO
VIEIRA:04557148948

Assinado de forma digital por
VINICIUS RODRIGUES BLANCO
VIEIRA:04557148948
Dados: 2025.08.11 16:23:56 -03'00'

SMART MED SERVIÇOS MÉDICOS S/A

CNPJ 26.614.216/0001-74
Vinícius Rodrigues Blanco Vieira
Presidente

contato@smartmed.med.br

RIBEIRÃO PRETO/SP - SÃO PAULO/SP - CURITIBA/PR - PORTO ALEGRE/RS - CANAÃ DOS
CARAJÁS/PA
BALNEÁRIO CAMBORIU/SC - DIVINÓPOLIS/MG

Zimbra

contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br

RE: Solicitação de Proposta/Cotação – Credenciamento para Prestação de Serviços Médicos Generalistas Complementares

De : K.J.R. Gestão Vida e Saúde
<kjrgestaovidaesaude@hotmail.com>

ter, 12 de ago. de 2025 09:30

📎 2 anexos

Assunto : RE: Solicitação de Proposta/Cotação –
Credenciamento para Prestação de Serviços Médicos
Generalistas Complementares

Para : Contratos 5 <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Ezequiel Ribeiro da Silva

Gestor Administrativo

KJR Gestão, Vida e Saúde S/A

Fone: 41 9 8517-5889

De: Contratos 5 <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 11 de agosto de 2025 10:08

Para: kjrgestaovidaesaude@hotmail.com <kjrgestaovidaesaude@hotmail.com>

Assunto: Solicitação de Proposta/Cotação – Credenciamento para Prestação de Serviços Médicos Generalistas Complementares

Prezado,

Meu nome é Selma e atuo no setor de contratos da Fundação Estatal de Atenção à Saúde de Curitiba – Feas.

Conforme conversamos via Whatapp, estou entrando em contato para solicitar, junto à **sua empresa**, o envio de proposta/orçamento com o objetivo de participação no processo que tem por objeto o **credenciamento de empresas para a prestação de serviços médicos generalistas complementares** nas unidades de negócio da Fundação, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

Para a elaboração da proposta, encaminhamos em anexo os seguintes documentos:

- **Termo de Referência**, contendo as especificações técnicas, exigências e a indicação das unidades assistenciais para a execução dos serviços;

Solicitamos, por gentileza, a confirmação de recebimento deste e-mail, bem como a manifestação de interesse em participar do processo.

A proposta deverá estar devidamente **assinada digitalmente**, preferencialmente em papel timbrado da empresa, a fim de garantir sua validade para fins de instrução processual.

O prazo para envio da proposta é de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento desta mensagem.

Desde já, agradecemos pela atenção e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Selma Cristina de Asevedo Smokovicz
Assistente Administrativo
Contratos
(41) 3316-5733 | contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br



FEAS - Clinico Geral.pdf
283 KB

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:11



PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

**À FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE - FEAS
SETOR DE LICITAÇÕES / COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO**

A empresa **K. J. R., GESTÃO, VIDA E SAÚDE S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº. 35.157.507/0001-38, CNES sob o nº. 0790893, situada à Rua Visconde do Rio Branco, 123, Centro, Morretes/PR, CEP: 83.350-000, telefone: 41 98517-5889, e-mail: kjrgestaovidaesaude@hotmail.com, através da sua presidenta **Sr.^a ROSEMEIRE BELO DA SILVA**, apresentarmos a nossa proposta orçamentária para prestação de **SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS**, conforme as especificações e condições definidas no respectivo termo de referência ou solicitação.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO CONFORME ESCALA DEFINIDA PELA CONTRATANTE, EM REGIME DE PLANTÃO OU CONFORME DEMANDA, COM ATUAÇÃO EM UNIDADES DETERMINADAS E ATENDIMENTO AO PÚBLICO-ALVO INFORMADO.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$/HORA)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
1	SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS (REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA)	24.000 HORAS/ANO	150,00	300.000,00	3.600.000,00
*Conforme item 10, inciso II, do Termo de Referência, o quantitativo será rateado entre as empresas credenciadas.					

Total da global da proposta: **R\$ 3.600.000,00** (TRÊS MILHOES E SEISCENTOS MIL REAIS).

- A validade da proposta é de **90** (noventa) dias.
- Os valores apresentados incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos sociais, tributos, taxas e demais despesas necessárias para a execução do objeto;
 - Declaramos estar cientes e de acordo com todas as condições e obrigações previstas na solicitação/termo de referência.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

Morretes, Paraná, 11 de agosto de 2025

ROSEMEIRE BELO DA SILVA:04724636912
Assinado de forma digital por ROSEMEIRE BELO DA SILVA:04724636912
 Dados: 2025.08.11 15:47:44 -03'00'

**ROSEMEIRE BELO DA SILVA
PRESIDENTE**



CARTA PROPOSTA

A SMB gestão em saúde, inscrita no CNPJ 09.378.748/0001-05, na rua Padre Anchieta, nº 2348, sala 2301- Curitiba PR. Representado pelo seu representante legal Eduardo Cantieri vem por meio desse apresentar a proposta para **Credenciamento de empresas para Contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento**

Profissional	valor da hora	valor plantão 12h
Médico Generalista	R\$ 215,00	R\$ 2.580,00

PROPOSTA VALIDA PARA 90 DIAS

EDUARDO
CANTIERI:00703
163922

Assinado de forma digital
por EDUARDO
CANTIERI:00703163922
Dados: 2025.08.18
11:35:23 -03'00'

Curitiba PR, 18 de Agosto de 2025

Eduardo Cantieri
Presidente

Zimbra

contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br

RE: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Serviços Médicos Generalistas Complementares

De : Michel Keler <michelkeler@smbgestao.com.br> seg., 18 de ago. de 2025 11:36

Assunto : RE: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Serviços Médicos Generalistas Complementares

📎 3 anexos

Para : Contratos 5 <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Bom dia

Segue.



De: Contratos 5 <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 18 de agosto de 2025 09:33

Para: Michel Keler <michelkeler@smbgestao.com.br>

Assunto: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Serviços Médicos Generalistas Complementares

Prezado Michel, bom dia.

Conforme alinhado em nossa conversa via WhatsApp, encaminhamos a **Solicitação de Proposta – Credenciamento para Prestação de Serviços Médicos Generalistas Complementares**.

Solicitamos o envio da proposta/orçamento visando à participação no processo que tem por objeto o credenciamento de empresas para a prestação de serviços médicos generalistas complementares nas unidades de negócio da Fundação, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Para a elaboração da proposta, seguem anexos os seguintes documentos:

- Termo de Referência, contendo especificações técnicas, exigências e a indicação das unidades assistenciais para execução dos serviços.

A proposta deverá estar **devidamente assinada digitalmente**, preferencialmente em papel timbrado da empresa, a fim de assegurar sua validade para instrução processual. O prazo para envio é até as **17 horas do dia de hoje**.

Agradecemos desde já pela atenção dispensada e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Selma Cristina de Asevedo Smokovicz
Assistente Administrativo
Contratos
(41) 3316-5733 | contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br



MÉDICOS GENERALISTAS FEAS 18.08.pdf
795 KB

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:11

Zimbra

contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br

RES: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Serviços Médicos Generalistas Complementares

De : licitacao@idecsaude.com

qua., 20 de ago. de 2025 13:45

Assunto : RES: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Serviços Médicos Generalistas Complementares

📎 3 anexos

Para : 'Contratos 5' <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Boa tarde Selma

Segue em anexo cotação.

Fico no aguardo do edita!

Obrigada e Boa Semana!



De: Contratos 5 <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 19 de agosto de 2025 14:55

Para: licitacao <licitacao@idecsaude.com>

Assunto: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Serviços Médicos Generalistas Complementares

Prezada Fernanda, boa tarde.

Conforme conversamos por telefone, solicito à sua empresa o envio de proposta/orçamento para participação no processo que tem por objeto o **credenciamento para prestação de serviços médicos generalistas complementares** nas unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Para a elaboração da proposta, segue anexo:

- **Termo de Referência**, contendo especificações técnicas, exigências e indicação das unidades assistenciais para execução dos serviços.

A proposta deverá estar **assinada digitalmente**, preferencialmente em papel timbrado da empresa, a fim de assegurar sua validade no processo.

O prazo para envio é de **05 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento deste e-mail.

Agradecemos desde já pela atenção e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Selma Cristina de Asevedo Smokovicz

Assistente Administrativo

Contratos

(41) 3316-5733 | contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br



Cotação Idec x FEAS.pdf

167 KB

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:11



DA – IDEC SAÚDE

A – FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE - FEAS

COTAÇÃO: SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS

COTAÇÃO

DESCRIÇÃO	VALOR HORA
CLÍNICO GERAL	R\$ 190,00

Validade da Proposta – 90 dias

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Razão Social: IDEC Saúde Ltda.

CNPJ: 00.205.480/0001-27 Inscrição Estadual: Isento Inscrição Municipal: 04 12 573.066-0

Endereço: Av. Sete de Setembro, 3815 – Loja 12 - Centro - Curitiba/PR, CEP 80.250-210

Telefone (41) 3154-2676 E-mail: licitacao@idecsaude.com

Dados bancários: Banco do Brasil: Agência.: 0009-4 Conta Corrente: 205480-9

Curitiba, 20 de agosto de 2025.

**JOAO CARDOSO
CARMEZIM
NETO:06543037
970**

Assinado digitalmente por JOAO CARDOSO
CARMEZIM NETO:06543037970
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=VideoConferencia,
OU=15769640000138, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF
A1, OU=(em branco), CN=JOAO CARDOSO
CARMEZIM NETO:06543037970
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.08.20 10:51:34-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

IDEC SAÚDE LTDA.

CNPJ 00.205.480/0001-27

João Cardoso Carmezim Neto

CPF nº 065.430.379-70 – RG nº 7.389.589-8 SSP PR

idecsaude.com.br

Av. Sete de Setembro, 3815 - Loja 12
Curitiba - PR

Zimbra

contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br

RES: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Serviços Médicos Generalistas Complementares

De : Grupo Doc - Jurídico <juridico@grupodoc.med.br>

ter., 26 de ago. de 2025 17:37

Assunto : RES: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Serviços Médicos Generalistas Complementares

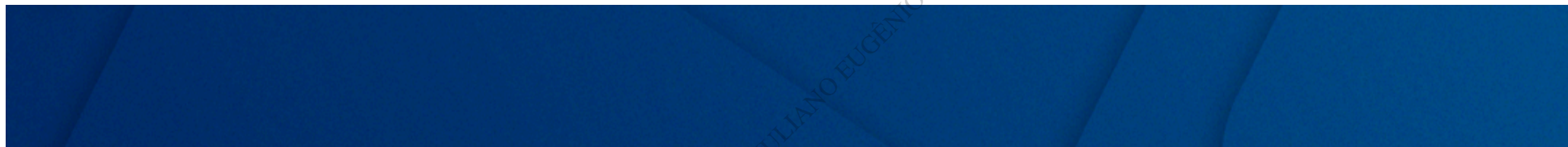
📎 3 anexos

Para : Contratos 5 <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Boa tarde!

Segue orçamento solicitado.

Atenciosamente,



KETLEN GOMES

Analista de
Licitações



@grupodoc



(51) 3509-2525



/grupodocsaude



Grupodoc.med.br

Av. Carlos Gomes 222 - sala 1101

Ketlen.Gomes@grupodoc.med.br



De: Contratos 5 <contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviada em: quarta-feira, 20 de agosto de 2025 17:11

Para: Grupo Doc - Jurídico <juridico@grupodoc.med.br>

Assunto: Solicitação de Proposta – Credenciamento para Serviços Médicos Generalistas Complementares

Prezado, boa tarde

Conforme conversamos pelo whatsapp na data de hoje, solicito à sua empresa o envio de proposta/orçamento para participação no processo que tem por objeto o **credenciamento para prestação de serviços médicos generalistas complementares** nas unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Para a elaboração da proposta, segue anexo:

- **Termo de Referência**, contendo especificações técnicas, exigências e indicação das unidades assistenciais para execução dos serviços.

A proposta deverá estar **assinada digitalmente**, preferencialmente em papel timbrado da empresa, a fim de assegurar sua validade no processo.

O prazo para envio é de **03 (três) dias**, contados a partir do recebimento deste e-mail.

Agradecemos desde já pela atenção e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Selma Cristina de Asevedo Smokovicz

Assistente Administrativo

Contratos

(41) 3316-5733 | contratos5@feas.curitiba.pr.gov.br

 **Orçamento - Generalista - Curitiba.pdf**
2 MB



ORÇAMENTO

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: GLOBAL MED SERVIÇOS EM SAÚDE

CNPJ: 23.870.217/0001-58

ENDEREÇO: Avenida Carlos Gomes, nº 222, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS.

CEP: 90480-000

E-MAIL: juridico@grupodoc.med.br

TELEFONE: (51) 3509.2525

DESCRIÇÃO	VALOR/HORA
Clínica Geral	R\$250,00

PROPOSTA VÁLIDA POR 15 DIAS

Porto Alegre, 25 de agosto de 2025

**MATHEUS BARNES DA
SILVEIRA:01256005002**

Assinado de forma digital por
MATHEUS BARNES DA
SILVEIRA:01256005002
Dados: 2025.08.26 16:38:37 -03'00'

Matheus Barnes da Silveira
Gerente Jurídico





MUNICÍPIO DE
SARANDI

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 42/2025

CONTRATO Nº 259/2025

ID: 10464

O **MUNICÍPIO DE SARANDI**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 78.200.482/0001-10, com sede na Rua José Emiliano de Gusmão, nº 565, Centro, CEP 87.111-230 na cidade de Sarandi/PR, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. **Carlos Alberto de Paula Junior**, juntamente com o Secretário Municipal de Saúde, Sr. **Erasmus Cardoso Pereira**, doravante denominado **CONTRATANTE**.

Do outro lado, a empresa **GASPAR SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**- 961166822, devidamente inscrita no CNPJ/MF 60.027.804/0001-06, sito Rua Antônio De Souza Serra, 17, Casa Térreo, Zona Rural, Marilena, Paraná, CEP 87960000, telefone 44 988670529, e-mail gaspar2603@gmail.com, tendo como representante legal o(a) Senhor(a) **Andrea Gaspar De Souza**, brasileiro, maior e capaz, inscrito no CPF/MF 050.xxx.xxx-90, doravante **CONTRATADA**.

As partes acima nominadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Federal n.º 8.080/1990, nº 8.142/90 e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do estabelecidos no Chamamento Público nº 02/2025 resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, através de **Inexigibilidade de Licitação Nº 42/2025** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes:

CLÁUSULA I- OBJETO

1.1 Este contrato tem por objeto Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas nas especialidades de CLÍNICO GERAL, PEDIATRIA, GINECOLOGIA e OBSTETRÍCIA, para atuação nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), do Município de Sarandi/PR, nas condições estabelecidas no edital, Chamamento Público nº 02/2025.

1.2 Objeto da contratação:

LOTE 1: LOTE 1

**MUNICÍPIO DE SARANDI**Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	75920	CONSULTA MÉDICA COM CLÍNICO GERAL	HR	200	R\$ 130,00	R\$ 26.000,00
					TOTAL:	R\$ 26.000,00

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Edital e seus anexos, a proposta do contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

2.1 O valor da contratação é de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

I. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

II. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA III - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável, na forma dos [artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

I. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.2 O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

3.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3.5 Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**MUNICÍPIO DE SARANDI**Secretaria de Administração
Departamento de Licitação**CLÁUSULA IV - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

4.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Edital.

CLÁUSULA V - SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA VI - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

CLÁUSULA VII - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 São obrigações da contratante:

**MUNICÍPIO DE SARANDI**Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Fornecedor;
- V. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- VI. Efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- VII. Aplicar ao Fornecedor as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- IX. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- X. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA IX - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

9.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- b) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados,

**MUNICÍPIO DE SARANDI**Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

h) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

i) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local

**MUNICÍPIO DE SARANDI**Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

l) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

m) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

n) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

o) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

p) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

q) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

r) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

s) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

t) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

u) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

v) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**MUNICÍPIO DE SARANDI**Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

w) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA X - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos, fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

I. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**MUNICÍPIO DE SARANDI**Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA XI - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA XII - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as sanções indicadas no Edital.

CLÁUSULA XIII - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- V. **“prática obstrutiva”**:
 - a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral,

**MUNICÍPIO DE SARANDI**Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

VI. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

VII. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA XIV - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (Art. 137-139)

14.1 A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

14.2 A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

14.4 Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas desde que já apurados em processo administrativo.

14.5 Casos de Rescisão do Contrato

I. Os casos de rescisão do contrato são os previstos no artigo nº 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.



MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

- a) O presente contrato poderá ser rescindido total ou parcialmente pelo Município quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas ou condições, em especial:
- b) pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pelo município;
- c) pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, avaliação e auditoria pelos órgãos competentes do Município, do Estado ou do Ministério da Saúde;
- d) pela não entrega dos relatórios mensais e anuais;
- e) inabilitação pelo Ministério da Saúde;
- f) pela não observância dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde.
- g) qualquer uma das partes poderá denunciar o presente contrato, com comunicação do fato, por escrito, com antecedência mínima de 90 dias, devendo ser respeitado o andamento de atividades que não puderem ser interrompidas neste prazo ou que possam causar prejuízos à saúde da população, quando então será respeitado o prazo de 120 dias para o encerramento deste contrato.

14.6 Parágrafo único: O Conselho Municipal de Saúde deverá manifestar-se sobre a rescisão deste contrato, devendo avaliar os prejuízos que esse fato poderá acarretar para a população.

CLÁUSULA XV - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Sarandi, na dotação discriminada no Edital.

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA XVI - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**MUNICÍPIO DE SARANDI**Secretaria de Administração
Departamento de Licitação**CLÁUSULA XVII - DAS ALTERAÇÕES**

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2 O presente contrato poderá ser alterado pelo contratante para acrescentar, suprimir o quantitativo contratado ou modificar as especificações técnicas do objeto, respeitado o limite legal, mantendo inalteradas as demais condições contratuais.

17.3 Em caso de acréscimo de quantitativo, poderá ser realizado o ajuste no prazo de vigência e no cronograma.

17.4 Em caso de supressão de quantitativo que ultrapasse o percentual de aceitação obrigatória, se o contratado já houver adquirido os materiais no momento em que for formalmente notificado da supressão, no caso de revenda ou de insumos necessários à execução do serviço, estes valores deverão ser indenizados pelo contratante, em conformidade com o processo administrativo para apuração do valor devido.

17.5 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021)**.

17.6 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA XVIII - PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA XIX - FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Sarandi, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA XX - CONDIÇÕES GERAIS

20.1 Para firmeza e validade do pactuado, o presente contrato foi lavrado em 1 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.



MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria de Administração
Departamento de Licitação



Documento assinado digitalmente

ANDREA GASPAR DE SOUZA

Data: 28/08/2025 15:31:13-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Andrea Gaspar De Souza
Gaspar Serviços Médicos LTDA

Assinado por:
MUNICIPIO DE SARANDI
ErasmO Cardoso Pereira
816.415.329-04



28/08/2025 16:22:11

de 2025.

Secretário Municipal de Saúde

Carlos Alberto de Paula Junior

Prefeito

Testemunhas:

1-

Assinado por:
MUNICIPIO DE SARANDI
VINICIUS MATHEUS DA SILVA
079.438.019-03



28/08/2025 17:32:47

2-

Assinado por:
MUNICIPIO DE SARANDI
CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
668.320.639-20



28/08/2025 17:20:31

Assinado por:
MUNICIPIO DE SARANDI
ELAINE JUSTINO DOS SANTOS
022.734.211-92



28/08/2025 17:25:43

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 271 em 28/02/2026 15:36:12



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASADM - ADMINISTRAÇÃO

PARA: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Prezado, segue para tratativas.

Curitiba , 27 de janeiro de 2026 - 16:51:54

Assinado eletronicamente por LEANDRO CORADINI TRINDADE JUNIOR - 11937 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:12



Prefeitura Municipal de Curitiba
Termo de Anexação de Arquivos

01-021633/2026

ORIGEM: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Nesta data juntamos ao presente, por anexação o(s) arquivo(s) eletrônico(s) abaixo relacionado(s), a fim de subsidiar a instrução processual.

3.1 - PORTARIA CPL.PDF

3.2 - MINUTA DO CONTRATO.PDF

Anexação de Arquivos

Curitiba , 28 de janeiro de 2026 - 13:02:03

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:12



CURITIBA

Nº 47 - ANO XIV

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2025

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



CELIA APARECIDA PIRES DE SOUZA, matrícula n.º 177/CTUR, sigla CTUR-CP, símbolo FGG, Coordenador de Projetos I, DISPENSA, Adriano Alves de Paula Rodrigues, matrícula n.º 143/CTUR.

LUÍS FELIPE ANDRADE STRUGO, matrícula n.º 13/CTUR, sigla CTUR-CP, símbolo FG-4, Coordenador de Projetos II, DISPENSA, Célia Aparecida Pires de Souza, matrícula n.º 177/CTUR.

Instituto Municipal de Turismo, 11 de março de 2025.

José Luiz Gonçalves Velloso : Presidente do Instituto Municipal de Turismo

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE - FEAS

PORTARIA Nº 21

Designa empregados públicos como agentes de contratação para constituírem Comissão Permanente de Licitações da Feas.

O DIRETOR GERAL DA FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - FEAS, no uso da competência que lhe foi delegada e, em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021,

Resolve

Art. 1º Designar os empregados públicos abaixo relacionados como agentes de contratação para constituírem Comissão Permanente de Licitações da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, para processamento e julgamento de licitações, nas modalidades Pregão, Concorrência, Leilão, Diálogo Competitivo, Credenciamento e correlatos:

Presidente:

Juliano Eugenio da Silva – matrícula funcional n.º 277.

Membros:

Mirelle Pereira Fonseca – matrícula funcional n.º 1822

Veridiane de Paula Macedo Sotto Maior – matrícula funcional n.º 3873

William Cesar Barbosa – matrícula funcional n.º 1828

Silvia Andrea Miranda Ribeiro – matrícula funcional nº 3.448

Art. 2º Cabe à Comissão Permanente de Licitações a elaboração e julgamento dos procedimentos licitatórios, bem como as demais funções pertinentes em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21.

Art. 3º Fica delegado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, o poder de assinaturas e expedição dos Editais, dentro dos preceitos legais.

Art. 4º O mandato dos membros da Comissão Permanente de Licitações será de 01 (um) ano.

Art. 5º Os membros da Comissão Permanente de Licitações desempenharão suas atribuições, concomitantemente com as de seus empregos e funções.

Art. 6º No impedimento do Presidente será indicado seu suplente, escolhido entre os demais membros.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revoga quaisquer disposições contrárias.

Fundação Estatal de Atenção à Saúde, 10 de março de 2025.

Sezifredo Paulo Alves Paz : Diretor Geral

PSS - CLASSIFICAÇÃO FINAL



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025 – FEAS

Contrato Administrativo nº XXX/2025-FEAS para contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento, que entre si celebram a **Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Aos xxxxxx dias do mês de xxxxxx do ano de xxxxxxxxxxxxxxxx, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes de um lado a **FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE**, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob n.º 14.814.139/0001-83, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, **Sezifredo Paulo Alves Paz**, CPF/MF 366.713.809-10 e pela Diretora Administrativa Financeira, **Janaina Barreto Fonseca**, CPF/MF n.º 047.615.519-33, assistidos pelo Assessor Jurídico, **Pedro Henrique Igino Borges**, OAB/PR n.º 50.529, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, inscrito no CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, com fundamento nas informações contidas no Processo Administrativo n.º xxx/2025 – Feas, Credenciamento n.º XXXX e Termo de Referência, resolveram e acordaram firmar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Tem o presente, por objeto, a contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

Parágrafo Primeiro

Os serviços deverão ser prestados nas dependências da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo

Fazem parte do presente Contrato, como se nele houvessem sido transcritos, o Termo de Referência e a Proposta da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro

As pessoas que venham a executar os serviços decorrentes deste instrumento possuirão vínculo empregatício exclusivamente com a **CONTRATADA**, sendo esta titular e única responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamentos dos salários e demais vantagens, recolhimento de todas as obrigações sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas quando em serviço na forma expressa e considerada nos artigos 19 a 21 da Lei 8.213/1991, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a **CONTRATANTE**, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica em exclusividade de colaboração entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto

A **CONTRATADA** somente manterá na execução dos serviços objeto da presente contratação, profissionais que apresentem o seguinte perfil:

- a) Maiores de 18 (dezoito) anos.
- b) Portadores de atestado de boa saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- I. O objeto desta contratação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto neste contrato administrativo e seus anexos;
- II. Os serviços serão realizados para atendimento de pacientes adulto e infantil, usuários do Sistema Único de Saúde nas unidades de rede de urgência emergência e Atenção Primária à Saúde em que a Feas atua na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.
- III. O quantitativo estimado está descrito na tabela abaixo:



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

Tabela 01. Descrição dos Serviços

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

IV. Os serviços deste objeto serão prestados nas dependências das unidades sob gestão da Fundação Estatal de Atenção à Saúde e SMS.

V. Os atendimentos serão exclusivos aos beneficiários do Sistema Único de Saúde do município de Curitiba:

- a) A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas e prescrição terapêutica como ato médico completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, conforme a Resolução 1.958/2010- Conselho Federal de Medicina.
- b) A **CONTRATADA** prestará os serviços 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, conforme escala mensal previamente acordada entre



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

as partes e aprovada pela **CONTRATANTE**.

- c) A **CONTRATADA** deverá informar mensalmente a relação com os nomes dos profissionais elegíveis para realizar o plantão.
- d) Deverá ser informado a relação de 30 profissionais que a empresa poderá disponibilizar à Feas para prestação dos serviços.
- e) A inscrição de novos profissionais fica sujeita a retirada de outros, na mesma quantidade de novos pedidos.
- f) Novos cadastros devem ser solicitados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização do primeiro plantão do profissional.
- g) A empresa é responsável por comunicar à Feas profissionais por ela informados para cadastro que não mais prestem serviços.
- h) A **CONTRATADA** deverá realizar a cobertura dos horários extraordinários originados por atestados ou faltas, originados pela ausência dos médicos contratados pela Feas, a solicitação será realizada via mensagem em aplicativo de celular pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá realizar o preenchimento em escala compartilhada, devendo a **CONTRATADA** providenciar a reposição em até 02 horas.
- i) Caso não haja o preenchimento na planilha, de forma correta, a **CONTRATANTE** poderá, solicitar a reposição pela próxima responsável.
- j) A empresa que não atender ao preenchimento da vaga, seja ela a responsável inicial, ou a chamada após a não cobertura das demais, será notificada e poderá ser penalizada pelo descumprimento contratual.
- k) O pagamento será realizado e descontado com base no valor das horas previstas na tabela do inciso III desta cláusula.
- l) Caso o profissional escalado pela empresa não cumpra, na média final dos atendimentos de plantão, de no mínimo de 4 pacientes por hora, as quantidades de horas que forem levantadas sem os atendimentos mínimos não serão pagas.
- m) A análise será feita por empregado designado pela gestão do contrato da Feas e levará em consideração as circunstâncias do atendimento (perfil de atendimento, atendimentos na unidade, dentre outros).
- n) Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão, obrigatoriamente, possuir diploma de medicina, pelo menos 6 meses de



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

inscrição de registro no Conselho de Classe e inscrição ativa CRM/PR. Cursos na área de atuação e experiência comprovada, bem com estar em dia com todas as demais exigências conforme estabelecem os Conselhos Regionais e Federal de Medicina.

- o) As vagas solicitadas poderão ser canceladas pelo solicitante com 02 horas de antecedência sem causar ônus a **CONTRATADA**.
- p) A Feas reserva o direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto em Termo de Referência, neste contrato administrativo e seus anexos.

VI. Da Classificação e Rodízio para Distribuição da Demanda:

- a) A distribuição das demandas fica vinculada ao quantitativo solicitados pela gestão deste contrato e demais responsáveis designados pela Feas e será feita através de sorteio realizado, seguindo padrões estritamente pessoais e aleatórios, observado as condições técnicas dos credenciados e do serviço.
- b) O sorteio para alocação das demandas será realizado preferencialmente em reunião de comparecimento obrigatório, após a assinatura do (s) contratos (s).
- c) Em caso de impossibilidade de assim proceder, será designada uma nova data para a sua realização, cuja data será divulgada por meios eletrônicos.
- d) Os credenciados que se declararem impedidos de atender às demandas deverão apresentar documentação que justifique seu impedimento, em até 01 (um) dia útil antes do sorteio. Devendo endereçá-la ao setor de Contratos que avaliará, junto aos gestores, os motivos e suas implicações e decidirá pela aceitação ou não da justificativa apresentada.
- e) Em não sendo aceita a justificativa, os credenciados estarão sujeitos as sanções previstas na Lei 14.133/2021, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
- f) Quando houver mais de um credenciado os responsáveis designados pela Feas realizarão sorteio entre eles, a fim de estabelecer a ordem classificatória das empresas para prestação dos serviços.
- g) A ausência de manifestação do interessado/candidato não o exclui do sorteio para alocação das demandas, mas implica na aceitação do



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

resultado. Após a realização do sorteio serão elaboradas as listas classificatórias, seguindo numeração sequencial iniciada no primeiro sorteio realizado, sendo que o conjunto destes alimentará um quadro de sorteios.

- h) Na distribuição de demandas definidas pela gestão do contrato e direção da Feas, os ganhadores iniciais, após receberem demandas aguardarão novamente sua vez de serem chamados até que todos os outros credenciados, nas mesmas condições, tenham recebido demanda, sendo que poderão ser chamadas quantas empresas forem necessárias ao preenchimento do solicitado.
- i) Os novos credenciados que ingressarem em chamamentos posteriores a este serão posicionados no quadro de sorteios logo após o último credenciado que integrar a lista de espera. Em não havendo, após o último ao qual se alocou demanda, situação que será repetida quando for realizada uma convocação geral de todos os credenciados.
- j) Caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a realização do serviço, se realizará uma convocação geral dos credenciados e será realizado sorteio para se alocar cada demanda, nos termos já expostos.
- k) Após a realização do sorteio, todos os presentes assinarão a ata.
- l) Caso a empresa, a qualquer tempo da prestação, queira o descredenciamento, este deverá ser encaminhado ao setor de contratos, sendo devidamente justificado.
- m) Os gestores analisarão as razões e, em sendo aceito o descredenciamento, a empresa ainda se obriga a continuar prestando os serviços pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

- I. Escalar para os serviços contratados pela Feas exclusivamente médicos inscritos no CRM/PR.
- II. Quando solicitado profissionais médicos para atuar nas unidades da rede de urgência



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

e emergência a empresa só poderá encaminhar profissionais médicos habilitados a prestar serviços em todos os setores da unidade, estando esses capacitados para assumir sala de Emergência, setores adultos e pediátricos, se necessário, durante sua prestação do serviço.

III. Quando solicitado médico para atendimentos ambulatoriais nas UPAS os profissionais devem cumprir com meta institucional de no mínimo 4 atendimentos por hora.

IV. A empresa deverá encaminhar profissionais com experiência comprovada de no mínimo seis meses de atuação como generalista.

V. Garantir o compromisso dos médicos escalados quanto à obediência aos protocolos assistenciais e rotinas definidas pelos serviços e aprovados pela Direção das unidades sob gestão da Feas, bem como as normas do Regimento Interno do Corpo Médico.

VI. Os profissionais deverão ter performance mínima em conformidade com o preconizado pela **CONTRATANTE**.

VII. Providenciar em até 2 (duas) horas, sem quaisquer ônus para a Feas, a substituição do profissional que faltar ao serviço, por qualquer motivo, por outro profissional da **CONTRATADA**, da mesma especialidade, com a mesma qualificação e regulamentação exigidas.

VIII. Encaminhar planilha atualizada com até 30 profissionais que estarão aptos à prestação dos serviços, devendo manter tal planilha atualizada.

IX. Solicitar o cadastro de novos profissionais com antecedência mínima de 15 dias antes da realização do primeiro plantão.

X. Designar médicos, quando solicitado pela Feas, para integrar comissões técnicas científicas e éticas da Feas.

XI. Substituir qualquer médico cuja presença seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e qualidade dos serviços das unidades da Feas.

XII. Responsabilizar-se por todas as normas e procedimentos de segurança, inclusive a obrigatoriedade no uso de equipamentos de proteção individual, relacionados às atividades realizadas pelos profissionais vinculados à **CONTRATADA**, que resultem ou venham a resultar da execução do presente Instrumento de contrato.

XIII. Fornecer à Feas as escalas mensais de todos os plantonistas, com 30 (trinta) dias de antecedência, com possibilidade de alteração, de conformidade com as necessidades, porém mediante comunicação formal ao gestor do contrato.



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

XIV. Comunicar por escrito ao gestor do contrato, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com a execução dos serviços, para as providências necessárias.

XV. Controlar o material utilizado, zelando pelo uso racional, prestando contas do seu uso quando solicitado pela Feas.

XVI. Todos os bloqueios de agenda deverão seguir o procedimento padrão, conforme normas estabelecidas por cada uma das unidades da Feas.

XVII. O pedido de cancelamento de agenda solicitado pelo médico, mesmo que justificado, implicará em desconto, caso não seja repostado e dependerá de autorização expressa do gestor de cada unidade.

XVIII. Assumir responsabilidade em relação a todos os ônus fiscais legalmente previstos como sendo de sua responsabilidade, advindos de valores pagos em razão deste Contrato.

XIX. Apresentar à **CONTRATANTE** nota fiscal até o 5º (quinto) dia útil após a realização dos serviços do mês imediatamente anterior, para que seja efetuado o pagamento correspondente.

XX. Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**.

XXI. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária que resultem da execução do contrato.

XXII. Responsabilizar-se por qualquer acidente a que tenha dado causa, de que possam ser vítimas seus profissionais no desempenho dos serviços do objeto deste contrato, na área infortunistica, bem como por suas consequências, além de fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI's – recomendados pelos setores competentes da Feas, os quais serão oferecidos pela **CONTRATANTE**.

XXIII. É obrigatório o uso de crachás pelos profissionais em atividades em qualquer das unidades da Feas, os quais serão fornecidos pela **CONTRATADA**.

XXIV. Eventuais substituições dos profissionais que se ausentarem de suas atividades para eventos científicos (congressos, jornadas, etc.) deverão ser providenciadas pela **CONTRATADA**, que informará a **CONTRATANTE** e ao gestor do contrato deste fato com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

XXV. Fica expressamente proibido os profissionais médicos prestadores de serviços, quando escalados, ausentarem-se das unidades da Feas, excetuando-se necessidade imperiosa devidamente justificada por escrito que será dirigida ao gestor do contrato e



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

à **CONTRATANTE**.

XXVI. Fica expressamente proibido a contratação de médicos que façam parte do quadro de contratados da Feas.

XXVII. Fica expressamente proibido divisão de horário para descanso noturno.

XXVIII. Fica expressamente proibido ausentar-se da unidade ou afastar-se de seu posto de trabalho sem prover um substituto e comunicar o gestor local.

XXIX. Fica expressamente proibida a veiculação de qualquer tipo de propaganda ou material com o nome da **CONTRATANTE**.

XXX. Os profissionais deverão observar estritamente os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas adotados nas normas vigentes do Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de saúde e das Unidades da Feas.

XXXI. Registrar a frequência dos profissionais, cuja disponibilização é de sua responsabilidade, possibilitando ao gestor do contrato o acesso às informações de ponto e frequência.

XXXII. Registrar os atendimentos no prontuário dos pacientes, e no sistema disponibilizado pela Feas.

XXXIII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data de prestação dos serviços, motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos, com a devida comprovação.

XXXIV. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

XXXV. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, em especial no que se refere à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização.

XXXVI. Responsabilizar-se pelo fornecimento de crachás e jalecos.

XXXVII. Distribuir os profissionais conforme as necessidades e por determinação da equipe técnica da **CONTRATANTE**.

XXXVIII. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial de cada Unidade da Feas.

XXXIX. Atender de imediato às solicitações da **CONTRATANTE** quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

XL. Manter a prestação dos serviços, de forma ininterrupta, não permitindo qualquer tipo de paralisação.



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

XLII. Realizar visita do responsável pelo contrato na **CONTRATANTE** para reunião de rotina sobre andamento dos trabalhos sempre que for convocado para reunião na unidade/Feas.

XLIII. Manter a **CONTRATANTE** informada, caso ocorra, do desligamento de funcionário ou mudanças que causem qualquer impacto na rotina do serviço.

XLIV. Responsabilizar-se por danos de qualquer natureza causados à **CONTRATANTE** e a terceiros, na execução dos serviços, decorrentes de culpa e/ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

XLV. Comunicar à fiscalização da **CONTRATANTE**, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste contrato.

XLVI. Apresentar escala de trabalho nos padrões da Feas.

XLVII. Participar obrigatoriamente dos treinamentos oferecidos pela instituição e assim como participar regularmente das reuniões da SCIH, quando convocado.

XLVIII. A **CONTRATADA** deverá encaminhar o comprovante de participação dos cursos obrigatórios dos profissionais juntamente com a relação mensal dos profissionais.

XLIX. Cumprir o código de Ética Médica.

L. O prestador contratado deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência anexo.

LI. O prestador contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização da Feas ou comissão designada para tal ato.

LII. O prestador contratado deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos pacientes com relação aos atendimentos realizados.

LIII. As despesas decorrentes do contrato dos profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta do prestador credenciado.

LIV. Utilizar empregados habilitados com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

LV. Apresentar Cópia Licença Sanitária da licitante (dentro de seu prazo de validade), vinculada ao ramo de atividade. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar o protocolo de solicitação de renovação ou cópia (autenticada) do deferimento publicado em Diário Oficial.

LV. Disponibilizar sempre que solicitado relatórios que viabilizem a auditoria dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

LVI. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, respeitando as condições ou exigências contidas neste contrato administrativo, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela **CONTRATANTE** (Feas) e as normas técnicas e legais vigentes.

LVII. Cumprir rigorosamente o prazo de execução dos serviços.

LVIII. Responsabilizar-se em executar os serviços, objeto do presente, através de pessoas idôneas e especializadas, assumindo qualquer responsabilidade por danos ou falhas que as mesmas vierem a cometer no desempenho de suas funções, obrigando-se ainda a indenizar a **CONTRATANTE** por todos os prejuízos que eventualmente ocasionarem.

LIX. Manter contatos com a **CONTRATANTE**, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da execução dos serviços, prestando todo e qualquer esclarecimento solicitado, e obrigando-se a atender prontamente as reclamações que porventura ocorrerem.

LX. Manter o quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato administrativo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a **CONTRATANTE**, sendo de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

LXI. Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços prestados.

LXII. Comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, quaisquer anormalidades de caráter urgente, condições inadequadas para a execução dos serviços e a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, comprometendo-se a prestar todos os esclarecimentos julgados necessários.

LXIII. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente contrato administrativo em Termo de Referência.

LXIV. Responsabilizar-se pela omissão de valor ou volume de qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução do objeto ora contratado.

LXV. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional a **CONTRATANTE**.

LXVI. Iniciar a prestação dos serviços dentro dos prazos definidos no CONTRATO, quando deverá ser dado início à prestação do serviço, computando o prazo para



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

pagamento das atividades.

LXVII. Não veicular publicidade acerca da contratação sem expressa e prévia autorização da **CONTRATANTE**.

LXVIII. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021).

LXIX. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

LXX. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

LXXI. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social. 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União. 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda *Municipal, Estadual ou Distrital* do domicílio ou sede do contratado. 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF. e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

LXXII. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**, salvo na hipótese do § 2º, do art. 121, da Lei n.º 14.133/2021.

LXXIII. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

LXXIV. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

LXXV. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

LXXVI. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

LXXVII. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

LXXVIII. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

LXXIX. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

LXXX. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

LXXXI. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

LXXXII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

LXXXIII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

LXXXIV. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

LXXXV. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão **CONTRATANTE**.

LXXXVI. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

LXXXVII. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

LXXXVIII. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência anexo, no prazo determinado.

LXXXIX. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

XC. Disponibilizar ao **CONTRATANTE** os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

XCI. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes.

XCII. Atender às solicitações do **CONTRATANTE** quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito em Termo de Referência.

XCIII. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

XCIV. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

XCV. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Proporcionar todas as condições para que a **CONTRATADA** possa disponibilizar e desempenhar o serviço de acordo com as determinações deste instrumento.



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

- II. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de referência que deu origem ao Contrato.
- III. Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre irregularidades verificadas nas inscrições fornecidas, para que sejam corrigidas ou substituídas.
- IV. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de comissão especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês, ano, bem como o nome dos profissionais eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- V. Providenciar a fiscalização dos serviços executados, através de profissionais do seu corpo funcional.
- VI. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste contrato administrativo e seus anexos.
- VII. Solicitar, em função de qualidade ou eficiência, a repetição dos laudos, sempre que constatar irregularidades.
- VIII. Comunicar de imediato à **CONTRATADA**, quaisquer anormalidades de funcionamento.
- IX. Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, do presente ajuste.
- X. Efetuar o pagamento ao fornecedor nas condições e valores correspondentes ao serviço contratado.
- XI. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente instrumento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- XII. Orientar, se necessário, a **CONTRATADA** no exercício de suas atribuições, fornecendo subsídios para a elaboração do planejamento das atividades.
- XIII. Fornecer a documentação necessária para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços de acordo com as normas estabelecidas em Termo de Referência.
- XIV. Fornecer as informações e as orientações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente instrumento.
- XV. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

Contrato.

XVI. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como os do art. 48 da Lei n.º 14.133/2021).

XVII. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado.

XVIII. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no menor prazo possível.

XIX. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

XX. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XXI. Comunicar o contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo **CONTRATANTE**, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

XXII. Notificar por escrito a **CONTRATADA** se verificado qualquer problema nos serviços prestados. Poderá ser ordenada a suspensão dos serviços e, respectivos pagamentos, se dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

Pela prestação dos serviços constantes neste contrato está previsto o valor máximo de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX, o qual será pago de acordo com os serviços efetivamente prestados, conforme tabela abaixo, obedecendo-se em todo o caso o valor efetivamente homologado:



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

Descrição	Qtde horas Máxima Anual						
Serviços Médicos Generalistas Complementares	96.960						
VALOR ANUAL TOTAL							

Parágrafo Único

As despesas decorrentes dos serviços ora contratados correrão por conta de recursos próprios da **CONTRATANTE**, previstos em seu orçamento, recebíveis através de Contrato de Gestão celebrado com o Município de Curitiba, para atender as metas definidas.

CLÁUSULA SEXTA– DO PAGAMENTO

I. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de pagamento.

II. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade.
- b. data da emissão.
- c. os dados do contrato e do órgão **CONTRATANTE**.
- d. o período respectivo de execução do contrato.
- e. o valor a pagar. e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

III. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à **CONTRATANTE**.

IV. A empresa deverá entregar na Unidade até o 5º dia do mês subsequente ao plantão, antes da emissão da Nota Fiscal, relatório dos plantões realizados no mês contendo nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço,



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues pela empresa e seu representante.

V. Após a conferência, será autorizada a emissão da nota fiscal.

VI. O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação das respectivas faturas/notas fiscais, atestadas definitivamente pelo gestor ou fiscal do contrato.

VII. Quando da apresentação da Nota Fiscal deverá apresentar:

- a. Nota Fiscal de prestação de serviço com descritivo do serviço prestado relacionando a quantidade dos plantões/ horas cobrados, valor unitário e valor total;
- b. relatório dos plantões realizados de acordo com a escala (atualizado caso haja glosa de plantões),
- c. escala de plantão da especialidade;
- d. certidões negativas ou positivas com efeitos negativos de débitos (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS);
- e. a partir da emissão da segunda Nota fiscal poderá ser exigida a apresentação de documentação comprobatória da quitação dos encargos trabalhistas e tributos relativos aos empregados, referente ao mês anterior a cobrança (se for o caso).

VIII. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar os seus débitos.

IX. Para efeito de faturamento mensal só poderão ser cobrados os exames executados e laudos liberados mediante apresentação da documentação prevista.

X. Do Pagamento por Performance

- a. O pagamento da hora normal será realizado conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, observado o cumprimento da meta mínima de atendimento de 04 (quatro) pacientes/hora.
- b. Os profissionais médicos que superarem a média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora farão jus a um adicional de performance, calculado progressivamente, conforme item II, do capítulo 7.1, do Termo de Referência.
- c. Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos Gestores da Área de Urgência e Emergência da FEAS.
- d. Consolidação Mensal: Os dados serão compilados em um Boletim de Desempenho mensal. Este documento servirá como base para a conferência da fatura da empresa



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

contratada, detalhando a composição da remuneração variável e justificando eventuais sanções.

e. Não será devido o pagamento do adicional quando houver inconsistências no registro dos atendimentos, falha na alimentação do sistema ou descumprimento dos protocolos institucionais.

f. A FEAS poderá revisar, a cada 06 (seis) meses, os critérios de cálculo e os percentuais aplicados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os resultados alcançados.

g. O adicional por performance tem caráter variável, não incorporável à remuneração contratual e condicionado exclusivamente ao desempenho aferido.

h. A previsão desse pagamento visa estimular a eficiência, a qualidade assistencial e a redução de riscos de desassistência, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão adotadas em contratações públicas e privadas de serviços médicos.

XI. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

XII. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

XIII. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

XIV. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

XV. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

XVI. No caso de empresas com prestação de serviços de mão de obra exclusiva, as empresas deverão apresentar:

1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar a seguinte documentação:

- a. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.
- b. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela **CONTRATADA**.
- c. exames médicos admissionais dos empregados da **CONTRATADA** que prestarão os serviços. e

2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

- a. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND).
- b. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado.
- c. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF). e
- d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3. entrega, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, de quaisquer dos seguintes documentos:

- a. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração **CONTRATANTE**.
- b. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte **CONTRATANTE**.
- c. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários.
- d. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado. e comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria.
6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.
7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado.
8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela **CONTRATADA**, os documentos elencados no item 1 acima deverão ser apresentados.
10. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
11. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a **CONTRATADA** deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
12. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
13. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
14. Não haverá pagamento adicional pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
15. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

17. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

18. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

19. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

20. A Administração **CONTRATANTE** poderá conceder um prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

21. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a **CONTRATANTE** comunicará o fato à **CONTRATADA** e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

22. Não havendo quitação das obrigações por parte da **CONTRATADA** no prazo de quinze dias, a **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **CONTRATADA** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

23. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela **CONTRATANTE** para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

24. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**.

25. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

26. A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

27. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

28. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

XVII. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Parágrafo Primeiro

A Nota Fiscal deverá vir em nome da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, com sede à Rua Lothário Boutin, n.º 90, Pinheirinho, Curitiba, Paraná, CEP 81.110-522, inscrita no CNPJ sob n.º 14.814.139/0001-83. As notas deverão encaminhadas ao setor de contratos para o e- mail contratos@feas.curitiba.pr.gov.br sempre com confirmação de leitura.

Parágrafo Segundo

Sendo identificada pela **CONTRATANTE** a cobrança de valor indevido nas faturas apresentadas, esta comunicará por escrito à **CONTRATADA**, em até 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil após a protocolização das Notas Fiscais/Fatura. Neste caso, o prazo previsto no caput desta Cláusula será suspenso, até que haja a regularização da cobrança, sendo reiniciado o prazo para pagamento da fatura a partir dessa nova data, sem a ocorrência de quaisquer encargos à **CONTRATANTE**, seja a que título for.

Parágrafo Terceiro



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

Em sendo constatada pela **CONTRATANTE** a cobrança de valor indevido após o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, a **CONTRATANTE** comunicará por escrito a **CONTRATADA**, a qual deverá efetuar o ressarcimento desses valores no faturamento do mês subsequente ao da comunicação.

CLÁUSULA SÉTIMA– DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste após decorridos 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 382/2023 e Instrução Normativa nº 02/2021 – SMF, ou seja, será adotado como critério de reajuste o IPCA.

Ainda, nos casos em que haja mão de obra com dedicação exclusiva, a empresa poderá requerer a repactuação, quando da publicação da nova Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA– DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários na prestação de serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o art. 125 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Único

Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, exceto supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

I. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato.
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c. der causa à inexecução total do contrato.
- d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame.



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

- e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
 - f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
 - h. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato.
 - i. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
 - j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
 - k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.
 - l. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- a. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).
 - b. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei).
 - c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
 - d. Multa:
 - 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 07 dias.
 - 2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

4. de 10% (dez por cento) sobre a parcela a ser adimplida, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei n.º 14.133/2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

III. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE** (art. 156, §9º)

IV. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

a. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

b. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

c. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

V. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

VI. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a. a natureza e a gravidade da infração cometida.

b. as peculiaridades do caso concreto.

c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d. os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

VII. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

VIII. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

IX. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

X. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa **CONTRATADA** será a única e exclusiva responsável pela entrega do objeto, todavia a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, designando, para tanto, um servidor para acompanhamento, que poderá entre outros:

- a)** Notificar a empresa **CONTRATADA**, por escrito, pela ocorrência de eventuais imperfeições na execução do contrato, fixando prazo para sua correção.
- b)** Solicitar à empresa **CONTRATADA**, a substituição de qualquer produto fornecido que esteja em desacordo ou insatisfatório.
- c)** Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução dos serviços.



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

Parágrafo Único

A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS

Correrão por conta exclusivos da **CONTRATADA**, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, ou vierem a ser criados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RENÚNCIA

A **CONTRATADA**, por si e por seus eventuais sucessores, renuncia expressamente a qualquer ação, questionamento ou pedido de devolução judicial ou administrativo relativamente aos tributos municipais incidentes sobre o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO

A rescisão do contrato poderá ser:

- I. Unilateralmente e por escrito pela **CONTRATANTE**, nos casos de descumprimento pela **CONTRATADA** das condições pactuadas e, ainda, na forma dos incisos II, do artigo 102 da Lei nº 14.133 e alterações, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- II. Por acordo amigável entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**. Deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- III. Por iniciativa das partes na via administrativa ou judicial, nos casos enumerados nos incisos I a III, do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021 e alterações, hipóteses em que, desde que não haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, em conformidade com o disposto no parágrafo 2º e incisos, do artigo 79 e 80, daquele diploma legal.

Parágrafo Primeiro

Poderá ainda o contrato ser rescindido por qualquer uma das partes, a qualquer tempo, observadas as seguintes condições:

- a) Na hipótese de a **CONTRATADA** solicitar a rescisão, esta deverá continuar prestando



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

os serviços por período a ser estipulado pela **CONTRATADA**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da solicitação de rescisão.

b) Na hipótese de a **CONTRATANTE** solicitar a rescisão, deverá efetuar comunicação por escrito à **CONTRATADA**, com antecedência mínima de até 60 (sessenta) dias, sendo então pagos os serviços comprovadamente prestados, não cabendo à **CONTRATADA** qualquer outra compensação ou indenização, seja a que título for.

Parágrafo Segundo

Se, a qualquer tempo, na vigência deste contrato, a **CONTRATADA** tiver decretada sua falência ou vier a se dissolver, de pleno direito ou extrajudicialmente, fica o presente contrato automaticamente rescindido, sem prejuízo da resolução de eventuais pendências.

Parágrafo Terceiro

É vedado à **CONTRATADA** ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem prévia e expressa autorização e concordância da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA OBSERVÂNCIA À LEI 14.133/2021

O presente instrumento sujeita a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** às normas contidas na Lei nº 14.133/2021 bem como demais legislações aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

I. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

a. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este órgão ou entidade não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade, ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

b. A extinção, na hipótese do subitem anterior, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário.

c. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

II. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

b. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

III. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

IV. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

c. Indenizações e multas.

V. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** e à aplicação das penalidades cabíveis.

VI. O **CONTRATANTE** poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

VII. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

VIII. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o **CONTRATANTE** reterá:

a. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021). e

b. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

IX. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 30 dias, o **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

X. O **CONTRATANTE** poderá ainda:

a. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria. e

b. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

XI. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOS GESTORES

Ficam designados para o presente contrato, os seguintes agentes nas respectivas funções:

Gestora: Rosane Kraus – Matrícula 1370

Suplente: Sulamita de Paula Santos – Matrícula 548

Fiscal Técnico/ Administrativo: Luiza Regina Antônio Zapani – Matrícula 1744

Suplente: Juliana Czarnobay – Matrícula 2525

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA VIGÊNCIA

O contrato será celebrado pelo período de 12 (doze) meses, tendo sua vigência a



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

partir da assinatura deste, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

A **CONTRATADA**, por si e por seus empregados, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados da **CONTRATANTE**. No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá:

- I. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
- II. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.
- III. Garantir, que os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente. Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.
- IV. Notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados de que venha a **ter** conhecimento ou suspeita.

Parágrafo primeiro

A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

Parágrafo segundo

Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento e, em no prazo máximo de 30 dias, sob instruções e na medida do determinado pela **CONTRATANTE**, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

Parágrafo terceiro

A **CONTRATADA** declara, por meio deste instrumento, que:

- I. Cumpre a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, especialmente a Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”), sem exclusão das demais normas setoriais ou gerais sobre o tema, implementando todas as medidas técnicas de segurança da informação disponíveis, além de medidas organizacionais para controle de acesso aos Dados Pessoais.
- II. Atua como Controladora de Dados Pessoais, de forma autônoma e independente, nos termos da LGPD, respondendo pelas atividades de Tratamento a que tenha ingerência, incluídas aquelas conduzidas por seus empregados e, em nenhuma hipótese a **CONTRATANTE** será responsabilizada pelo Tratamento de Dados Pessoais realizados pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO E DAS DIRETRIZES DO BANCO MUNDIAL

- I. As partes contratantes se comprometem a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000. a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002. e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

(Convenção das Nações Unidas) - promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.

II. A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013. (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Primeiro

A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste contrato administrativo, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

Parágrafo Segundo

Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

- I. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa.
- II. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa.

Parágrafo Terceiro

A **CONTRATADA** obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país." Art. 4º Do Termo de Integridade e Ética a ser exigido quando da assinatura dos instrumentos pactuados:

Parágrafo Quarto

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF n.º XXXXXXXX declaro, para os devidos fins, que a empresa ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou



Contratos
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley,
Capão Raso – Curitiba/ PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5721
contratos@feas.curitiba.pr.gov.br

Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção.

Outrossim, declaro que a empresa envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de integridade. Reconheço que o que subscrevo é verdade, sob as penas da lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Elegem as partes o foro da cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para as ações que porventura decorram do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Curitiba, xx de xxxxxxxx de xxxxxx.

Sezifredo Paulo Alves Paz

Diretor-Geral – Feas

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Contratada

Janaina Barreto Fonseca

Diretora Administrativa Financeira – Feas

Pedro Henrique Igino Borges

Assessor Jurídico – Feas

1ª Testemunha

2ª Testemunha



Prefeitura Municipal de Curitiba
Termo de Anexação de Arquivos

01-021633/2026

ORIGEM: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Nesta data juntamos ao presente, por anexação o(s) arquivo(s) eletrônico(s) abaixo relacionado(s), a fim de subsidiar a instrução processual.

**4.1 -
DECLARACAO_DE_DISPONIBILIDADE_DE_RECursos_FINANCEIROS_29_ASSINADO
JULIANO.PDF**

4.2 - INDICACAO_GESTOR_E_SUPLENTE.PDF

Anexação de Arquivos

Curitiba , 28 de janeiro de 2026 - 13:25:58

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:12



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Declaração de disponibilidade de recursos financeiros

Declaro que existe previsão financeira para pagamento da despesa da contratação no valor de até R\$ 16.056.576,00 (dezesesseis milhões, cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e seis reais), conforme contrato de gestão, celebrado com o município de Curitiba, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso I, da lei municipal nº 13.663/2010, para atender as metas definidas, além de outras receitas.

Processo administrativo: 01-021633/2026.

Objeto: Credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 meses.

Curitiba, na data da assinatura eletrônica.

Denilson Blank
Assessor Financeiro Feas

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 13:36:11

Documento SEM EFEITO e OCULTO devido ao conteúdo inadequado.
Anulado e ocultado pelo servidor JULIANO EUGÊNIO DA SILVA, mat. 277, conforme termo gerado na movimentação nº7 - Anulação FEASCPL
Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:13



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA: FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

Prezadas,

Encaminho para providências,

att.

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

5.1 - 5_- _Indicacao_gestor_e_suplente.pdf

5.2 - 6 - Autorização_para_Licitar e Autorizador de despesas.pdf

Curitiba , 28 de janeiro de 2026 - 13:27:40

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:13



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Indicação de gestor e suplente

Consoante a legislação em vigor e para o cumprimento das responsabilidades estabelecidas no decreto municipal n.º 700/2023 e normativas correlatas, os servidores abaixo mencionados são formalmente designados para o processo em questão, com a ciência de todos os envolvidos.

Processo administrativo: 01-278099/2025.

Objeto: Credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 meses.

Curitiba, 28 de novembro de 2025.

Sezifredo Paulo Alves Paz
Diretor-Geral

Cientes,

Rosane Kraus
Matrícula 1370
Gestor

Sulamita de Paula Santos
Matrícula 548
Suplente Gestor

Luiza Regina Antônio Zapani
Matrícula 1744
Fiscal

Juliana Czarnobay
Matrícula 2525
Suplente Fiscal



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Protocolo	Processo Administrativo n.º 01-021633/2026
Modalidade	Inexigibilidade de licitação (procedimento auxiliar: credenciamento).
Objeto	Credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.
Justificativa:	Necessidade de garantir a continuidade dos serviços médicos nas unidades da Feas, criando uma "reserva técnica" ágil para suprir o alto índice de absenteísmo (atestados, licenças, férias) e a demanda sazonal (dengue, doenças respiratórias) que o quadro próprio (CLT) e as horas extras não conseguem absorver. O modelo de credenciamento visa evitar a desassistência à população, assegurando o preenchimento imediato de escalas desfalcadas e o cumprimento dos parâmetros legais de dimensionamento de pessoal.
Valor	Até R\$ 16.056.576,00.

Autorização para licitar.

Consoante a documentação acostada aos autos, aprovo o ETP, e autorizo a presente contratação, nos moldes da legislação vigente.

Declaração de autorizador de despesa

Eu, Sezifredo Paulo Alves Paz, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, declaro, na qualidade de Diretor Geral da Feas, com fundamento no inciso III do artigo 13 de seu Estatuto, que existe previsão de receita para fazer frente as despesas para este processo administrativo, conforme contrato de gestão, celebrado com o município de Curitiba, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso I, da lei municipal nº 13.663/2010, para atender as metas definidas.

Curitiba, na data da assinatura eletrônica.

Sezifredo Paulo Alves Paz
Diretor-Geral



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

PARA: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Segue documento assinado.

Curitiba , 28 de janeiro de 2026 - 15:03:00

Assinado eletronicamente por JANE DENISE KLEIN PAGLIARINI - 7808 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:13



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Anulação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Termo de Anulação de Documentos

Com o objetivo de assegurar a plena lisura, no presente processo, procedo à alteração do(s) documento(s) abaixo relacionado(s), juntado(s) aos autos pelo servidor abaixo descrito, estando certo de que essa ação não afetará a integridade nem a legitimidade das demais informações ou documentos que integram o protocolo até o momento, e não causará incoerência, desconexão ou descontinuidade na instrução processual. Tenho ciência de estar sujeito às responsabilidades penal, civil e administrativa, com penas previstas na legislação, caso a alteração resulte em destruição, supressão, ocultação ou desfiguração de documentos considerados como de interesse público.

Documentos Anulados

Motivo Anulação

- 4.2 - INDICACAO_GESTOR_E_SUPLENTE.PDF

Documento Equivocado

Justifico, de forma pormenorizada, a necessidade da alteração, pelo(s) seguinte(s) motivo(s):

Documento anexado equivocadamente.

Curitiba , 29 de janeiro de 2026 - 14:52:14

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.



Prefeitura Municipal de Curitiba
Termo de Anexação de Arquivos

01-021633/2026

ORIGEM: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Nesta data juntamos ao presente, por anexação o(s) arquivo(s) eletrônico(s) abaixo relacionado(s), a fim de subsidiar a instrução processual.

8.1 - MINUTA EDITAL CREDENCIAMENTO (1).PDF

8.2 - APROVAÇÃO MINUTA EDITAL SETOR TÉCNICO.PDF

Anexação de Arquivos

Curitiba , 29 de janeiro de 2026 - 16:14:29

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:13



Credenciamento

XXX/XXXX

CONTRATANTE (928285)

Fundação Estatal de Atenção à Saúde.

OBJETO

Credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 16.056.576,00.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

Permanente.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

XX/XX/XXXX



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	3
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.	4
4. DA HABILITAÇÃO	5
5. DOS RECURSOS	7
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	7
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	9
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS	10
9. DA CONTRATAÇÃO	10
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.	10
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	10
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	11
13. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	11

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 27/11/2013/03/02/2026 15:36:28



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas**CREDENCIAMENTO Nº/2025.**

(Processo Administrativo nº 01-021633/2026)

Torna-se público que a Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, por meio da Comissão Permanente de Licitações, sediada na R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161, 3º andar, Capão Raso – Curitiba/PR, CEP 81.130-160, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Municipal nº 701/2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o **Credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 7º, inciso I¹, do Decreto Municipal nº 701/2023.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br.

2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

¹ Art. 7º O credenciamento poderá ser aplicado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

2.5. Não poderão participar do credenciamento:

- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.5.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública municipal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.5. *peças jurídicas reunidas em consórcio; dada a baixa complexidade do objeto e visando a ampliação da disputa, bem como diminuir a possibilidade de conluio.*
- 2.5.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.7. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.8. A vedação de que trata o item 2.5.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no Sicaf e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico (pelos seguintes e-mails: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br e mifonseca@feas.curitiba.pr.gov.br), o **requerimento de participação** com a indicação de sua intenção de se credenciar para o fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

- 3.1.1. *Descrição detalhada do objeto contendo informações sobre a prestação do serviço.*
- 3.1.2. *Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços objetos deste edital.*

3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

3.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5. Há vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada.

3.6. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, **o interessado apresentará também declaração que:**

3.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

3.8. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.10. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

- 4.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.
- 4.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 4.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 4.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 4.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.
- 4.6. O órgão credenciante terá o prazo de quinze dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.
- 4.7. Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.
- 4.8. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.
- 4.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, em relação aos documentos por ele abrangidos.
- 4.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 4.10. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.11. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 4.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio eletrônico (pelos seguintes e-mails: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br e mifonseca@feas.curitiba.pr.gov.br) até a conclusão da fase de habilitação.
- 4.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

4.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado;
e

4.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

4.12.3. A vedação à inclusão de novo documento, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou seu pedido de credenciamento, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo órgão credenciante (Acórdão 1211/2021 - Plenário TCU).

4.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

4.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

5. DOS RECURSOS

5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 14 do Decreto Municipal nº 701/2023.

5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em um dia útil, sob pena de preclusão;

5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (pelo seguinte e-mail: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br).

5.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://feas.curitiba.pr.gov.br/inexigibilidade.html>

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

6.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

- 6.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;
- 6.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 6.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
- 6.1.6. fraudar o credenciamento;
- 6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 6.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 6.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 6.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 6.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- 6.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

6.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 6.2.1. advertência;
- 6.2.2. multa;
- 6.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 6.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de trinta dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

- 6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante.
- 6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.
- 7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes e-mails*: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br e mifonseca@feas.curitiba.pr.gov.br.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de três dias úteis.

9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

9.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

9.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de um ano.

9.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

10.1. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos critérios estabelecidos no termo de referência deste edital quanto à distribuição da demanda.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

- 11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de trinta dias;
- 11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;
- 11.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- 11.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

11.9. Os usuários poderão denunciar irregularidades na prestação dos serviços ou no faturamento.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente edital é permanente.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://feas.curitiba.pr.gov.br/inexigibilidade.html>

13.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.5.1. ANEXO 1 - Termo de Referência
 - 13.5.1.1. Anexo 1.1. – Estudo Técnico Preliminar
- 13.5.2. ANEXO 2 – Valores praticados.
- 13.5.3. ANEXO 3 – Minuta de Termo de Contrato

Curitiba, de de 2025.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Sezifredo Paulo Alves Paz
Diretor-Geral Feas

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:13



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

ANEXO 1 - Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto

Credenciamento de empresas para Contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

2. Da justificativa

Tendo em vista que Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS é uma fundação pública de direito privado, órgão de administração indireta da prefeitura de Curitiba que executa e desenvolve ações no Sistema Único de Saúde (SUS), através de um contrato de gestão com a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, prestando serviço de atenção à saúde nas unidades: Hospital Municipal do Idoso, Centro médico comunitário bairro novo, Centro de atenção especializada, RUE (rede de urgência e emergência): Samu Móvel 7 ambulâncias suporte avançado, 2 unidades de transporte avançado para remoção entre serviços, complexo regulador de urgências e 9 Unidades de Pronto Atendimento (Upas) Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, Campo Comprido, CIC, Fazendinha, Pinheirinho, Sítio Cercado, Tatuquara, Atenção Primária à Saúde com fornecimento de médicos para completar escalas das 108 unidades municipais de saúde, Serviço de atenção domiciliar 20 equipes, 13 Centro atenção psico social (CAPS).

I. Considerando que os profissionais são contratados via Processo Seletivo Público, modalidade Celetista.

II. Considerando que há afastamentos para tratamento de saúde e licença maternidade, sendo que muitas horas de afastamento estão relacionadas às medidas sanitárias de controle epidemiológico que demandam isolamento respiratório e afastamentos legais (atestados, férias, licenças previstas na CLT).



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

III. Considerando que no banco formado através de chamamento de funcionários aprovados em PSP (processo seletivo público), não há previsão de contratação pontual e/ou esporádica, no sentido de atender à supracitada demanda (reposições por afastamentos diversos), tendo em vista o caráter contínuo da contratação, que é incompatível com trabalho temporário ou pontual.

IV. Considerando o período de sazonalidade, com aumento demanda de casos respiratórios, Dengue entre outros agravos que culminam em maior número de atendimentos nas unidades e para isso necessita número de profissional em caráter temporário.

V. Considerando portarias e legislações vigentes que determinam um quantitativo mínimo de profissionais para manter o funcionamento dos serviços de forma ininterrupta garantida a qualidade e continuidade assistencial

VI. Considerando a situação necessidade de manter escalas médicas dentro do preconizado para prestação de assistência qualificada a população.

VII. Considerando que a disponibilização de escalas de volantes não garantem o preenchimento dos postos vagos de trabalho, e, diante do aumento imprevisível e inesperado no número de afastamentos de profissionais, síndromes respiratórias e demais agravos que demanda afastamento de ambiente de trabalho com dengue, dentre outros, que impede o trabalho.

VIII. Considerando que a abertura de horas extras também não garante o preenchimento dos postos vagos de trabalho, e, diante do aumento imprevisível e inesperado no número de afastamentos de profissionais, síndromes respiratórias em geral, dengue, dentre outros, que impede o trabalho.

IX. Considerando o princípio da economicidade no serviço público, onde a hora extraordinária devem ser eventuais e esporádicos para não onerar os cofres públicos de forma irregular, e, tendo sido constatado pós análise financeira que a contratação de mão de obra através desta modalidade para reposições dos afastados temporários, colabora com redução de custos e encargos; situação que repercutirá em redução do custo final gasto pela FEAS conforme orientação do TCE/PR.

X. Considerando que a contratação nestes moldes oportuniza a integralidade e qualidade na prestação de serviço aos usuários do SUS, com eficiência sem ferir o previsto em lei.

XI. Considerando que em muitos casos de pedido de demissão o empregado não cumpre aviso prévio, repercutindo em falta imediata daquele profissional.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

XI. Considerando as várias providências internas como: i) escalas com mais profissionais que o mínimo exigido; ii) transferências esporádicas e pontuais de médicos; iii) banco de sobreaviso; iv) aumento temporário de carga horária; v) constantes seleções dentre os próprios empregados já contratados; e outras providências; mesmo assim, em determinados casos pontuais, não são suficientes para o fechamento da escala.

Ainda, ressalta-se que, atualmente, a Fundação Estadual de Atenção à Saúde – FEAS possui contratualizadas junto à Secretaria Municipal de Saúde, a cobertura de cerca de 128.000 (cento e vinte e oito mil) horas médicas mensais, destinadas à cobertura assistencial de todas as unidades de saúde sob sua responsabilidade, abrangendo tanto a rede de urgência e emergência quanto a atenção especializada e primária. Este quantitativo é dimensionado de modo a assegurar o funcionamento regular dos serviços e o atendimento contínuo à população, em conformidade com as normativas e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Entretanto, a experiência prática da gestão de escalas médicas demonstra que, mesmo com o planejamento rigoroso e a adoção de medidas internas como banco de sobreaviso, remanejamento pontual de profissionais, abertura de horas extras e incremento temporário de carga horária, há situações em que os postos de trabalho não conseguem ser integralmente supridos. Isso decorre, sobretudo, dos índices de absenteísmo, originados por licenças médicas, afastamentos legais previstos na CLT, licenças maternidade, férias regulamentares, intercorrências epidemiológicas (como síndromes respiratórias e arboviroses, a exemplo da dengue), além de casos de desligamentos ou exonerações sem cumprimento de aviso prévio.

Diante deste cenário, torna-se necessário instituir uma “reserva técnica” de horas médicas que permita suprir eventuais lacunas na cobertura assistencial, sem que haja prejuízo à continuidade e à integralidade da atenção prestada.

Para tanto, considera-se adequado adotar um percentual de até 15% sobre o total de horas atualmente contratualizadas junto SMS, como margem de segurança para recomposição das escalas. Tal previsão possibilita que a FEAS disponha de meios ágeis e eficazes para enfrentar oscilações na disponibilidade de profissionais, garantindo que os serviços de saúde permaneçam em funcionamento dentro dos parâmetros legais, técnicos e assistenciais exigidos.

Assim, a constituição desta reserva técnica não se apresenta como um acréscimo desproporcional ou oneroso, mas sim como uma medida de gestão responsável, orientada pelos princípios da economicidade, da continuidade do serviço público e da proteção do usuário do SUS contra eventuais



Feas
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

situações de desassistência. Trata-se, portanto, de mecanismo indispensável para assegurar que a cobertura assistencial corresponda às demandas reais da rede, em especial em períodos de maior sazonalidade e absenteísmo, reforçando o compromisso da FEAS com a qualidade e a eficiência da prestação de serviços de saúde no Município de Curitiba.

Resta peremptório, visando respeitar o número de profissionais preconizado na legislação/normativas para funcionamento de serviços de saúde, bem como garantir a prestação de serviço qualificado aos usuários do SUS de Curitiba – sem desassistência -, justificando, portanto os quantitativos apresentados para o presente processo.

3. Da descrição de um serviço como um todo

- I. O objeto desta contratação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto com o Termo de Referência;
- II. Os serviços serão realizados para atendimento de pacientes adulto e infantil, usuários do Sistema Único de Saúde nas unidades de rede de urgência emergência e Atenção Primária à Saúde em que a Feas atua na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.
- III. O quantitativo estimado está descrito na tabela abaixo:

Tabela 01. Descrição dos Serviços

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	



Feas
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

<p>Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda.</p> <p>Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.</p>	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

- IV. Os serviços deste objeto serão prestados nas dependências das unidades sob gestão da Fundação Estatal de Atenção à Saúde e SMS;
- V. Os atendimentos serão exclusivos aos beneficiários do Sistema Único de Saúde do município de Curitiba;
- VI. A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas e prescrição terapêutica como ato médico
- VII. completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, conforme a Resolução 1.958/2010- Conselho Federal de Medicina.
- VIII. A contratada prestará os serviços 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, conforme escala mensal previamente acordada entre as partes e aprovada pela contratante;
- IX. A contratada deverá informar mensalmente a relação com os nomes dos profissionais elegíveis para realizar o plantão;
- X. Deverá ser informado a relação de 30 profissionais que a empresa poderá disponibilizar à Feas para prestação dos serviços;
- XI. A inscrição de novos profissionais fica sujeira a retirada de outros, na mesma quantidade de novos pedidos.
- XII. Novos cadastros devem ser solicitados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização do primeiro plantão do profissional;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

XIII. A empresa é responsável por comunicar à Feas profissionais por ela informados para cadastro que não mais prestem serviços;

XIV. A contratada deverá realizar a cobertura dos horários extraordinários originados por atestados ou faltas, originados pela ausência dos médicos contratados pela Feas, a solicitação será realizada via mensagem em aplicativo de celular pela Contratante, a contratada deverá realizar o preenchimento em escala compartilhada, devendo a contratada providenciar a reposição em até 02 horas.

XV. Caso não haja o preenchimento na planilha, de forma correta, a Contratante poderá, solicitar a reposição pela próxima responsável.

XVI. A empresa que não atender ao preenchimento da vaga, seja ela a responsável inicial, ou a chamada após a não cobertura das demais, será notificada e poderá ser penalizada pelo descumprimento contratual.

XVII. O pagamento será realizado e descontado com base no valor das horas previstas na tabela do item I.

XVIII. Caso o profissional escalado pela empresa não cumpra, na média final dos atendimentos do plantão, o mínimo de 4 pacientes por hora, será solicitada justificativa a contratante.

XIX. A análise será feita por empregado designado pela gestão do contratos da Feas e levará em consideração as circunstâncias do atendimento (perfil de atendimento, atendimentos na unidade, dentre outros)

XX. Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão, obrigatoriamente, possuir diploma de medicina, pelo menos 6 meses de inscrição de registro no Conselho de Classe e inscrição ativa CRM/PR. Cursos na área de atuação e experiência comprovada, bem com estar em dia com todas as demais exigências conforme estabelecem os Conselhos Regionais e Federal de Medicina;

XXI. As vagas solicitadas poderão ser canceladas pelo solicitante com 02 horas de antecedência sem causar ônus a contratada;

XXII. XI. A Feas reserva o direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

4. Da Classificação e rodízio para Distribuição da Demanda

I. A distribuição das demandas fica vinculada ao quantitativo solicitados pela gestão deste contrato e demais responsáveis designados pela Feas e será feita através de sorteio realizado, seguindo padrões estritamente impessoais e aleatórios, observado as condições técnicas dos credenciados e do serviço.

II. O sorteio para alocação das demandas será realizado preferencialmente em reunião de comparecimento obrigatório, após a assinatura do (s) contratos (s).

III. Em caso de impossibilidade de assim proceder, será designada uma nova data para a sua



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

realização, cuja data será divulgada por meios eletrônicos.

IV. Os credenciados que se declararem impedidos de atender às demandas deverão apresentar documentação que justifique seu impedimento, em até 01 (um) dia útil antes do sorteio. Devendo endereçá-la ao setor de Contratos que avaliará, junto aos gestores, os motivos e suas implicações e decidirá pela aceitação ou não da justificativa apresentada.

V. Em não sendo aceita a justificativa, os credenciados estarão sujeitos as sanções previstas na Lei 14.133/2021, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

VI. Quando houver mais de um credenciado os responsáveis designados pela Feas realizarão sorteio entre eles, a fim de estabelecer a ordem classificatória das empresas para prestação dos serviços.

VII. A ausência de manifestação do interessado/candidato não o exclui do sorteio para alocação das demandas, mas implica na aceitação do resultado. Após a realização do sorteio serão elaboradas as listas classificatórias, seguindo numeração sequencial iniciada no primeiro sorteio realizado, sendo que o conjunto destes alimentará um quadro de sorteios.

VIII. Na distribuição de demandas definidas pela gestão do contrato e direção da Feas, os ganhadores iniciais, após receberem demandas aguardarão novamente sua vez de serem chamados até que todos os outros credenciados, nas mesmas condições, tenham recebido demanda, sendo que poderão ser chamadas quantas empresas forem necessárias ao preenchimento do solicitado.

IX. Os novos credenciados que ingressarem em chamamentos posteriores a este serão posicionados no quadro de sorteios logo após o último credenciado que integrar a lista de espera. Em não havendo, após o último ao qual se alocou demanda, situação que será repetida quando for realizada uma convocação geral de todos os credenciados.

X. Caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a realização do serviço, se realizará uma convocação geral dos credenciados e será realizado sorteio para se alocar cada demanda, nos termos já expostos.

XI. Após a realização do sorteio, todos os presentes assinarão a ata.

XII. Caso a empresa, a qualquer tempo da prestação, queira o descredenciamento, este deverá ser encaminhado ao setor de contratos, sendo devidamente justificado.

XIII. Os gestores analisarão as razões e, em sendo aceito o descredenciamento, a empresa ainda se obriga a continuar prestando os serviços pelo prazo mínimo de 30 dias.

5. Das obrigações da contratada

I. Escalar para os serviços contratados pela Feas exclusivamente médicos inscritos no CRM/PR;

II. Quando solicitado profissionais médicos para atuar nas unidades da rede de urgência e emergência a empresa só poderá encaminhar profissionais médicos habilitados a prestar serviços



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

em todos os setores da unidade, estando esses capacitados para assumir sala de Emergência, setores adultos e pediátricos, se necessário, durante sua prestação do serviço;

III. Quando solicitado médico para atendimentos ambulatoriais nas UPAS os profissionais devem cumprir com meta institucional de no mínimo 4 atendimentos por hora;

IV. A empresa deverá encaminhar profissionais com experiência comprovada de no mínimo seis meses de atuação como generalista;

V. Garantir o compromisso dos médicos escalados quanto à obediência aos protocolos assistenciais e rotinas definidas pelos serviços e aprovados pela Direção do das unidades sob gestão da Feas, bem como as normas do Regimento Interno do Corpo Médico; Os profissionais deverão ter performance mínima em conformidade com o preconizado pela Contratante.

VI. Providenciar em até 2 (duas) horas, sem quaisquer ônus para a Feas, a substituição do profissional que faltar ao serviço, por qualquer motivo, por outro profissional da CONTRATADA, da mesma especialidade, com a mesma qualificação e regulamentação exigidas;

VII. Encaminhar planilha atualizada com até 30 profissionais que estarão aptos à prestação dos serviços, devendo manter tal planilha atualizada;

VIII. Solicitar o cadastro de novos profissionais com antecedência mínima de 15 dias antes da realização do primeiro plantão.

IX. Designar médicos, quando solicitado pela Feas, para integrar comissões técnicas científicas e éticas da Feas;

X. Substituir qualquer médico cuja presença seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e qualidade dos serviços das unidades da Feas;

XI. Responsabilizar-se por todas as normas e procedimentos de segurança, inclusive a obrigatoriedade no uso de equipamentos de proteção individual, relacionados às atividades realizadas pelos profissionais vinculados à CONTRATADA, que resultem ou venham a resultar da execução do presente Instrumento de Contrato.

XII. Fornecer à Feas as escalas mensais de todos os plantonistas, com 30 (trinta) dias de antecedência, com possibilidade de alteração, de conformidade com as necessidades, porém mediante comunicação formal ao gestor do contrato;

XIII. Comunicar por escrito ao gestor do contrato, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com a execução dos serviços, para as providências necessárias;

XIV. Controlar o material utilizado, zelando pelo uso racional, prestando contas do seu uso quando solicitado pela Feas;

XV. Todos os bloqueios de agenda deverão seguir o procedimento padrão, conforme normas estabelecidas por cada uma das unidades da Feas;

XVI. O pedido de cancelamento de agenda solicitado pelo médico, mesmo que justificado,



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

implicará em desconto, caso não seja repostado e dependerá de autorização expressa do gestor de cada unidade;

XVII. Assumir responsabilidade em relação a todos os ônus fiscais legalmente previstos como sendo de sua responsabilidade, advindos de valores pagos em razão deste Contrato;

XVIII. Apresentar à CONTRATANTE nota fiscal até o 5º (quinto) dia útil após a realização dos serviços do mês imediatamente anterior, para que seja efetuado o pagamento correspondente;

XIX. Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE;

XX. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária que resultem da execução do contrato;

XXI. Responsabilizar-se por qualquer acidente a que tenha dado causa, de que possam ser vítimas seus profissionais no desempenho dos serviços do objeto deste contrato, na área infelizmente, bem como por suas consequências, além de fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI's – recomendados pelos setores competentes da Feas, os quais serão oferecidos pela CONTRATANTE;

XXII. É obrigatório o uso de crachás pelos profissionais em atividades em qualquer das unidades da Feas, os quais serão fornecidos pela CONTRATADA;

XXIII. Eventuais substituições dos profissionais que se ausentarem de suas atividades para eventos científicos (congressos, jornadas, etc.) deverão ser providenciadas pela CONTRATADA, que informará a CONTRATANTE e ao gestor do contrato deste fato com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

XXIV. Fica expressamente proibido os profissionais médicos prestadores de serviços, quando escalados, ausentarem-se das unidades da Feas, excetuando-se necessidade imperiosa devidamente justificada por escrito que será dirigida ao gestor do contrato e à CONTRATANTE;

XXV. Fica expressamente proibido a contratação de médicos que façam parte do quadro de contratados da Feas;

XXVI. Fica expressamente proibido divisão de horário para descanso noturno;

XXVII. Fica expressamente proibido ausentar-se da unidade ou afastar-se de seu posto de trabalho sem prover um substituto e comunicar o gestor local;

XXVIII. Fica expressamente proibida a veiculação de qualquer tipo de propaganda ou material com o nome da contratante;

XXIX. Os profissionais deverão observar estritamente os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas adotados nas normas vigentes do Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de saúde e das Unidades da Feas;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

- XXX.** Registrar a frequência dos profissionais, cuja disponibilização é de sua responsabilidade, possibilitando ao gestor do contrato o acesso às informações de ponto e frequência;
- XXXI.** Registrar os atendimentos no prontuário dos pacientes, e no sistema disponibilizado pela Feas;
- XXXII.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data de prestação dos serviços, motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos, com a devida comprovação;
- XXXIII.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, sempre que houver alteração no quadro profissional do preposto, a contratada deverá atualizar a contratante em até 24h da alteração;
- XXXIV.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, em especial no que se refere à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização;
- XXXV.** Responsabilizar-se pelo fornecimento de crachás e jalecos;
- XXXVI.** Distribuir os profissionais conforme as necessidades e por determinação da equipe técnica da contratante;
- XXXVII.** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial de cada Unidade da Feas;
- XXXVIII.** Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- XXXIX.** Manter a prestação dos serviços, de forma ininterrupta, não permitindo qualquer tipo de paralisação.;
- XL.** Realizar visita do responsável pelo contrato na CONTRATANTE para reunião de rotina sobre andamento dos trabalhos sempre que for convocado para reunião na unidade/Feas;
- XLI.** Manter a CONTRATANTE informada, caso ocorra, do desligamento de funcionário ou mudanças que causem qualquer impacto na rotina do serviço;
- XLII.** Responsabilizar-se por danos de qualquer natureza causados à CONTRATANTE e a terceiros, na execução dos serviços, decorrentes de culpa e/ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- XLIII.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste contrato;

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

XLIV. Apresentar escala de trabalho nos padrões da Feas;

XLV. Participar obrigatoriamente dos treinamentos oferecidos pela instituição e assim como participar regularmente das reuniões da SCIH, quando convocado;

XLVI. A contratada deverá encaminhar o comprovante de participação dos cursos obrigatórios dos profissionais juntamente com a relação mensal dos profissionais; **XLVII.** Cumprir o código de Ética Médica;

XLVIII. O prestador contratado deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência deste Edital;

XLIX. O prestador contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização da Feas ou comissão designada para tal ato;

L. O prestador contratado deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos pacientes com relação aos atendimentos realizados;

LI. As despesas decorrentes do contrato dos profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta do prestador credenciado.

LII. Utilizar empregados habilitados com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

LIII. Apresentar Cópia Licença Sanitária da licitante (dentro de seu prazo de validade), vinculada ao ramo de atividade. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar o protocolo de solicitação de renovação ou cópia (autenticada) do deferimento publicado em Diário Oficial;

LIV. Disponibilizar sempre que solicitado relatórios que viabilizem a auditoria dos serviços prestados pela Contratada;

LV. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, respeitando as condições ou exigências contidas neste termo, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE (Feas) e as normas técnicas e legais vigentes;

LVI. Cumprir rigorosamente o prazo de execução dos serviços;

LVII. Responsabilizar-se em executar os serviços, objeto do presente, através de pessoas idôneas e especializadas, assumindo qualquer responsabilidade por danos ou falhas que as mesmas vierem a cometer



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

no desempenho de suas funções, obrigando- se ainda a indenizar a CONTRATANTE (Feas) por todos os prejuízos que eventualmente ocasionarem;

LVIII. Manter contatos com a CONTRATANTE (Feas), sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da execução dos serviços, prestando todo e qualquer esclarecimento solicitado, e obrigando-se a atender prontamente as reclamações que porventura ocorrerem;

LIX. Manter o quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE (Feas), sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

LX. Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços prestados;

LXI. Comunicar à CONTRATANTE (Feas), por escrito, quaisquer anormalidades de caráter urgente, condições inadequadas para a execução dos serviços e a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do CONTRATO, comprometendo-se a prestar todos os esclarecimentos julgados necessários;

LXII. Manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Termo;

LXIII. Responsabilizar-se pela omissão de valor ou volume de qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução do objeto ora contratado;

LXIV. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional a CONTRATANTE (FEAS);

LXV. Iniciar a prestação dos serviços dentro dos prazos definidos no CONTRATO, quando deverá ser dado início à prestação do serviço, computando o prazo para pagamento das atividades;

LXVI. Não veicular publicidade acerca da contratação sem expressa e prévia autorização da CONTRATANTE (Feas).



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

6. Das obrigações da contratante

- I. Inserir os empregados da contratada nas políticas e rotinas de qualidades adotadas na instituição e prover as capacitações necessárias a estes, quando da necessidade;
- II. Definir o Gestor e o Suplente do contrato e suas responsabilidades na supervisão do contrato que devem acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos procedimentos de fornecimento do objeto contratado. Dentre as atribuições do servidor designado para exercer a fiscalização do contrato estão:
- III. Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;
- IV. Anotar em documento próprio as ocorrências;
- V. Determinar a correção de faltas ou defeitos na execução do contrato;
- VI. Cientificar à autoridade superior sobre eventual inexecução do contrato para a adoção das medidas cabíveis.
- VII. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste TERMO e seus anexos;
- VIII. Solicitar, em função de qualidade ou eficiência, a repetição dos laudos, sempre que constatar irregularidades;
- IX. Comunicar de imediato a CONTRATADAS quaisquer anormalidades de execução do serviço;
- X. Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, do presente ajuste;
- XI. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato a ser assinado;
- XII. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- XIII. Notificar por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- XIV. Notificar por escrito a CONTRATADA se verificado qualquer problema nos serviços prestados. Poderá ser ordenada a suspensão dos serviços e, respectivos pagamentos, se dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita;
- XV. Obedecer às especificações fornecidas pela CONTRATADA quanto à utilização dos equipamentos, divulgando as orientações recebidas e fiscalizando os procedimentos adotados pelos usuários.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

7. Do pagamento

I A empresa deverá entregar na Unidade até o 5º dia do mês subsequente ao plantão, antes da emissão da Nota Fiscal, relatório dos plantões realizados no mês contendo nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço, carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues pela empresa e seu representante.

II Após a conferência, será autorizada a emissão da nota fiscal.

III O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal correspondente ao mês de referência, sem emendas ou rasuras, sendo necessariamente a via original.

IV Quando da apresentação da Nota Fiscal deverá apresentar: a. Nota Fiscal de prestação de serviço com descritivo do serviço prestado relacionando a quantidade dos plantões/ horas cobrados, valor unitário e valor total; b. relatório dos plantões realizados de acordo com a escala (atualizado caso haja glosa de plantões), c. escala de plantão da especialidade; d. certidões negativas ou positivas com efeitos negativos de débitos (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS), e e. a partir da emissão da segunda Nota fiscal poderá ser exigida a apresentação de documentação comprobatória da quitação dos encargos trabalhistas e tributos relativos aos empregados, referente ao mês anterior à cobrança (se for o caso).

V Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar os seus débitos.

VI Para efeito de faturamento mensal só poderão ser cobrados as solicitações executadas conforme conferência realizada após entrega da relação dos profissionais, liberados mediante apresentação da documentação prevista.

7.1. Do Pagamento por Performance

I A empresa deverá encaminhar ao Setor de Contratos da Feas até o 5º dia do mês subsequente ao plantão, antes da emissão da Nota Fiscal, os relatórios dos plantões realizados no mês, contendo unidade em que foi realizado o plantão, data, horário, nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço, carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues pela empresa e seu representante.

II O pagamento da hora normal será realizado conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, observado o cumprimento da meta mínima de atendimento de 04 (quatro) pacientes/hora.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

III. Os profissionais médicos que superarem a média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora farão jus a um adicional de performance, calculado progressivamente, conforme segue:

- Para cada paciente acima da média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora, será acrescido 5% (cinco por cento) sobre o valor da hora contratada.
- O adicional de performance fica limitado ao máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora contratada, ainda que o número de atendimentos/hora seja superior a 08 (oito).
- O cálculo será efetuado individualmente por profissional, com base no número médio de atendimentos/hora apurado ao final do plantão, a partir dos registros oficiais em prontuário e nos sistemas disponibilizados pela FEAS.
- Propomos um sistema de avaliação contínua, cujos critérios, metas e processos de aferição serão integralmente refletidos no edital de licitação e no subsequente contrato de serviços

(Eliminatório)	Desempenho Mínimo	Consistência produtividade	Exclusão do profissional da escala após 3 plantões com média < 4 pacientes/hora (salvo baixa demanda comprovada).
Qualidade e Segurança	Qualidade Percebida	Apuração de Ouvidoria	Exclusão imediata do profissional após uma ocorrência moderada/grave, devidamente apurada e qualificada.
(Eliminatório)	Registro Clínico	Conformidade em auditoria	Mínimo de 95% de adequação em auditorias semanais (amostragem de 10% dos prontuários).
Disponibilidade	Engajamento Profissional	Verificação de Atividade no Sistema	Ação contratual se houver ausência prolongada e injustificada de atividade no prontuário eletrônico.
Eficiência	Racionalidade de Recursos	% de solicitações de exames e medicações parenterais (pacientes de baixo risco)	Metas de <5% e <15% respectivamente, servindo como gatilho para auditoria qualitativa dos casos.
Administrativo	Assiduidade e Pontualidade	% de acionamentos atendidos no prazo	Meta de cumprimento ≥98%.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

IV. Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos Gestores das unidades que solicitaram e/ou receberam os profissionais médicos para realização do plantão.

V. Consolidação Mensal: Os dados serão compilados em um **Boletim de Desempenho** mensal. Este documento servirá como base para a conferência da fatura da empresa contratada, detalhando a composição da remuneração variável e justificando eventuais sanções.

VI. Não será devido o pagamento do adicional quando houver inconsistências no registro dos atendimentos, falha na alimentação do sistema ou descumprimento dos protocolos institucionais.

VII. A FEAS poderá revisar, a cada 06 (seis) meses, os critérios de cálculo e os percentuais aplicados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os resultados alcançados.

VIII. O adicional por performance tem caráter variável, não incorporável à remuneração contratual e condicionado exclusivamente ao desempenho aferido.

IX. A previsão desse pagamento visa estimular a eficiência, a qualidade assistencial e a redução de riscos de desassistência, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão adotadas em contratações públicas e privadas de serviços médicos.

8. Das Penalidades

Na hipótese de a contratada deixar de executar os serviços por qualquer motivo, ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas e ainda, em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, estará sujeita às seguintes penalidades, independente de outras previstas em lei:

I. Advertência.

II. No caso de atraso injustificado na prestação de serviços, ou ainda na execução do contrato, multa de mora de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da parcela ou etapa inadimplida, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo de que trata este item, o pagamento poderá ser cancelado ou o contrato ser considerado rescindido, a critério da Feas;

III. No caso de inexecução parcial ou total do contrato, multa punitiva de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente da contratação;

IV. Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Feas, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, penalidade essa a ser aplicada pela autoridade competente, segundo a natureza da falta e o



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

prejuízo causado à Administração Pública, de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 700/2023;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Feas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior, de acordo com a Lei Federal nº 8.14.133/2021;

VI. Decisão Cautelar de Suspensão, para situações pendentes de julgamento que possam, pela quantidade ou gravidade delas, implicar em potencial prejuízo à administração pública ou à saúde da população, poderá a autoridade competente considerar cautelar e provisoriamente impedido o fornecedor de participar de novos certames licitatórios junto à Feas, até decisão administrativa definitiva;

VII. A multa moratória (item II) e a multa compensatória (item III) poderão ser cumuladas;

VIII. Quaisquer das penalidades aplicadas serão transcritas na ficha cadastral da Contratada na Feas;

IX. Não serão aceitos para prestação de serviços profissionais que não estiverem sido informados na lista mensal;

X. O médico escalado deverá fazer o plantão do início ao fim, caso não atinja o mínimo de 04 pacientes/hora será realizado uma média do número de atendimentos realizados e não será realizado o pagamento. Entre 03 a 04 pacientes atendidos será realizada a análise individual da produtividade e o pagamento será proporcional.

XI. *A fim de que se assegure a melhor compensação desses horários será feita a análise de todos os pacientes atendidos pelo médico.

XII. Serão notificadas as empresas que não atenderem entre 50% a 70% das solicitações. Nos casos em que não houver atendimento de pelo menos 50% das solicitações as contratadas serão descredenciadas.

9. Das Hipóteses de Rescisão Contratual

I. A inexecução total ou parcial deste contrato pela CONTRATADA ensejará a sua denúncia pela CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo do disposto na cláusula anterior.

II. Na hipótese de denúncia, a CONTRATANTE poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que advierem do rompimento.

III. Constituem motivo para a denúncia deste contrato:

a. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

- b. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
 - c. a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
 - d. o atraso injustificado no início da prestação do serviço;
 - e. a paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
 - f. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo se autorizadas previamente pela CONTRATANTE;
 - g. o desatendimento das determinações regulares do preposto designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
 - h. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - i. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
 - j. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;
 - k. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela CONTRATANTE;
 - l. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- IV.** A CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, procedendo à notificação prévia à CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, que será executada após análise e aceite do gestor do contrato.

10. Da fiscalização

- I.** A empresa contratada será a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, todavia a contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, designando, para tanto, um servidor para acompanhamento, que poderá entre outros:
- Notificar a empresa contratada, por escrito, pela ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
 - Solicitar à empresa contratada, a substituição de qualquer produto fornecido que esteja em desacordo ou insatisfatório;
 - Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução dos serviços.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

11. Normas e critérios de seleção do fornecedor

- I. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Credenciamento, sob a forma ELETRÔNICA.
- II. Exigências de habilitação: para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a. Habilitação jurídica

1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (art. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação econômico-financeira

1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) =

(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)=

(Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) =

(Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

habilitação patrimônio líquido mínimo positivo.

4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

6. Os interessados que se enquadrarem como Microempreendedor Individual - MEI estão dispensados da apresentação de Balanço Patrimonial, nos termos da legislação vigente.

7. Tal qualificação se faz necessária uma vez que visa alijar de futuros fornecedores da administração, empresas “aventureiras” ou não possuam saúde financeira para o fornecimento de tais bens, em especial dada a vigência contratual se prolongar por período considerável, visando assim garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

d. Qualificação técnica

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação,

ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4. Tal qualificação técnica se faz necessária uma vez que visa alijar de futuros fornecedores da administração, empresas “aventureiras” ou que não possuem nenhuma experiência pretérita no fornecimento de tais bens, visando assim garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

complementar:

- a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos art. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

d.1. Dos documentos exigidos para classificação da proposta

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

1.1 Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido em nome da Proponente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, do ramo de atividade serviços médicos, comprovando a prestação de serviços pertinente e compatível com o objeto desta licitação. O documento deverá atestar a prestação do serviço onde tenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) da demanda total dos serviços objeto desta licitação. A referida



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

comprovação poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante, desde que coincidentes em, pelo menos, seis meses;

1.2 Os atestados deverão ter a comprovação de serviços prestados a, pelo menos dois anos pela empresa. Ou seja, o atestado tem que ter sido emitido, antes de 2023. A exigência é necessária para garantir que a empresa.

1.2.1 Considerando a natureza do objeto da contratação – **credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de profissionais médicos para atuação em unidades de saúde** – impõe-se a necessidade de garantir que as empresas credenciadas possuam não apenas qualificação formal, mas também **experiência consolidada na execução de serviços da mesma natureza**.

1.2.2 Nesse sentido, a exigência de **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, visa a **comprovação de desempenho anterior satisfatório**, sendo instrumento essencial para atestar que a empresa:

1.2.2.1 Possui estrutura organizacional, administrativa e operacional compatível com as exigências do contrato;

1.2.2.2 Detém expertise no recrutamento, gestão e disponibilização de profissionais médicos em quantitativos e perfis compatíveis com o que se pretende contratar;

1.2.2.3 Está apta a cumprir prazos, obrigações legais e regulatórias vinculadas à atividade, inclusive aquelas relativas à responsabilidade técnica e às normas dos conselhos profissionais.

1.2.3 A exigência de que o atestado tenha sido emitido **há pelo menos dois anos** encontra amparo na **necessidade de verificar o tempo de operação e consolidação da empresa no mercado**, o que contribui para a mitigação de riscos à administração pública, como a interrupção de serviços essenciais, ausência de cobertura em escalas ou descontinuidade no fornecimento de mão de obra qualificada.

Tal requisito se justifica, ainda, pelo interesse público na **continuidade e eficiência do atendimento médico prestado à população**, sendo a **capacidade de manter equipes médicas estáveis e com cobertura contínua** um critério relevante para a aferição da aptidão da empresa.

A exigência está em consonância com o **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe sobre a necessidade de comprovação da aptidão das contratadas por meio de atestados de capacidade técnica, bem como com os princípios da **eficiência, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa** (arts. 5º e 11 da mesma lei). Trata-se, portanto, de uma exigência **razoável, proporcional e diretamente relacionada à adequada execução do objeto**.

1.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da

Página 36 | 80



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

filial do fornecedor.

1.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

1.5 Tal qualificação técnica se faz necessária uma vez que visa alijar de futuros fornecedores da administração, empresas “aventureiras” ou que não possuem nenhuma experiência pretérita no fornecimento de tais bens, visando assim garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

2. Alvará de Funcionamento da licitante, dentro do seu prazo de validade, expedido pela Prefeitura do Município sede da empresa proponente, com ramo de atividade compatível ao objeto desta Licitação;

3. Licença Sanitária da licitante (dentro de seu prazo de validade), vinculada ao ramo de atividade. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar o protocolo de solicitação de renovação ou cópia do deferimento publicado em Diário Oficial;

4. Registro do estabelecimento no Conselho Regional de Medicina, com inscrição mínima de dois anos;

5. Certidão de Regularidade Técnica do Responsável Técnico junto ao respectivo Órgão de Classe.

6. Certidão negativa da empresa junto ao CRM, atestando que esta não foi penalizada em nenhum processo disciplinar no órgão;

7. Certidão negativa do Responsável Técnico junto ao CRM, atestando que este não foi penalizado em nenhum processo disciplinar no órgão;

8. Os documentos de todas as categorias de habilitação apresentados deverão estar vinculados ao mesmo CNPJ (matriz ou filial) da empresa proponente;

12. Da estimativa do valor da contratação

I. O valor corresponde ao preço da prestação dos serviços deverá considerar todos os componentes necessários à prestação dos serviços, que compõe o custo, expressados em parcela mensal e valor global anual, aferidos a partir do preço unitário.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

II. Estão previstos os seguintes quantitativos totais ao ano

Até 96.960 horas/ano a serem divididas para todas as empresas.

13. Do Credenciamento

- I. O período inicial de recebimento de documentos será de 30 (trinta) dias, destinado à organização e análise prioritária das solicitações de credenciamento. Após esse período, o sistema de credenciamento permanecerá aberto para cadastramento permanente de interessados. No entanto, a inclusão formal de contratados será processada em ciclos administrativos anuais, quando ocorrerá a redistribuição de vagas e convocações, sem prejuízo do direito do credenciado de ser convocado em caráter emergencial conforme necessidade. A adoção de um período inicial de recebimento de documentos de 30 (trinta) dias, destinado à organização e à análise prioritária das propostas, seguida da manutenção do sistema de credenciamento aberto de forma permanente, com processamento formal das inclusões para contratações em ciclos administrativos anuais, encontra respaldo na necessidade de conciliar o princípio do cadastramento contínuo com as limitações operacionais e de gestão da Fundação. Essa solução preserva o direito de qualquer interessado de se credenciar a qualquer tempo, ao mesmo tempo em que permite à Administração consolidar um universo de credenciados para fins de planejamento orçamentário e operacional, reduzindo a volatilidade que decorre de um “entra e sai” constante de empresas. Do ponto de vista da previsibilidade de demanda, os ciclos anuais possibilitam estimativas mais acuradas de volumes de serviços, insumos e recursos humanos, o que é essencial para a alocação eficiente de verbas e para a programação do serviço. No que tange à gestão de escalas e à continuidade assistencial, a rotatividade permanente de credenciados compromete a formação de equipes estáveis, a integração e o treinamento de profissionais, aumentando o risco de falhas no atendimento; a adoção de ciclos permite organizar escalas, capacitações e substituições de forma ordenada, preservando a qualidade do serviço. Ademais, a capacidade operacional da equipe responsável pelo credenciamento e pela gestão contratual é reduzida; o processamento contínuo e imediato de novos credenciados exigiria análises, diligências e homologações permanentes, sobrecarregando servidores, elevando o risco de erro e gerando retrabalho. No plano financeiro, a entrada e saída constantes de credenciados implicariam emissão e conferência frequente de notas fiscais, ordens de serviço e liquidações, aumentando a complexidade administrativa e o risco de atrasos ou inconsistências nos pagamentos; a concentração das inclusões em ciclos anuais permite



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

programar rotinas de faturamento de forma mais eficiente e segura. Importante ressaltar que a proposta não impede convocações em caráter emergencial: mantém-se a possibilidade de contratação imediata quando houver necessidade comprovada, assegurando a proteção do interesse público.

A limitação de pessoal da equipe responsável pelo credenciamento e pela gestão contratual não é um detalhe administrativo: é um fator determinante para a qualidade, a segurança jurídica e a eficiência do serviço público. Quando a administração enfrenta um fluxo contínuo e imprevisível de entrada e saída de empresas credenciadas, a demanda por tarefas administrativas cresce de forma exponencial e fragmentada — protocolos de recebimento, conferência documental, diligências, análises técnicas, comunicações formais, homologações, atualizações de sistemas, emissão de ordens de serviço e processamento de notas fiscais passam a ocorrer de maneira desordenada e permanente. Para uma equipe reduzida, esse padrão operacional gera três efeitos negativos concretos e interrelacionados que prejudicam o interesse público.

Primeiro, há perda de qualidade técnica e aumento do risco de erro. A análise documental e a verificação de conformidade exigem tempo, atenção e, muitas vezes, diligências complementares. Processos fragmentados e repetitivos elevam a probabilidade de falhas — documentos não conferidos, prazos perdidos, exigências mal formuladas — que podem resultar em inabilitações indevidas, pagamentos incorretos ou necessidade de retrabalho. Esses erros são mais que meramente formais: impactam a continuidade do atendimento, a segurança dos pacientes e a credibilidade da Fundação. Segundo, a sobrecarga operacional compromete a capacidade de gestão financeira. Cada novo credenciado implica potencial movimentação de ordens de serviço, notas fiscais e liquidações. Um “entra e sai” constante exige conferências fiscais e contábeis contínuas, multiplicando lançamentos e aumentando o risco de inconsistências, atrasos de pagamento e passivos financeiros. Para uma equipe enxuta, isso significa maior probabilidade de atrasos a fornecedores, necessidade de correções manuais e maior exposição a questionamentos. Terceiro, há impacto direto na gestão assistencial e na organização das escalas. A rotatividade de prestadores dificulta a formação de equipes estáveis, a padronização de procedimentos e a realização de treinamentos e integrações necessários para manter a qualidade do atendimento. A alternância frequente de empresas e profissionais aumenta a complexidade de coordenação das escalas, eleva o risco de lacunas de cobertura e reduz a previsibilidade operacional das unidades de negócio — justamente o oposto do que se busca em serviços que exigem continuidade e segurança clínica. Em suma, o custo administrativo e o risco operacional associados a um credenciamento tratado como fluxo ininterrupto superam os benefícios práticos de aceitar e processar

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

imediatamente cada novo pedido, especialmente quando a Fundação dispõe de recursos humanos limitados.

Por isso, a adoção de ciclos administrativos para a formalização das inclusões — mantendo, contudo, o cadastramento permanente e a possibilidade de convocações emergenciais — representa uma solução equilibrada. Ao concentrar a análise e a inclusão em janelas programadas, a Fundação preserva o direito de qualquer interessado de se credenciar, mas organiza o trabalho de forma a garantir análises mais completas, controles financeiros mais robustos, escalas assistenciais mais estáveis e menor exposição a falhas administrativas. Essa organização também facilita a transparência: permite publicar cronogramas, demonstrar critérios objetivos de inclusão e justificar tecnicamente as decisões. Em termos práticos, tal medida não busca restringir o acesso, mas otimizar a gestão pública diante de limitações reais de capacidade operacional, protegendo o interesse público ao assegurar qualidade, previsibilidade orçamentária e continuidade do atendimento. Demonstra-se, assim, que a opção por ciclos é técnica, proporcional e orientada à eficiência do serviço público.

- II. As empresas serão chamadas para prestar os serviços de forma intercaladas.
- III. Caso a empresa que possua preferência para prestar o serviço não o faça, a segunda empresa será convocada para fazê-lo, sendo a primeira penalizada por descumprimento contratual;

Rosane Kraus
Gerente Administrativa NUE

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUCLIDES DA SILVA - Matrícula 77711102202655513



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Anexo 1.1 – Estudo Técnico Preliminar

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1-ESTUDO TECNICO PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade

Credenciamento de empresas para Contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

2. Área Requisitante

As necessidades são apresentadas pela Gerente Administrativa do Núcleo de Urgência e Emergência da Feas.

3. Levantamento de mercado

Foi realizado um levantamento detalhado do mercado de médicos generalistas na região de atuação da instituição contratante, visando identificar a disponibilidade, qualificação e condições de oferta desses profissionais.

Metodologia

I. Análise da Demanda:

- Levantamento das necessidades atuais de médicos generalistas na rede de saúde pública.

II. Perfil do Mercado:

- Investigação sobre o número total de médicos generalistas registrados nos conselhos regionais de medicina.
- Avaliação da distribuição demográfica e faixa etária dos médicos na região de interesse.

III. Capacidade de Atendimento:

- Avaliação da capacidade dos médicos generalistas existentes para atender à demanda atual e projetada.
- Análise da disponibilidade de consultórios, clínicas e hospitais para credenciamento.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- ESTUDO TECNICO PRELIMINAR CRED. GENERALISTA %2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

IV. Condições Contratuais e Remuneração:

- Pesquisa sobre os modelos contratuais preferenciais pelos médicos generalistas.
- Levantamento das expectativas de remuneração e benefícios associados à prestação de serviços.

V. Benchmarking de Práticas:

- Comparação com práticas de credenciamento e contratação de médicos em outras instituições similares.
- Identificação de melhores práticas e lições aprendidas para otimização do processo.

VI. Resultados Esperados

- Relatório detalhado com análise quantitativa e qualitativa do mercado de médicos generalistas.
- Recomendações para estratégias de credenciamento que maximizem a cobertura e a qualidade dos serviços médicos.

VII. Referências

- Dados estatísticos dos conselhos regionais de medicina.
- Estudos de mercado e relatórios de instituições de saúde similares.

4. Da descrição do serviço como um todo

- O objeto desta contratação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto com o Termo de Referência;
- Os serviços serão realizados para atendimento de pacientes adulto e infantil, usuários do Sistema Único de Saúde nas unidades de rede de urgência emergência e Atenção Primária à Saúde em que a Feas atua na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.
- O quantitativo estimado está descrito na tabela abaixo:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- _ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

Tabela 01. Descrição dos Serviços

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandadas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

IV. Os serviços deste objeto serão prestados nas dependências das unidades sob gestão da Fundação Estadual de Atenção à Saúde e SMS;

V. Os atendimentos serão exclusivos aos beneficiários do Sistema Único de Saúde do município de Curitiba;

VI. A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas e prescrição terapêutica como ato médico completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, conforme a Resolução 1.958/2010- Conselho Federal de Medicina.

VII. A contratada prestará os serviços 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, conforme escala mensal previamente acordada entre as partes e aprovada pela contratante;

VIII. A contratada deverá informar mensalmente a relação com os nomes dos profissionais elegíveis para realizar o plantão;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1 - ESTUDO TECNICO PRELIMINAR CRED. GENERALISTA %2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

IX. Deverá ser informado a relação de 30 profissionais que a empresa poderá disponibilizar à Feas para prestação dos serviços;

X. A inscrição de novos profissionais fica sujeita a retirada de outros, na mesma quantidade de novos pedidos.

XI. Novos cadastros devem ser solicitados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização do primeiro plantão do profissional;

XII. A empresa é responsável por comunicar à Feas profissionais por ela informados para cadastro que não mais prestem serviços;

XIII. A contratada deverá realizar a cobertura dos horários extraordinários originados por atestados ou faltas, originados pela ausência dos médicos contratados pela Feas, a solicitação será realizada via mensagem em aplicativo de celular pela Contratante, a contratada deverá realizar o preenchimento em escala compartilhada, devendo a contratada providenciar a reposição em até 02 horas.

a. Caso não haja o preenchimento na planilha, de forma correta, a Contratante poderá, solicitar a reposição pela próxima responsável.

b. A empresa que não atender ao preenchimento da vaga, seja ela a responsável inicial, ou a chamada após a não cobertura das demais, será notificada e poderá ser penalizada pelo descumprimento contratual.

XIV. O pagamento será realizado e descontado com base no valor das horas previstas na tabela do item I.

a. Caso o profissional escalado pela empresa não cumpra, na média final dos atendimentos do plantão, o mínimo de 4 pacientes por hora, a quantidade de horas que forem levantadas sem os atendimentos mínimos não serão pagas;

b. A análise será feita por empregado designado pela gestão dos contratos da Feas e levará em consideração as circunstâncias do atendimento (perfil de atendimento, atendimentos na unidade, dentre outros)

XV. Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão, obrigatoriamente, possuir diploma de medicina, pelo menos 6 meses de inscrição de registro no Conselho de Classe e inscrição ativa CRM/PR. Cursos na área de atuação e experiência comprovada, bem com estar em dia com todas as demais exigências conforme estabelecem os Conselhos Regionais e Federal de Medicina;

XI. A Feas reserva- o direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

5. Da estimativa da demanda

4



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- _ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

Total de horas: 96.960

6. Do Pagamento por Performance

- I. O pagamento da hora normal será realizado conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, observado o cumprimento da meta mínima de atendimento de 04 (quatro) pacientes/hora.
- II. Os profissionais médicos que superarem a média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora farão jus a um adicional de performance, calculado progressivamente, conforme segue:
 - a. Para cada paciente acima da média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora, será acrescido 5% (cinco por cento) sobre o valor da hora



Feas
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- _ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

contratada.

- b. O adicional de performance fica limitado ao máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora contratada, ainda que o número de atendimentos/hora seja superior a 08 (oito).
- c. O cálculo será efetuado individualmente por profissional, com base no número médio de atendimentos/hora apurado ao final do plantão, a partir dos registros oficiais em prontuário e nos sistemas disponibilizados pela FEAS.
- d. Propomos um sistema de avaliação contínua, cujos critérios, metas e processos de aferição serão integralmente refletidos no edital de licitação e no subsequente contrato de serviços

(Eliminatório)	Desempenho Mínimo	Consistência produtividade	Exclusão do profissional da escala após 3 plantões com média < 4 pacientes/hora (salvo baixa demanda comprovada).
Qualidade e Segurança	Qualidade Percebida	Apuração Ouvidoria	Exclusão imediata do profissional após uma ocorrência moderada/grave, de devidamente apurada e qualificada.
(Eliminatório)	Registro Clínico	Conformidade auditoria	Mínimo de 95% de adequação em auditorias em semanais (amostragem de 10% dos prontuários).
Disponibilidade	Engajamento Profissional	Verificação de Atividade no Sistema	Ação contratual se houver ausência prolongada e injustificada de atividade no prontuário eletrônico.
Eficiência	Racionalidade de Recursos	% de solicitações de exames medicamentos parenterais	Metas de <5% e <15% e respectivamente, servindo como gatilho para auditoria qualitativa dos casos.

6



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- _ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

		(pacientes de baixo risco)	
Administrativo	Assiduidade e Pontualidade	% de acionamentos atendidos no prazo	Meta de cumprimento ≥98%.

III. Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos Gestores da Área de Urgência e Emergência da FEAS.

IV. Consolidação Mensal: Os dados serão compilados em um Boletim de Desempenho mensal. Este documento servirá como base para a conferência da fatura da empresa contratada, detalhando a composição da remuneração variável e justificando eventuais sanções.

V. Não será devido o pagamento do adicional quando houver inconsistências no registro dos atendimentos, falha na alimentação do sistema ou descumprimento dos protocolos institucionais.

VI. A FEAS poderá revisar, a cada 06 (seis) meses, os critérios de cálculo e os percentuais aplicados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os resultados alcançados.

VII. O adicional por performance tem caráter variável, não incorporável à remuneração contratual e condicionado exclusivamente ao desempenho aferido.

VIII. A previsão desse pagamento visa estimular a eficiência, a qualidade assistencial e a redução de riscos de desassistência, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão adotadas em contratações públicas e privadas de serviços médicos.

7. De contratações correlatas

Informo que hoje temos ativo na Fundação outros contratos provenientes do Credenciamento 001/2023 e, apesar da similaridade dos objetos, faz-se necessário novo processo licitatório para que atenda a demanda de todas as unidades da Feas.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável.

7



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- ESTUDO TECNICO PRELIMINAR CRED. GENERALISTA %2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

O novo processo de credenciamento para serviços médicos generalistas não é uma mera repetição do processo para as unidades da Feas, mas sim um novo objeto, que visa atender necessidades específicas destas unidades. Cada processo licitatório possui um objeto próprio, delimitado pelas características e particularidades das unidades envolvidas.

Os serviços médicos devem ser ajustado ao seu funcionamento, incluindo funcionalidades que atendam às demandas de todas as unidades da Feas, além de um fluxo de atendimentos, definidos posteriormente aos contratos anteriormente firmados. Por isso, a contratação deve ser tratada como um processo independente, considerando a especificidade do objeto e da unidade, sem que haja fragmentação indevida.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Contratos decorrentes do Credenciamento 001/2023, conforme item 6.

10. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade.

A contratação está prevista no planejamento de custos da instituição.

11. Resultados pretendidos, em termos de efetividade.

Garantir a prestação de serviço qualificado aos usuários do SUS de Curitiba – sem desassistência.

12. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

Não necessários; as unidades da Feas já se encontram totalmente capacitadas para gerir e fiscalizar o contratado, bem como oferecer todas as condições para efetivação dos serviços.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

8



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- ESTUDO TECNICO PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

Não há.

14. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Desta forma é totalmente viável e razoável a presente contratação.

Documento assinado digitalmente
ROSANE KRAUS
Data: 21/10/2025 15:31:09-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Rosane Kraus
Gerente Administrativa NUE



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

ANEXO 2 – VALORES PRATICADOS

Descrição	Qtde horas Máxima Anual	VALORES MÁXIMOS*	
		Valor Hora Produção mínima	Valor hora Produção Máxima
Serviços Médicos Generalistas Complementares	96.960	R\$ 138,00	R\$ 165,60
VALOR ANUAL TOTAL		R\$ 13.380.480,00	R\$ 16.056.576,00

Obs.: **Há vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada.**

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 27 em 03/02/2026 15:36:13



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

ANEXO 3 – Minuta de Termo de Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025 – FEAS

Contrato Administrativo nº XXX/2025-FEAS para contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento, que entre si celebram a **Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Aos xxxxxx dias do mês de xxxxxx do ano de xxxxxxxxxxxxxxxx, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes de um lado a **FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE**, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob n.º 14.814.139/0001-83, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, **Sezifredo Paulo Alves Paz**, CPF/MF 366.713.809-10 e pela Diretora Administrativa Financeira, **Janaina Barreto Fonseca**, CPF/MF n.º 047.615.519-33, assistidos pelo Assessor Jurídico, **Pedro Henrique Igino Borges**, OAB/PR n.º 50.529, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, inscrito no CPF/MF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com fundamento nas informações contidas no Processo Administrativo nº xxx/2025 – Feas, Credenciamento n.º XXXX e Termo de Referência, resolveram e acordaram firmar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Tem o presente, por objeto, a contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

Parágrafo Primeiro

Os serviços deverão ser prestados nas dependências da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo

Fazem parte do presente Contrato, como se nele houvessem sido transcritos, o Termo de

Página 51 | 80



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Referência e a Proposta da **CONTRATADA**.**Parágrafo Terceiro**

As pessoas que venham a executar os serviços decorrentes deste instrumento possuirão vínculo empregatício exclusivamente com a **CONTRATADA**, sendo esta titular e única responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamentos dos salários e demais vantagens, recolhimento de todas as obrigações sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas quando em serviço na forma expressa e considerada nos artigos 19 a 21 da Lei 8.213/1991, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a **CONTRATANTE**, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica em exclusividade de colaboração entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto

A **CONTRATADA** somente manterá na execução dos serviços objeto da presente contratação, profissionais que apresentem o seguinte perfil:

- a) Maiores de 18 (dezoito) anos.
- b) Portadores de atestado de boa saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- I. O objeto desta contratação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto neste contrato administrativo e seus anexos;
- II. Os serviços serão realizados para atendimento de pacientes adulto e infantil, usuários do Sistema Único de Saúde nas unidades de rede de urgência emergência e Atenção Primária à Saúde em que a Feas atua na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.
- III. O quantitativo estimado está descrito na tabela abaixo:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

Tabela 01. Descrição dos Serviços

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

IV. Os serviços deste objeto serão prestados nas dependências das unidades sob gestão da Fundação Estadual de Atenção à Saúde e SMS.

V. Os atendimentos serão exclusivos aos beneficiários do Sistema Único de Saúde do município de Curitiba:

- A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas e prescrição terapêutica como ato médico completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, conforme a Resolução 1.958/2010- Conselho Federal de Medicina.
- A **CONTRATADA** prestará os serviços 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, conforme escala mensal previamente acordada entre as partes e aprovada pela **CONTRATANTE**.
- A **CONTRATADA** deverá informar mensalmente a relação com os nomes dos



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

profissionais elegíveis para realizar o plantão.

- d) Deverá ser informado a relação de 30 profissionais que a empresa poderá disponibilizar à Feas para prestação dos serviços.
- e) A inscrição de novos profissionais fica sujeita a retirada de outros, na mesma quantidade de novos pedidos.
- f) Novos cadastros devem ser solicitados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização do primeiro plantão do profissional.
- g) A empresa é responsável por comunicar à Feas profissionais por ela informados para cadastro que não mais prestem serviços.
- h) A **CONTRATADA** deverá realizar a cobertura dos horários extraordinários originados por atestados ou faltas, originados pela ausência dos médicos contratados pela Feas, a solicitação será realizada via mensagem em aplicativo de celular pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá realizar o preenchimento em escala compartilhada, devendo a **CONTRATADA** providenciar a reposição em até 02 horas.
- i) Caso não haja o preenchimento na planilha, de forma correta, a **CONTRATANTE** poderá, solicitar a reposição pela próxima responsável.
- j) A empresa que não atender ao preenchimento da vaga, seja ela a responsável inicial, ou a chamada após a não cobertura das demais, será notificada e poderá ser penalizada pelo descumprimento contratual.
- k) O pagamento será realizado e descontado com base no valor das horas previstas na tabela do inciso III desta cláusula.
- l) Caso o profissional escalado pela empresa não cumpra, na média final dos atendimentos de plantão, de no mínimo de 4 pacientes por hora, as quantidades de horas que forem levantadas sem os atendimentos mínimos não serão pagas.
- m) A análise será feita por empregado designado pela gestão do contrato da Feas e levará em consideração as circunstâncias do atendimento (perfil de atendimento, atendimentos na unidade, dentre outros).
- n) Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão, obrigatoriamente, possuir diploma de medicina, pelo menos 6 meses de inscrição de registro no Conselho de Classe e inscrição ativa CRM/PR. Cursos na área de atuação e experiência comprovada, bem com estar em dia com todas as demais exigências conforme estabelecem os Conselhos Regionais e Federal de Medicina.
- o) As vagas solicitadas poderão ser canceladas pelo solicitante com 02 horas de antecedência sem causar ônus a **CONTRATADA**.
- p) A Feas reserva o direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto em Termo de Referência, neste contrato administrativo e seus anexos.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

VI. Da Classificação e Rodízio para Distribuição da Demanda:

- a) A distribuição das demandas fica vinculada ao quantitativo solicitados pela gestão deste contrato e demais responsáveis designados pela Feas e será feita através de sorteio realizado, seguindo padrões estritamente impessoais e aleatórios, observado as condições técnicas dos credenciados e do serviço.
- b) O sorteio para alocação das demandas será realizado preferencialmente em reunião de comparecimento obrigatório, após a assinatura do (s) contratos (s).
- c) Em caso de impossibilidade de assim proceder, será designada uma nova data para a sua realização, cuja data será divulgada por meios eletrônicos.
- d) Os credenciados que se declararem impedidos de atender às demandas deverão apresentar documentação que justifique seu impedimento, em até 01 (um) dia útil antes do sorteio. Devendo endereçá-la ao setor de Contratos que avaliará, junto aos gestores, os motivos e suas implicações e decidirá pela aceitação ou não da justificativa apresentada.
- e) Em não sendo aceita a justificativa, os credenciados estarão sujeitos as sanções previstas na Lei 14.133/2021, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
- f) Quando houver mais de um credenciado os responsáveis designados pela Feas realizarão sorteio entre eles, a fim de estabelecer a ordem classificatória das empresas para prestação dos serviços.
- g) A ausência de manifestação do interessado/candidato não o exclui do sorteio para alocação das demandas, mas implica na aceitação do resultado. Após a realização do sorteio serão elaboradas as listas classificatórias, seguindo numeração sequencial iniciada no primeiro sorteio realizado, sendo que o conjunto destes alimentará um quadro de sorteios.
- h) Na distribuição de demandas definidas pela gestão do contrato e direção da Feas, os ganhadores iniciais, após receberem demandas aguardarão novamente sua vez de serem chamados até que todos os outros credenciados, nas mesmas condições, tenham recebido demanda, sendo que poderão ser chamadas quantas empresas forem necessárias ao preenchimento do solicitado.
- i) Os novos credenciados que ingressarem em chamamentos posteriores a este serão posicionados no quadro de sorteios logo após o último credenciado que integrar a lista de espera. Em não havendo, após o último ao qual se alocou demanda, situação que será repetida quando for realizada uma convocação geral de todos os credenciados.
- j) Caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a realização do serviço, se realizará uma convocação geral dos credenciados e será realizado sorteio para se alocar cada demanda, nos termos já expostos.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

- k) Após a realização do sorteio, todos os presentes assinarão a ata.
- l) Caso a empresa, a qualquer tempo da prestação, queira o descredenciamento, este deverá ser encaminhado ao setor de contratos, sendo devidamente justificado.
- m) Os gestores analisarão as razões e, em sendo aceito o descredenciamento, a empresa ainda se obriga a continuar prestando os serviços pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

- I. Escalar para os serviços contratados pela Feas exclusivamente médicos inscritos no CRM/PR.
- II. Quando solicitado profissionais médicos para atuar nas unidades da rede de urgência e emergência a empresa só poderá encaminhar profissionais médicos habilitados a prestar serviços em todos os setores da unidade, estando esses capacitados para assumir sala de Emergência, setores adultos e pediátricos, se necessário, durante sua prestação do serviço.
- III. Quando solicitado médico para atendimentos ambulatoriais nas UPAS os profissionais devem cumprir com meta institucional de no mínimo 4 atendimentos por hora.
- IV. A empresa deverá encaminhar profissionais com experiência comprovada de no mínimo seis meses de atuação como generalista.
- V. Garantir o compromisso dos médicos escalados quanto à obediência aos protocolos assistenciais e rotinas definidas pelos serviços e aprovados pela Direção das unidades sob gestão da Feas, bem como as normas do Regimento Interno do Corpo Médico.
- VI. Os profissionais deverão ter performance mínima em conformidade com o preconizado pela **CONTRATANTE**.
- VII. Providenciar em até 2 (duas) horas, sem quaisquer ônus para a Feas, a substituição do profissional que faltar ao serviço, por qualquer motivo, por outro profissional da **CONTRATADA**, da mesma especialidade, com a mesma qualificação e regulamentação exigidas.
- VIII. Encaminhar planilha atualizada com até 30 profissionais que estarão aptos à prestação dos serviços, devendo manter tal planilha atualizada.
- IX. Solicitar o cadastro de novos profissionais com antecedência mínima de 15 dias antes da realização do primeiro plantão.
- X. Designar médicos, quando solicitado pela Feas, para integrar comissões técnicas científicas e éticas da Feas.
- XI. Substituir qualquer médico cuja presença seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e qualidade dos serviços das unidades da Feas.
- XII. Responsabilizar-se por todas as normas e procedimentos de segurança, inclusive a



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

obrigatoriedade no uso de equipamentos de proteção individual, relacionados às atividades realizadas pelos profissionais vinculados à **CONTRATADA**, que resultem ou venham a resultar da execução do presente Instrumento de contrato.

XIII. Fornecer à Feas as escalas mensais de todos os plantonistas, com 30 (trinta) dias de antecedência, com possibilidade de alteração, de conformidade com as necessidades, porém mediante comunicação formal ao gestor do contrato.

XIV. Comunicar por escrito ao gestor do contrato, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com a execução dos serviços, para as providências necessárias.

XV. Controlar o material utilizado, zelando pelo uso racional, prestando contas do seu uso quando solicitado pela Feas.

XVI. Todos os bloqueios de agenda deverão seguir o procedimento padrão, conforme normas estabelecidas por cada uma das unidades da Feas.

XVII. O pedido de cancelamento de agenda solicitado pelo médico, mesmo que justificado, implicará em desconto, caso não seja repostado e dependerá de autorização expressa do gestor de cada unidade.

XVIII. Assumir responsabilidade em relação a todos os ônus fiscais legalmente previstos como sendo de sua responsabilidade, advindos de valores pagos em razão deste Contrato.

XIX. Apresentar à **CONTRATANTE** nota fiscal até o 5º (quinto) dia útil após a realização dos serviços do mês imediatamente anterior, para que seja efetuado o pagamento correspondente.

XX. Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**.

XXI. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária que resultem da execução do contrato.

XXII. Responsabilizar-se por qualquer acidente a que tenha dado causa, de que possam ser vítimas seus profissionais no desempenho dos serviços do objeto deste contrato, na área infortunistica, bem como por suas consequências, além de fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI's – recomendados pelos setores competentes da Feas, os quais serão oferecidos pela **CONTRATANTE**.

XXIII. É obrigatório o uso de crachás pelos profissionais em atividades em qualquer das unidades da Feas, os quais serão fornecidos pela **CONTRATADA**.

XXIV. Eventuais substituições dos profissionais que se ausentarem de suas atividades para eventos científicos (congressos, jornadas, etc.) deverão ser providenciadas pela **CONTRATADA**, que informará a **CONTRATANTE** e ao gestor do contrato deste fato com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

XXV. Fica expressamente proibido os profissionais médicos prestadores de serviços, quando escalados, ausentarem-se das unidades da Feas, excetuando-se necessidade imperiosa devidamente justificada por escrito que será dirigida ao gestor do contrato e à **CONTRATANTE**.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

XXVI. Fica expressamente proibido a contratação de médicos que façam parte do quadro de contratados da Feas.

XXVII. Fica expressamente proibido divisão de horário para descanso noturno.

XXVIII. Fica expressamente proibido ausentar-se da unidade ou afastar-se de seu posto de trabalho sem prover um substituto e comunicar o gestor local.

XXIX. Fica expressamente proibida a veiculação de qualquer tipo de propaganda ou material com o nome da **CONTRATANTE**.

XXX. Os profissionais deverão observar estritamente os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas adotados nas normas vigentes do Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de saúde e das Unidades da Feas.

XXXI. Registrar a frequência dos profissionais, cuja disponibilização é de sua responsabilidade, possibilitando ao gestor do contrato o acesso às informações de ponto e frequência.

XXXII. Registrar os atendimentos no prontuário dos pacientes, e no sistema disponibilizado pela Feas.

XXXIII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data de prestação dos serviços, motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos, com a devida comprovação.

XXXIV. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

XXXV. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, em especial no que se refere à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização.

XXXVI. Responsabilizar-se pelo fornecimento de crachás e jalecos.

XXXVII. Distribuir os profissionais conforme as necessidades e por determinação da equipe técnica da **CONTRATANTE**.

XXXVIII. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial de cada Unidade da Feas.

XXXIX. Atender de imediato às solicitações da **CONTRATANTE** quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

XL. Manter a prestação dos serviços, de forma ininterrupta, não permitindo qualquer tipo de paralisação.

XLI. Realizar visita do responsável pelo contrato na **CONTRATANTE** para reunião de rotina sobre andamento dos trabalhos sempre que for convocado para reunião na unidade/Feas.

XLII. Manter a **CONTRATANTE** informada, caso ocorra, do desligamento de funcionário ou mudanças que causem qualquer impacto na rotina do serviço.

XLIII. Responsabilizar-se por danos de qualquer natureza causados à **CONTRATANTE** e a terceiros, na execução dos serviços, decorrentes de culpa e/ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

XLIV. Comunicar à fiscalização da **CONTRATANTE**, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste contrato.

XLV. Apresentar escala de trabalho nos padrões da Feas.

XLVI. Participar obrigatoriamente dos treinamentos oferecidos pela instituição e assim como participar regularmente das reuniões da SCIH, quando convocado.

XLVII. A **CONTRATADA** deverá encaminhar o comprovante de participação dos cursos obrigatórios dos profissionais juntamente com a relação mensal dos profissionais.

XLVIII. Cumprir o código de Ética Médica.

XLIX. O prestador contratado deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência anexo.

L. O prestador contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização da Feas ou comissão designada para tal ato.

LI. O prestador contratado deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos pacientes com relação aos atendimentos realizados.

LII. As despesas decorrentes do contrato dos profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta do prestador credenciado.

LIII. Utilizar empregados habilitados com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

LIV. Apresentar Cópia Licença Sanitária da licitante (dentro de seu prazo de validade), vinculada ao ramo de atividade. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar o protocolo de solicitação de renovação ou cópia (autenticada) do deferimento publicado em Diário Oficial.

LV. Disponibilizar sempre que solicitado relatórios que viabilizem a auditoria dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

LVI. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, respeitando as condições ou exigências contidas neste contrato administrativo, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela **CONTRATANTE** (Feas) e as normas técnicas e legais vigentes.

LVII. Cumprir rigorosamente o prazo de execução dos serviços.

LVIII. Responsabilizar-se em executar os serviços, objeto do presente, através de pessoas idôneas e especializadas, assumindo qualquer responsabilidade por danos ou falhas que as mesmas vierem a cometer no desempenho de suas funções, obrigando-se ainda a indenizar a **CONTRATANTE** por todos os prejuízos que eventualmente ocasionarem.

LIX. Manter contatos com a **CONTRATANTE**, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da execução dos serviços, prestando todo e qualquer esclarecimento solicitado, e obrigando-se a atender prontamente as reclamações que porventura



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

ocorrerem.

LX. Manter o quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato administrativo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a **CONTRATANTE**, sendo de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

LXI. Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços prestados.

LXII. Comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, quaisquer anormalidades de caráter urgente, condições inadequadas para a execução dos serviços e a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, comprometendo-se a prestar todos os esclarecimentos julgados necessários.

LXIII. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente contrato administrativo em Termo de Referência.

LXIV. Responsabilizar-se pela omissão de valor ou volume de qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução do objeto ora contratado.

LXV. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional a **CONTRATANTE**.

LXVI. Iniciar a prestação dos serviços dentro dos prazos definidos no CONTRATO, quando deverá ser dado início à prestação do serviço, computando o prazo para pagamento das atividades.

LXVII. Não veicular publicidade acerca da contratação sem expressa e prévia autorização da **CONTRATANTE**.

LXVIII. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021).

LXIX. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

LXX. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

LXXI. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

regularidade relativa à Seguridade Social. 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União. 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda *Municipal, Estadual ou Distrital* do domicílio ou sede do contratado. 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF. e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

LXXII. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**, salvo na hipótese do § 2º do art. 121, da Lei n.º 14.133/2021.

LXXIII. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

LXXIV. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

LXXV. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

LXXVI. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

LXXVII. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

LXXVIII. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

LXXIX. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

LXXX. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

LXXXI. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

LXXXII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

LXXXIII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

LXXXIV. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

LXXXV. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão **CONTRATANTE**.

LXXXVI. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

LXXXVII. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

LXXXVIII. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência anexo, no prazo determinado.

LXXXIX. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

XC. Disponibilizar ao **CONTRATANTE** os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

XCI. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes.

XCII. Atender às solicitações do **CONTRATANTE** quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito em Termo de Referência.

XCIII. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

XCIV. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

XCV. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Proporcionar todas as condições para que a **CONTRATADA** possa disponibilizar e desempenhar o



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

serviço de acordo com as determinações deste instrumento.

II. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de referência que deu origem ao Contrato.

III. Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre irregularidades verificadas nas inscrições fornecidas, para que sejam corrigidas ou substituídas.

IV. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de comissão especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês, ano, bem como o nome dos profissionais eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

V. Providenciar a fiscalização dos serviços executados, através de profissionais do seu corpo funcional.

VI. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste contrato administrativo e seus anexos.

VII. Solicitar, em função de qualidade ou eficiência, a repetição dos laudos, sempre que constatar irregularidades.

VIII. Comunicar de imediato à **CONTRATADA**, quaisquer anormalidades de funcionamento.

IX. Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, do presente ajuste.

X. Efetuar o pagamento ao fornecedor nas condições e valores correspondentes ao serviço contratado.

XI. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente instrumento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

XII. Orientar, se necessário, a **CONTRATADA** no exercício de suas atribuições, fornecendo subsídios para a elaboração do planejamento das atividades.

XIII. Fornecer a documentação necessária para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços de acordo com as normas estabelecidas em Termo de Referência.

XIV. Fornecer as informações e as orientações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente instrumento.

XV. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

XVI. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como os do art. 48 da Lei n.º 14.133/2021).

XVII. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado.

XVIII. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no menor prazo possível.



Feas
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

- XIX.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- XX.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- XXI.** Comunicar o contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo **CONTRATANTE**, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- XXII.** Notificar por escrito a **CONTRATADA** se verificado qualquer problema nos serviços prestados. Poderá ser ordenada à suspensão dos serviços e, respectivos pagamentos, se dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

Pela prestação dos serviços constantes neste contrato está previsto o valor máximo de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX, o qual será pago de acordo com os serviços efetivamente prestados, conforme tabela abaixo, obedecendo-se em todo o caso o valor efetivamente homologado:

Descrição	Qtde horas Máxima Anual						
Serviços Médicos Generalistas Complementares	96.960						
VALOR ANUAL TOTAL							

Parágrafo Único

As despesas decorrentes dos serviços ora contratados correrão por conta de recursos próprios da **CONTRATANTE**, previstos em seu orçamento, recebíveis através de Contrato de Gestão celebrado com o Município de Curitiba, para atender as metas definidas.

CLÁUSULA SEXTA– DO PAGAMENTO



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

- I. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de pagamento.
- II. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a. o prazo de validade.
 - b. data da emissão.
 - c. os dados do contrato e do órgão **CONTRATANTE**.
 - d. o período respectivo de execução do contrato.
 - e. o valor a pagar. e
 - f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- III. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à **CONTRATANTE**.
- IV. A empresa deverá entregar na Unidade até o 5º dia do mês subsequente ao plantão, antes da emissão da Nota Fiscal, relatório dos plantões realizados no mês contendo nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço, carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues pela empresa e seu representante.
- V. Após a conferência, será autorizada a emissão da nota fiscal.
- VI. O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação das respectivas faturas/notas fiscais, atestadas definitivamente pelo gestor ou fiscal do contrato.
- VII. Quando da apresentação da Nota Fiscal deverá apresentar:
- a. Nota Fiscal de prestação de serviço com descritivo do serviço prestado relacionando a quantidade dos plantões/ horas cobrados, valor unitário e valor total;
 - b. relatório dos plantões realizados de acordo com a escala (atualizado caso haja glosa de plantões),
 - c. escala de plantão da especialidade;
 - d. certidões negativas ou positivas com efeitos negativos de débitos (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS);
 - e. a partir da emissão da segunda Nota fiscal poderá ser exigida a apresentação de documentação comprobatória da quitação dos encargos trabalhistas e tributos relativos aos empregados, referente ao mês anterior a cobrança (se for o caso).
- VIII. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar os seus débitos.
- IX. Para efeito de faturamento mensal só poderão ser cobrados os exames executas e laudos liberados mediante apresentação da documentação prevista.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

X. Do Pagamento por Performance

- a. O pagamento da hora normal será realizado conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, observado o cumprimento da meta mínima de atendimento de 04 (quatro) pacientes/hora.
- b. Os profissionais médicos que superarem a média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora farão jus a um adicional de performance, calculado progressivamente, conforme item II, do capítulo 7.1, do Termo de Referência.
- c. Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos Gestores das unidades que receberam este profissionais.
- d. Consolidação Mensal: Os dados serão compilados em um Boletim de Desempenho mensal. Este documento servirá como base para a conferência da fatura da empresa contratada, detalhando a composição da remuneração variável e justificando eventuais sanções.
- e. Não será devido o pagamento do adicional quando houver inconsistências no registro dos atendimentos, falha na alimentação do sistema ou descumprimento dos protocolos institucionais.
- f. A FEAS poderá revisar, a cada 06 (seis) meses, os critérios de cálculo e os percentuais aplicados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os resultados alcançados.
- g. O adicional por performance tem caráter variável, não incorporável à remuneração contratual e condicionado exclusivamente ao desempenho aferido.
- h. A previsão desse pagamento visa estimular a eficiência, a qualidade assistencial e a redução de riscos de desassistência, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão adotadas em contratações públicas e privadas de serviços médicos.

XI. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

XII. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

XIII. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

XIV. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

XV. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

XVI. No caso de empresas com prestação de serviços de mão de obra exclusiva, as empresas deverão apresentar:

1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar a seguinte documentação:
 - a. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.
 - b. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela **CONTRATADA**.
 - c. exames médicos admissionais dos empregados da **CONTRATADA** que prestarão os serviços. e
2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):
 - a. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND).
 - b. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado.
 - c. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF). e
 - d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
3. entrega, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - a. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração **CONTRATANTE**.
 - b. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte **CONTRATANTE**.
 - c. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários.
 - d. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado. e



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria.
6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.
7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado.
8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela **CONTRATADA**, os documentos elencados no item 1 acima deverão ser apresentados.
10. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
11. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a **CONTRATADA** deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
12. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
13. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
14. Não haverá pagamento adicional pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
15. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
16. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
17. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

18. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialar ao Ministério do Trabalho.
19. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
20. A Administração **CONTRATANTE** poderá conceder um prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
21. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a **CONTRATANTE** comunicará o fato à **CONTRATADA** e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
22. Não havendo quitação das obrigações por parte da **CONTRATADA** no prazo de quinze dias, a **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **CONTRATADA** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
23. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela **CONTRATANTE** para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
24. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**.
25. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
26. A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
27. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
28. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

XVII. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Parágrafo Primeiro

A Nota Fiscal deverá vir em nome da Fundação Estadual de Atenção à Saúde, com sede à Rua Lothário Boutin, n.º 90, Pinheirinho, Curitiba, Paraná, CEP 81.110-522, inscrita no CNPJ sob n.º 14.814.139/0001-83. As notas deverão encaminhadas ao setor de contratos para o e-mail contratos@feas.curitiba.pr.gov.br sempre com confirmação de leitura.

Parágrafo Segundo

Sendo identificada pela **CONTRATANTE** a cobrança de valor indevido nas faturas apresentadas, esta comunicará por escrito à **CONTRATADA**, em até 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil após a protocolização das Notas Fiscais/Fatura. Neste caso, o prazo previsto no caput desta Cláusula será suspenso, até que haja a regularização da cobrança, sendo reiniciado o prazo para pagamento da fatura a partir dessa nova data, sem a ocorrência de quaisquer encargos à **CONTRATANTE**, seja a que título for.

Parágrafo Terceiro

Em sendo constatada pela **CONTRATANTE** a cobrança de valor indevido após o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, a **CONTRATANTE** comunicará por escrito a **CONTRATADA**, a qual deverá efetuar o ressarcimento desses valores no faturamento do mês subsequente ao da comunicação.

CLÁUSULA SÉTIMA– DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste após decorridos 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 382/2023 e Instrução Normativa nº 02/2021 – SMF, ou seja, será adotado como critério de reajuste o IPCA.

Ainda, nos casos em que haja mão de obra com dedicação exclusiva, a empresa poderá requerer a repactuação, quando da publicação da nova Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA– DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários na prestação de serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o art. 125 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Único

Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, exceto supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

I. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato.
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c. der causa à inexecução total do contrato.
- d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- h. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato.
- i. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.
- l. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).
- b. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei).



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

d. Multa:

1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 07 dias.

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

4. de 10% (dez por cento) sobre a parcela a ser adimplida, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei n.º 14.133/2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

III. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE** (art. 156, §9º)

IV. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

a. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

b. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

c. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

V. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

VI. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. as peculiaridades do caso concreto.
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VII. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

VIII. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

IX. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

X. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa **CONTRATADA** será a única e exclusiva responsável pela entrega do objeto, todavia a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, designando, para tanto, um servidor para acompanhamento, que poderá entre outros:

- a) Notificar a empresa **CONTRATADA**, por escrito, pela ocorrência de eventuais imperfeições na execução do contrato, fixando prazo para sua correção.
- b) Solicitar à empresa **CONTRATADA**, a substituição de qualquer produto fornecido que esteja em desacordo ou insatisfatório.
- c) Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução dos serviços.

Parágrafo Único



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS

Correrão por conta exclusivos da **CONTRATADA**, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, ou vierem a ser criados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RENÚNCIA

A **CONTRATADA**, por si e por seus eventuais sucessores, renuncia expressamente a qualquer ação, questionamento ou pedido de devolução judicial ou administrativo relativamente aos tributos municipais incidentes sobre o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO

A rescisão do contrato poderá ser:

- I. Unilateralmente e por escrito pela **CONTRATANTE**, nos casos de descumprimento pela **CONTRATADA** das condições pactuadas e, ainda, na forma dos incisos II, do artigo 102 da Lei nº 14.133 e alterações, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- II. Por acordo amigável entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**. Deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- III. Por iniciativa das partes na via administrativa ou judicial, nos casos enumerados nos incisos I a III, do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021 e alterações, hipóteses em que, desde que não haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, em conformidade com o disposto no parágrafo 2º e incisos, do artigo 79 e 80, daquele diploma legal.

Parágrafo Primeiro

Poderá ainda o contrato ser rescindido por qualquer uma das partes, a qualquer tempo, observadas as seguintes condições:

- a) Na hipótese de a **CONTRATADA** solicitar a rescisão, esta deverá continuar prestando os serviços por período a ser estipulado pela **CONTRATADA**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da solicitação de rescisão.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

b) Na hipótese de a CONTRATANTE solicitar a rescisão, deverá efetuar comunicação por escrito à CONTRATADA, com antecedência mínima de até 60 (sessenta) dias, sendo então pagos os serviços comprovadamente prestados, não cabendo à CONTRATADA qualquer outra compensação ou indenização, seja a que título for.

Parágrafo Segundo

Se, a qualquer tempo, na vigência deste contrato, a CONTRATADA tiver decretada sua falência ou vier a se dissolver, de pleno direito ou extrajudicialmente, fica o presente contrato automaticamente rescindido, sem prejuízo da resolução de eventuais pendências.

Parágrafo Terceiro

É vedado à CONTRATADA ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem prévia e expressa autorização e concordância da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA OBSERVÂNCIA À LEI 14.133/2021

O presente instrumento sujeita a CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas contidas na Lei nº 14.133/2021 bem como demais legislações aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

I. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este órgão ou entidade não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade, ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção, na hipótese do subitem anterior, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

II. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

b. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

III. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

IV. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

Indenizações e multas.

V. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** e à aplicação das penalidades cabíveis.

VI. O **CONTRATANTE** poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

VII. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

VIII. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o **CONTRATANTE** reterá:

a. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021). e

b. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

IX. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 30 dias, o **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

X. O **CONTRATANTE** poderá ainda:

a. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria. e



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

b. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

XI. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOS GESTORES

Ficam designados para o presente contrato, os seguintes agentes nas respectivas funções:

Gestora: Rosane Kraus – Matrícula 1370

Suplente: Sulamita de Paula Santos – Matrícula 548

Fiscal Técnico/ Administrativo: Luiza Regina Antônio Zapani – Matrícula 1744

Suplente: Juliana Czarnobay – Matrícula 2525

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA VIGÊNCIA

O contrato será celebrado pelo período de 12 (doze) meses, tendo sua vigência a partir da assinatura deste, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 105 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

A **CONTRATADA**, por si e por seus empregados, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados da **CONTRATANTE**. No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá:

- I. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
- II. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.

III. Garantir, que os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente. Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

IV. Notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados de que venha a ter conhecimento ou suspeita.

Parágrafo primeiro

A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

Parágrafo segundo

Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento e, em no prazo máximo de 30 dias, sob instruções e na medida do determinado pela **CONTRATANTE**, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

Parágrafo terceiro

A **CONTRATADA** declara, por meio deste instrumento, que:

- I. Cumpre a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, especialmente a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD"), sem exclusão das demais normas setoriais ou gerais sobre o tema, implementando todas as medidas técnicas de segurança da informação disponíveis, além de medidas organizacionais para controle de acesso aos Dados Pessoais.
- II. Atua como Controladora de Dados Pessoais, de forma autônoma e independente, nos termos da LGPD, respondendo pelas atividades de Tratamento a que tenha ingerência, incluídas aquelas conduzidas por seus empregados e, em nenhuma hipótese a **CONTRATANTE** será responsabilizada pelo Tratamento de Dados Pessoais realizados pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO E DAS DIRETRIZES DO BANCO MUNDIAL



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

I. As partes contratantes se comprometem a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000. a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002. e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.

II. A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013. (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Primeiro

A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste contrato administrativo, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

Parágrafo Segundo

Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

- I. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa.
- II. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa.

Parágrafo Terceiro

A **CONTRATADA** obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país." Art. 4º Do Termo de Integridade e Ética a ser exigido quando da assinatura dos instrumentos pactuados:

Parágrafo Quarto

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº neste ato



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF n.º XXXXXXXX declaro, para os devidos fins, que a empresa ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção.

Outrossim, declaro que a empresa envia os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de integridade. Reconheço que o que subscrevo é verdade, sob as penas da lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Elegem as partes o foro da cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para as ações que porventura decorram do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Curitiba, xx de xxxxxxx de xxxxxx.

Sezifredo Paulo Alves Paz

Diretor-Geral – Feas

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Contratada

Janaina Barreto Fonseca

Diretora Administrativa Financeira – Feas

Pedro Henrique Igino Borges

Assessor Jurídico – Feas

1ª Testemunha

2ª Testemunha

Zimbra

julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br

Re: Análise da minuta do edital de credenciamento: serviços médicos generalistas

De : Rosane Kraus <rkraus@feas.curitiba.pr.gov.br>

qui., 29 de jan. de 2026 14:59

Assunto : Re: Análise da minuta do edital de credenciamento: serviços médicos generalistas

📎 5 anexos

Para : Juliano Eugenio da Silva

<julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Cc : Sulamita de Paula Santos

<sulsantos@feas.curitiba.pr.gov.br>, Juliana Czarnobay

<jczarnobay@feas.curitiba.pr.gov.br>, Contratos 1

<contratos1@feas.curitiba.pr.gov.br>

Boa tarde!

Ciente e de acordo!

Atenciosamente,



Rosane Kraus

Enfermeira

Gerente Administrativa Núcleo Urgência e Emergência (NUE)

rkraus@feas.curitiba.pr.gov.br

De: "Juliano Eugenio da Silva" <julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Para: "Rosane Kraus Schmitz" <rkraus@feas.curitiba.pr.gov.br>

Cc: "Sulamita de Paula Santos" <sulsantos@feas.curitiba.pr.gov.br>, "Juliana Czarnobay" <jczarnobay@feas.curitiba.pr.gov.br>, "Contratos 1" <contratos1@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 29 de janeiro de 2026 14:48:32

Assunto: Re: Análise da minuta do edital de credenciamento: serviços médicos generalistas

Prezadas,

As sugestões foram incorporadas ao texto. Podemos seguir?

Paz e Bem,



Juliano da Silva

Presidente CPL - Pregoeiro

Comissão Permanente de Licitações

(41) 3316-5728 | feas.curitiba.pr.gov.br

De: "Rosane Kraus" <rkraus@feas.curitiba.pr.gov.br>

Para: "Juliano Eugenio da Silva" <julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Cc: "Sulamita de Paula Santos" <sulsantos@feas.curitiba.pr.gov.br>, "Juliana Czarnobay" <jczarnobay@feas.curitiba.pr.gov.br>, "Contratos 1" <contratos1@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 29 de janeiro de 2026 13:36:22

Assunto: Re: Análise da minuta do edital de credenciamento: serviços médicos generalistas

Boa tarde!

SUGESTÃO:, na página 27 item 7.1 do pagamento por performance...

III. Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos **Gestores da Área de Urgência e Emergência da FEAS**.

Acredito que a gestão não será somente aos Gestores da área de Urgência, sugiro colocar ..
II Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos gestores das unidades que receberam estes profissionais conforme áreas descritas no contrato.

Atenciosamente,



Rosane Kraus

Enfermeira
Gerente Administrativa Núcleo Urgência e Emergência (NUE)
rkraus@feas.curitiba.pr.gov.br

De: "Juliano Eugenio da Silva" <julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>
Para: "Rosane Kraus Schmitz" <rkraus@feas.curitiba.pr.gov.br>, "Sulamita de Paula Santos" <sulsantos@feas.curitiba.pr.gov.br>, "Juliana Czarnobay" <jczarnobay@feas.curitiba.pr.gov.br>
Cc: "Contratos 1" <contratos1@feas.curitiba.pr.gov.br>
Enviadas: Quarta-feira, 28 de janeiro de 2026 13:25:12
Assunto: Análise da minuta do edital de credenciamento: serviços médicos generalistas

Prezadas,

Após tratativas anteriores, bem como referentes aos quantitativos, reenvio o texto abaixo, bem como seus anexos, adequados às discussões anteriores:

Em seguimento às etapas de preparação do credenciamento para **serviços médicos generalistas**, submeto à sua apreciação a minuta do edital elaborada a partir dos documentos técnicos e discussões anteriores.

Solicito que, durante sua análise, dê especial atenção aos anexos do edital, que indicam pontos que requerem maior atenção, passíveis ainda de eventuais alterações/adequações.

É crucial garantir que todos os aspectos técnicos estejam adequadamente descritos e alinhados às necessidades e especificações do nosso órgão. Assim, qualquer modificação nas seções destacadas deve ser realizada de forma cautelosa, a fim de assegurar a conformidade e a eficácia do edital.

Após a sua revisão técnica, o documento será encaminhado novamente ao departamento jurídico para a devida análise e emissão de parecer legal.

Agradeço antecipadamente pelo seu tempo e atenção dedicados a esta tarefa. Fico à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que possam ser necessários.

Paz e Bem,



Juliano da Silva

Presidente CPL - Pregoeiro
Comissão Permanente de Licitações
(41) 3316-5728 | feas.curitiba.pr.gov.br



Modelo de assinatura e-mail Feas.png
29 KB

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:13



Prefeitura Municipal de Curitiba

Termo de Anexação de Arquivos

01-021633/2026

ORIGEM: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Nesta data juntamos ao presente, por anexação o(s) arquivo(s) eletrônico(s) abaixo relacionado(s), a fim de subsidiar a instrução processual.

9.1 - APROVAÇÃO MINUTA EDITAL SETOR TÉCNICO 2.PDF

Anexação de Arquivos

Curitiba , 29 de janeiro de 2026 - 16:44:21

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:13

Zimbra

julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br

Re: Análise da minuta do edital de credenciamento: serviços médicos generalistas

De : Sulamita de Paula Santos
<sulsantos@feas.curitiba.pr.gov.br>

qui., 29 de jan. de 2026 16:31

📎 2 anexos

Assunto : Re: Análise da minuta do edital de credenciamento:
serviços médicos generalistas

Para : Juliano Eugenio da Silva
<julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Boa tarde!

Sim, ciente e de acordo.

Atenciosamente,

Sulamita

De: "Juliano Eugenio da Silva" <julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Para: "Sulamita de Paula Santos" <sulsantos@feas.curitiba.pr.gov.br>

Cc: "Rosane Kraus" <rkraus@feas.curitiba.pr.gov.br>, "Juliana Czarnobay"
<jczarnobay@feas.curitiba.pr.gov.br>, "Contratos 1" <contratos1@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 29 de janeiro de 2026 14:48:59

Assunto: Re: Análise da minuta do edital de credenciamento: serviços médicos generalistas

Prezadas,

As sugestões foram incorporadas ao texto. Podemos seguir?

Paz e Bem,



Juliano da Silva
Presidente CPL - Pregoeiro
Comissão Permanente de Licitações
(41) 3316-5728 | feas.curitiba.pr.gov.br

De: "Sulamita de Paula Santos" <sulsantos@feas.curitiba.pr.gov.br>

Para: "Juliano Eugenio da Silva" <julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Cc: "Rosane Kraus" <rkraus@feas.curitiba.pr.gov.br>, "Juliana Czarnobay"
<jczarnobay@feas.curitiba.pr.gov.br>, "Contratos 1" <contratos1@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 29 de janeiro de 2026 13:23:59

Assunto: Re: Análise da minuta do edital de credenciamento: serviços médicos generalistas

Boa tarde!

Segue considerações:

Pg 26

Item I: Do pagamento
sugestão de texto:

A empresa deverá encaminhar ao Setor de Contratos da Feas até o 5º dia do mês
subsequente ao plantão, antes da emissão da Nota Fiscal, os relatórios dos plantões realizados
no mês, **contendo unidade em que foi realizado o plantão, data, horário,** nome completo do

profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço, carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues pela empresa e seu representante.

Pg 27

Item III. Gestão contratual
sugestão de texto:

I. A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos Gestores das unidades que solicitaram e/ou receberam os profissionais médicos para realização do plantão.

Atenciosamente,

Sulamita

De: "Juliano Eugenio da Silva" <julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Para: "Rosane Kraus" <rkraus@feas.curitiba.pr.gov.br>, "Sulamita de Paula Santos" <sulsantos@feas.curitiba.pr.gov.br>, "Juliana Czarnobay" <jczarnobay@feas.curitiba.pr.gov.br>

Cc: "Contratos 1" <contratos1@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviadas: Quarta-feira, 28 de janeiro de 2026 13:25:12

Assunto: Análise da minuta do edital de credenciamento: serviços médicos generalistas

Prezadas,

Após tratativas anteriores, bem como referentes aos quantitativos, reenvio o texto abaixo, bem como seus anexos, adequados às discussões anteriores:

Em seguimento às etapas de preparação do credenciamento para **serviços médicos generalistas**, submeto à sua apreciação a minuta do edital elaborada a partir dos documentos técnicos e discussões anteriores.

Solicito que, durante sua análise, dê especial atenção aos anexos do edital, que indicam pontos que requerem maior atenção, passíveis ainda de eventuais alterações/adequações.

É crucial garantir que todos os aspectos técnicos estejam adequadamente descritos e alinhados às necessidades e especificações do nosso órgão. Assim, qualquer modificação nas seções destacadas deve ser realizada de forma cautelosa, a fim de assegurar a conformidade e a eficácia do edital.

Após a sua revisão técnica, o documento será encaminhado novamente ao departamento jurídico para a devida análise e emissão de parecer legal.

Agradeço antecipadamente pelo seu tempo e atenção dedicados a esta tarefa. Fico à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que possam ser necessários.

Paz e Bem,



Juliano da Silva
Presidente CPL - Pregoeiro
Comissão Permanente de Licitações
(41) 3316-5728 | feas.curitiba.pr.gov.br



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA: FEAS / FEASAJUR - JURIDICO

Prezados,

Encaminho este processo de credenciamento para análise e emissão de parecer jurídico inicial. Em anexo segue lista de verificação da fase interna.

Att.

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

10.1 - Check list fase interna.pdf

Curitiba , 29 de janeiro de 2026 - 16:50:05

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 15:36:14

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Listas de verificação

Decreto Municipal Nº 701/2023: Regulamenta os procedimentos auxiliares das licitações e contratações	Movimento SUP
Art. 10. O credenciamento será precedido de edital de chamamento público e a instrução processual deverá conter, no mínimo, o seguinte:	
I - especificação do bem ou serviço solicitado;	1.1 (ETP) 1.2. (TR)
II - justificativa pormenorizada e consistente da necessidade do ajuste;	1.3.
III - pesquisa mercadológica, termo ou valor de referência, tabela oficial, orçamento ou planilhas de preços, conforme o caso;	1.5 a 1.22.
IV - detalhamento das condições do ajuste;	1.2 (TR) 3.2 (Minuta Contratual)
V - indicação do gestor e seu suplente;	5.1.
VI - justificativa dos valores envolvidos;	1.5.
VII - parâmetros do ajuste, com a especificação de seu objeto, das obrigações recíprocas, dos prazos e valores, do cronograma de desembolso ou forma de pagamento, das condições de execução, dentre outros elementos;	1.2. (TR) 3.2. (Minuta Contratual)
VIII - manifestação da Assessoria de Custos e Análise de Projetos da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento ou setores financeiros das entidades autárquicas e fundacionais, conforme a competência, na hipótese da existência de planilha analítica de composição de custos;	Não é o caso
IX - autorização para licitar ou dispensar, contendo a indicação de dotação orçamentária e declaração do ordenador de despesas, no que se refere ao exigido pelos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, juntada pelo setor financeiro;	5.2. 4.1.
X - encaminhamento para o Núcleo Assessoramento Administrativo ou para o setor técnico responsável equivalente para registro dos dados em sistema informatizado e realização das demais providências administrativas;	A ser providenciado
XI - juntada do edital na fase preparatória;	8.1.
XII - indicação de comissão de contratação, a quem caberá a operacionalização do procedimento;	3.1.
XIII - emissão de parecer jurídico por Procurador do Município;	A ser providenciado.
XIV - publicação do resultado do procedimento na imprensa oficial, no Portal de Compras e no PNCP.	A ser providenciado
Parágrafo único. Na instrução processual deverá ser observado, no que couber, o disposto no artigo 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e outras condições previstas em normativas municipais vigentes.	Abaixo.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Lei 14.133/2021	Índice SUP
Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:	
I – a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;	1.1. (ETP)
II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;	1.2. (TR)
III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;	1.2. (TR) 3.2. (Minuta Contratual)
IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;	1.5 a 1.22.
V - a elaboração do edital de licitação;	8.1.
VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;	3.2.
VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;	1.2. (TR)
VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;	1.2. (TR) 8.1. (minuta edital)
IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;	1.2. (TR)
X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;	1.4.



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASAJUR - JURIDICO

PARA: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Devolve-se para adequações.

Curitiba , 02 de fevereiro de 2026 - 15:37:53

Assinado eletronicamente por GUSTAVO ELIAS MUENZ - 9794 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:14



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA: FEAS / FEASADM - ADMINISTRAÇÃO

Prezados,

Para providências.

Att.

Curitiba , 02 de fevereiro de 2026 - 15:40:10

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 15:36:14



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Anulação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASADM - ADMINISTRAÇÃO

Termo de Anulação de Documentos

Com o objetivo de assegurar a plena lisura, no presente processo, procedo à alteração do(s) documento(s) abaixo relacionado(s), juntado(s) aos autos pelo servidor abaixo descrito, estando certo de que essa ação não afetará a integridade nem a legitimidade das demais informações ou documentos que integram o protocolo até o momento, e não causará incoerência, desconexão ou descontinuidade na instrução processual. Tenho ciência de estar sujeito às responsabilidades penal, civil e administrativa, com penas previstas na legislação, caso a alteração resulte em destruição, supressão, ocultação ou desfiguração de documentos considerados como de interesse público.

Documentos Anulados

Motivo Anulação

- 1.3 - 3 - JUSTIFICATIVA_CRED_GENERALISTA_%
282%29_ASSINADO.PDF

Documento Equivocado

Justifico, de forma pormenorizada, a necessidade da alteração, pelo(s) seguinte(s) motivo(s):

Documento equivocado.

Curitiba , 02 de fevereiro de 2026 - 15:45:12

Assinado eletronicamente por LEANDRO CORADINI TRINDADE JUNIOR - 11937 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASADM - ADMINISTRAÇÃO

PARA: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Prezado, segue ajustado.

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

14.1 - JUSTIFICATIVA CREDENCIAMENTO GENERALISTA 2026_ULTIMA VERSAO.pdf

Curitiba , 02 de fevereiro de 2026 - 15:46:58

Assinado eletronicamente por LEANDRO CORADINI TRINDADE JUNIOR - 11937 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:14



Diretoria Executiva

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161,
3º andar, Sala 308 Pinheirinho,
Curitiba/PR | (41) 3316-5959
www.feas.curitiba.pr.gov.br

JUSTIFICATIVA

I. Considerando que Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas é uma fundação pública de direito privado, órgão de administração indireta da prefeitura de Curitiba que executa e desenvolve ações no Sistema Único de Saúde (SUS), através de um contrato de gestão com a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, prestando serviço de atenção à saúde nas unidades: Hospital do Idoso Zilda Arns 145 leitos, sendo 30 de UTI, Centro Médico Comunitário Bairro Novo 40 leitos, Centro Curitibano de Atenção Especializada ambulatório de: (cardiologia, neurologia, pneumologia, endocrinologia, urologia, cirurgia geral, cirurgia vascular, anesthesiologia, gastroenterologia, neuropediatria, ortopedia, dermatologia, proctologia, nefrologia, otorrinolaringologia e geriatria), serviços de saúde mental em 13 Centros de Atenção psicossocial (CAPS) sendo 8 CAPS tipo III, funcionamento 24 horas (7 adultos e 1 infantil) e 5 tipo II (diurno – 3 adultos e 2 infantis), 01 Unidade de Estabilização de Psiquiatria para atendimento de casos agudos graves que necessitem de intervenção imediata da psiquiatria, RUE (rede de urgência e emergência): Samu Móvel 8 ambulâncias suporte avançado, Central de Transporte de Urgência, Central de Transporte Sanitário Eletivo, Complexo Regulador de Urgências (192 e Central de Leitos Metropolitana) e 9 Unidades de Pronto Atendimento (Upas) Boqueirão, Tatuquara, Sitio Cercado, Cajuru, Boa vista, Campo Comprido, Cajuru, Cic e Pinheirinho ; Atenção Primária à Saúde com fornecimento de médicos para completar escalas das 109 unidades municipais de saúde sendo 7 equipes 100% Feas e Serviço Saúde em Casa 23 equipes de atendimento domiciliar, Central Saúde Já (serviço de teleatendimento para casos leves e agudos). Atualmente a Feas conta com 1267 profissionais médicos contratados totalizando 133.570 horas de trabalho distribuídas entre todas as unidades, porém apenas 128.650 horas de trabalho estão disponíveis para as escalas pois as demais encontram-se em afastamentos previstos ou prováveis;

II. Considerando que os profissionais são contratados via Processo Seletivo Público, na modalidade celetista, nos deparamos com aumento expressivo de afastamentos para tratamento de saúde, pedido de demissão sem cumprimento do aviso prévio, licença maternidade, dentre outros, chegando a atingir mais de 4.920 horas de afastamento do trabalho ao mês.

III. Considerando que no banco formado através de chamamento de funcionários aprovados em processo seletivo público, é incompatível com a contratação pontual e/ou esporádica, no sentido de atender à supracitada demanda pontual e esporádica (reposições por afastamentos imprevistos diversos);

IV. Considerando que houve a realização de diversos Processos Seletivos



Diretoria Executiva

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161,
3º andar, Sala 308 Pinheirinho,
Curitiba/PR | (41) 3316-5959
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Simplificados, com a convocação de **1.145** candidatos médicos, no período de 2022 à 2025; todavia, com baixa ou pequena adesão, com apenas 555 médicos efetivamente aceitando e assumindo as vagas temporárias - que já se encerraram sem sua maioria pelo decorrer do tempo;

V. Considerando que houve a convocação de **1.851** candidatos oriundos do banco (cadastro de reserva / aprovados) decorrente de Concursos Públicos (Processos Seletivos Públicos) no período de 2021 à 2025; com relevante adesão - 871 médicos efetivamente assumindo as vagas, que, frisa-se, são incompatíveis com trabalho pontual e esporádico; todavia, importante também o número daqueles candidatos que não atenderam a convocação, desistiram antes de assumir, ou foram desclassificados - 508 no total;

VI. Considerando o quadro explicativo abaixo:

BANCO DE MÉDICOS GENERALISTAS - EDITAL PSP e PSS							
EDITAL	QTDE APROVADOS	CONVOCAÇÕES	SITUAÇÃO				
			Contratado	Fina de lista	Desclassificado	Desistente	Não atendeu a convocação
PSP 01/2021 (esgotado)	786	1036	466	251	2	23	294
PSP 01/2023 (vigente)	1092	815	405	221	1	6	182
PSS 01/2022 (esgotado)	161	161	60	0	0	28	73
PSS 05/2022 (esgotado)	314	314	120	0	0	30	164
PSS 02/2023 (esgotado)	498	498	185	0	6	60	247
PSS 03/2025 (vigente)	785	172	86	0	1	14	71

VII. Considerando a legislação vigente que determina um quantitativo mínimo de profissionais para manter o funcionamento dos serviços;

VIII. Considerando o cenário do mercado de trabalho no qual é evidente a carência de profissionais médicos na rede pública de saúde para a efetiva prestação dos serviços assistenciais;

IX. Considerando a necessidade de manter escalas médicas dentro do que é preconizado para prestação de assistência qualificada a população;

X. Considerando que a abertura de horas extras não garante o preenchimento dos postos vagos de trabalho;

XI. Considerando que no serviço público no qual os órgãos de controle, inclusive o TCE/PR, recomendam o não pagamento de horas-extras habituais, onde os encargos devem ser eventuais e esporádicos para não onerar os cofres públicos de forma irregular;



Diretoria Executiva

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161,
3º andar, Sala 308 Pinheirinho,
Curitiba/PR | (41) 3316-5959
www.feas.curitiba.pr.gov.br

XII. Considerando que após análise financeira se verificou que a contratação de mão de obra através desta modalidade para reposições dos afastados não se mostra mais onerosa que a contratação usual mediante concurso;

XIII. Considerando a sazonalidade da demanda, bem como que, no final e início do ano, onde o histórico de desligamentos é maior devido a realização de concursos de residência médica para especialidades, ou finalização dessas, que culmina na solicitação de demissão pelos profissionais médicos, muitas vezes sem cumprir aviso prévio;

XIV. Considerando que a contratação nestes moldes oportuniza a integralidade e qualidade na prestação de serviço aos usuários do SUS, com eficiência;

XV. Considerando as várias providência internas como: i) escalas com mais profissionais que o mínimo exigido; ii) transferências esporádicas e pontuais de médicos; iii) banco de sobre aviso; iv) aumento temporário de carga horária; v) contratação de profissionais por período intermitente, ou, volante quanto ao local de trabalho; vi) constantes seleções e constantes dentre os próprios empregados já contratados; e outras providências; mesmo assim, em determinados casos pontuais não existem médicos suficientes para o fechamento da escala.

Por isso, a experiência prática da gestão de escalas médicas demonstra que, mesmo com o planejamento rigoroso e a adoção de medidas internas como chamamento de candidatos aprovados em concurso, contratação temporária de profissionais, banco de sobreaviso, remanejamento pontual de profissionais, abertura de horas extras e incremento temporário de carga horária, há situações em que os postos de trabalho não conseguem ser integralmente supridos.

Isso decorre, sobretudo, ante os índices de absenteísmo originados por licenças médicas, afastamentos legais previstos na CLT, licenças maternidade, férias regulamentares, intercorrências epidemiológicas (como síndromes respiratórias e arboviroses, a exemplo da dengue), além de casos de desligamentos ou exonerações sem cumprimento de aviso prévio.

Diante deste cenário, torna-se necessário instituir uma reserva técnica de horas médicas que permita suprir eventuais lacunas esporádicas na cobertura assistencial, sem prejuízo à continuidade e à integralidade da atenção prestada ao usuário SUS, e sem a substituição de profissionais concursados e temporários por terceirizados.

A contratação do serviço possibilita que a FEAS disponha de meios ágeis e eficazes para enfrentar oscilações na disponibilidade de profissionais, garantindo que os serviços de saúde permaneçam em funcionamento dentro dos parâmetros legais, técnicos e assistenciais exigidos.

Assim, a constituição desta reserva técnica não se apresenta como um acréscimo desproporcional ou oneroso, mas sim como uma medida de gestão responsável, orientada pelos princípios da continuidade do serviço público, economicidade e da proteção



Diretoria Executiva

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161,
3º andar, Sala 308 Pinheirinho,
Curitiba/PR | (41) 3316-5959
www.feas.curitiba.pr.gov.br

do usuário do SUS contra eventuais situações de desassistência.

Trata-se, portanto, de mecanismo indispensável para assegurar que a cobertura assistencial corresponda às demandas reais da rede pública de saúde, em especial em períodos de maior sazonalidade e absenteísmo.

Resta peremptório, visando respeitar o número de profissionais preconizado na legislação/normativas para funcionamento de serviços de saúde, bem como, garantir a prestação de serviço qualificado aos usuários do SUS de Curitiba – sem desassistência –, justifico a adoção das medidas necessárias para contratação de prestador de serviço médico no intuito de permitir reposições pontuais e esporádicas de profissionais médicos, em caráter de sobreaviso, no intuito de reforçar referidas escalas já existentes.

Curitiba, 19 de janeiro de 2026

Marina Abreu de Oliveira Marcondes
Diretora de Atenção à Saúde

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 27113303/02/2026 14:36:14



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA: FEAS / FEASAJUR - JURIDICO

Prezados,

Encaminho novamente após providências do setor responsável.

Att.

Curitiba , 02 de fevereiro de 2026 - 15:49:41

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 15:36:15



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASAJUR - JURIDICO

PARA: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Encaminhado parecer

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

**16.1 - PARECER 036-2026 - INEXIGIBILIDADE - CREDENCIAMENTO - CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS COMPLEMENTARES PARA A**

Curitiba , 03 de fevereiro de 2026 - 14:02:19

Assinado eletronicamente por GUSTAVO ELIAS MUENZ - 9794 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto
Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:15



Assessoria Jurídica
Rua Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161 3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5954
www.feas.curitiba.pr.gov.br

P.A. nº 01-021633/2026

Interessada: Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS.

Assunto: Inexigibilidade de Licitação. Credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS, pelo período de 12 (doze) meses.

Parecer AJUR n.º 036/2026

Ementa: Análise de Edital, nos termos do art. 18, § único da Lei nº 14.1300/2021. Minuta que atende aos requisitos do Decreto Municipal nº 386/2023 e Decreto 700/2023.

I – Relatório

Trata-se de credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS, pelo período de 12 (doze) meses.

Destaque-se que se trata de serviço importante à Fundação Estatal de Atenção à Saúde, cuja ausência acarreta prejuízos diretos aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços médicos por esta instituição, torna-se necessário a contratação de empresa capacitada para o fornecimento desses serviços.

Ressalte-se que a dificuldade de atrair e manter profissionais médicos por meio de processos seletivos para o tipo de função pretendida, somada ao alto número de afastamentos, licenças, sazonalidade de doenças e demissões sem aviso prévio, tem deixado lacunas nas escalas da FEAS, mesmo com medidas internas como sobreaviso, remanejamentos e horas extras.

Diante disso, e considerando a enormidade do serviço médico mensal que a Fundação precisa garantir, torna-se necessária a criação de uma reserva técnica de horas contratualizadas, para assegurar continuidade, qualidade e regularidade na assistência à população, nos moldes de escala de sobreaviso, em casos pontuais.

A contratação de empresa para prestação do serviço de forma acessória e tangencial à atividade fim confere maior flexibilidade à gestão do quadro médico, possibilitando substituições ágeis e adequações conforme a necessidade institucional, sobretudo em períodos críticos, assegurando a manutenção da eficiência e da qualidade no atendimento.

Consta no presente feito às fls. 05/13 se apresenta estudo técnico preliminar, termo de referência (fls. 14/41), justificativa para o credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas (fls. 42/45), matriz de riscos (fls. 46/48), justificativa da escolha de preços (fl.



Assessoria Jurídica
Rua Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161 3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5954
www.feas.curitiba.pr.gov.br

49), declaração de conformidade de preços (fl. 50), orçamentos (fls. 51/84), portaria contendo os agentes de contratação publicada no DOM (fl. 87), minuta de contrato administrativo (fls. 88/122) e declaração de disponibilidade de recursos financeiros (fl. 124).

À fl. 127 consta indicação de gestor e suplente, declaração do autorizador da despesa (fl. 128), minuta do edital de credenciamento (fls. 132/211), análise de minuta do edital de credenciamento (fls. 212/217) e justificativa para o credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas (fls. 225/228) que bem fundamenta a contratação, senão vejamos:

I. Considerando que Fundação Estadual de Atenção à Saúde – Feas é uma fundação pública de direito privado, órgão de administração indireta da prefeitura de Curitiba que executa e desenvolve ações no Sistema Único de Saúde (SUS), através de um contrato de gestão com a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, prestando serviço de atenção a saúde nas unidades: Hospital do Idoso Zilda Arns 145 leitos, sendo 30 de UTI, Centro Médico Comunitário Bairro Novo 40 leitos, Centro Curitibaano de Atenção Especializada ambulatorio de: (cardiologia, neurologia, pneumologia, endocrinologia, urologia, cirurgia geral, cirurgia vascular, anesthesiologia, gastroenterologia, neuropediatria, ortopedia, dermatologia, proctologia, nefrologia, otorrinolaringologia e geriatria), serviços de saúde mental em 13 Centros de Atenção psicossocial (CAPS) sendo 8 CAPS tipo III, funcionamento 24 horas (7 adultos e 1 infantil) e 5 tipo II (diurno – 3 adultos e 2 infantis), 01 Unidade de Estabilização de Psiquiatria para atendimento de casos agudos graves que necessitem de intervenção imediata da psiquiatria, RUE (rede de urgência e emergência): Samu Móvel 8 ambulâncias suporte avançado, Central de Transporte de Urgência, Central de Transporte Sanitário Eletivo, Complexo Regulador de Urgências (192 e Central de Leitos Metropolitana) e 9 Unidades de Pronto Atendimento (Upas) Boqueirão, Tatuquara, Sítio Cercado, Cajuru, Boa vista, Campo Comprido, Cajuru, Cic e Pinheirinho ; Atenção Primária à Saúde com fornecimento de médicos para completar escalas das 109 unidades municipais de saúde sendo 7 equipes 100% Feas e Serviço Saúde em Casa 23 equipes de atendimento domiciliar, Central Saúde Já (serviço de teleatendimento para casos leves e agudos). Atualmente a Feas conta com 1267 profissionais médicos contratados totalizando 133.570 horas de trabalho distribuídas entre todas as unidades, porém apenas 128.650 horas de trabalho estão disponíveis para as escalas pois as demais encontram-se em afastamentos previstos ou prováveis;

II. Considerando que os profissionais são contratados via Processo Seletivo Público, na modalidade celetista, nos deparamos com aumento expressivo de afastamentos para tratamento de saúde, pedido de demissão sem cumprimento do aviso prévio, licença maternidade, dentre outros, chegando a atingir mais de 4.920 horas de afastamento do trabalho ao mês.

III. Considerando que no banco formado através de chamamento de funcionários aprovados em processo seletivo público, é incompatível com a contratação pontual e/ou esporádica, no sentido de atender à supracitada demanda pontual e esporádica (reposições por afastamentos imprevistos diversos);

IV. Considerando que houve a realização de diversos Processos Seletivos Simplificados, com a convocação de 1.145 candidatos médicos, no período de 2022 à 2025; todavia, com baixa ou pequena adesão, com apenas 555 médicos efetivamente aceitando e assumindo as vagas temporárias - que já se encerraram sem sua maioria pelo decorrer do tempo;

V. Considerando que houve a convocação de 1.851 candidatos oriundos do banco (cadastro de reserva / aprovados) decorrente de Concursos Públicos (Processos Seletivos Públicos) no período de 2021 à 2025; com relevante adesão - 871 médicos efetivamente assumindo as vagas, que, frisa-se, são incompatíveis com trabalho pontual e esporádico; todavia, importante também o número daqueles candidatos que não atenderam a convocação, desistiram antes de assumir, ou foram desclassificados - 508 no total;

VI. Considerando o quadro explicativo abaixo:



Assessoria Jurídica
Rua Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161 3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5954
www.feas.curitiba.pr.gov.br

BANCO DE MÉDICOS GENERALISTAS - EDITAL PSP e PSS							
EDITAL	QTDE APROVADOS	CONVOCAÇÕES	SITUAÇÃO				Não atendeu a convocação
			Contratado	Final de lista	Desclassificado	Desistente	
PSP 01/2021 (esgotado)	786	1036	466	251	2	23	294
PSP 01/2023 (vigente)	1092	815	405	221	1	6	182
PSS 01/2022 (esgotado)	161	161	60	0	0	28	73
PSS 05/2022 (esgotado)	314	314	120	0	0	30	164
PSS 02/2023 (esgotado)	498	498	185	0	6	60	247
PSS 03/2025 (vigente)	785	172	86	0	1	14	71

VII. Considerando a legislação vigente que determinam um quantitativo mínimo de profissionais para manter o funcionamento dos serviços;

VIII. Considerando o cenário do mercado de trabalho no qual é evidente a carência de profissionais médicos na rede pública de saúde para a efetiva prestação dos serviços assistenciais;

IX. Considerando necessidade de manter escalas médicas dentro do preconizado para prestação de assistência qualificada a população;

X. Considerando que a abertura de horas extras não garante o preenchimento dos postos vagos de trabalho;

XI. Considerando que no serviço público no qual os órgãos de controle, inclusive o TCE/PR, recomendam o não pagamento de horas-extras habituais, onde os encargos devem ser eventuais e esporádicos para não onerar os cofres públicos de forma irregular;

XII. Considerando que após análise financeira se verificou que a contratação de mão de obra através desta modalidade para reposições dos afastados não se mostra mais onerosa que a contratação usual mediante concurso;

XIII. Considerando a sazonalidade da demanda, bem como que, no final e início do ano, onde o histórico de desligamentos é maior devido a realização de concursos de residência médica para especialidades, ou finalização dessas, que culmina na solicitação de demissão pelos profissionais médicos, muitas vezes sem cumprir aviso prévio;

XIV. Considerando que a contratação nestes moldes oportuniza a integralidade e qualidade na prestação de serviço aos usuários do SUS, com eficiência;

XV. Considerando as várias providências internas como: i) escalas com mais profissionais que o mínimo exigido; ii) transferências esporádicas e pontuais de médicos; iii) banco de sobre aviso; iv) aumento temporário de carga horária; v) contratação de profissionais por período intermitente, ou, volante quanto ao local de trabalho; vi) constantes seleções e constantes dentre os próprios empregados já contratados; e outras providências; mesmo assim, em determinados casos pontuais não existem médicos suficientes para o fechamento da escala.

Por isso, a experiência prática da gestão de escalas médicas demonstra que, mesmo com o planejamento rigoroso e a adoção de medidas internas como chamamento de candidatos aprovados em concurso, contratação temporária de profissionais, banco de sobreaviso, remanejamento pontual de profissionais, abertura de horas extras e incremento temporário de carga horária, há situações em que os postos de trabalho não conseguem ser integralmente supridos.

Isso decorre, sobretudo, ante os índices de absenteísmo originados por licenças médicas, afastamentos legais previstos na CLT, licenças maternidade, férias regulamentares, intercorrências epidemiológicas (como síndromes respiratórias e arboviroses, a exemplo da dengue), além de casos de desligamentos ou exonerações sem cumprimento de aviso prévio.



Assessoria Jurídica
 Rua Cap. Argemiro Monteiro
 Wanderley, 161 3º andar
 Capão Raso – Curitiba/PR
 CEP 81.312-170
 (41) 3316-5954
 www.feas.curitiba.pr.gov.br

Diante deste cenário, torna-se necessário instituir uma reserva técnica de horas médicas que permita suprir eventuais lacunas esporádicas na cobertura assistencial, sem prejuízo à continuidade e à integralidade da atenção prestada ao usuário SUS, e sem a substituição de profissionais concursados e temporários por terceirizados.

A contratação do serviço possibilita que a FEAS disponha de meios ágeis e eficazes para enfrentar oscilações na disponibilidade de profissionais, garantindo que os serviços de saúde permaneçam em funcionamento dentro dos parâmetros legais, técnicos e assistenciais exigidos.

Assim, a constituição desta reserva técnica não se apresenta como um acréscimo desproporcional ou oneroso, mas sim como uma medida de gestão responsável, orientada pelos princípios da continuidade do serviço público, economicidade e da proteção do usuário do SUS contra eventuais situações de desassistência.

Trata-se, portanto, de mecanismo indispensável para assegurar que a cobertura assistencial corresponda às demandas reais da rede pública de saúde, em especial em períodos de maior sazonalidade e absenteísmo.

Resta peremptório, visando respeitar o número de profissionais preconizado na legislação/normativas para funcionamento de serviços de saúde, bem como, garantir a prestação de serviço qualificado aos usuários do SUS de Curitiba – sem desassistência –, justificar a adoção das medidas necessárias para contratação de prestador de serviço médico no intuito de permitir reposições pontuais e esporádicas de profissionais médicos, em caráter de sobreaviso, no intuito de reforçar referidas escalas já existentes.”

O presente credenciamento será realizado no valor de até R\$ 16.056.576,00 (dezesesseis milhões cinquenta e seis mil quinhentos e setenta e seis reais).

É o relatório.

Passo à manifestação.

II – Análise

Preliminarmente, cumpre salientar que a análise desta Assessoria Jurídica cinge-se aos aspectos jurídico-formais do instrumento editalício, não tendo por função avaliar questões de ordem técnica, atinentes, por exemplo, à essencialidade, bem como às especificidades do item(s) que se pretende adquirir, salvo casos de burla ao dever de licitar, fracionamento manifesto de objeto ou ainda, restrição ao caráter competitivo do certame.

Da mesma forma, a análise jurídica não compreende questões de ordem econômico-financeira, tais como, se haverá ou não recursos disponíveis para o pagamento das despesas, sendo certo que é obrigação do gestor prezar pelo efetivo adimplemento. De toda sorte, tal questão envolve previsibilidade orçamentária e há declaração no feito nesse sentido, consoante fl. 128 subscrita pelo Diretor-Geral da FEAS.

Feitas tais considerações, esclarece-se que o credenciamento é o procedimento administrativo pelo qual a Administração convoca todos os interessados em travar ajustes contratuais com ela, desde que satisfeitos os requisitos previamente estipulados, diante da situação de inviabilidade de competição em determinado setor.



Assessoria Jurídica
Rua Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161 3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5954
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Logo, o credenciamento é procedimento auxiliar à contratação por inexigibilidade de licitação adequado às hipóteses em que a Administração necessita de um número ilimitado de contratados para prestar o serviço ou fornecer o bem demandado; sendo utilizado quando há necessidade de contratações frequentes e situações em que não é possível apurar previamente o *quantitativo* unitário demandado pela Administração Pública ou delimitar a concorrência por menor preço, como na hipótese vertente.

No âmbito municipal, o sistema de credenciamento é regulamentado pelo Decreto Municipal nº 700/2023, sendo definido no seu artigo 305. Ainda, o artigo 74, *caput* da Lei 14.133/2021¹ define quando é possível a inexigibilidade de licitação tal qual no presente caso.

In casu, pretende-se o credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS, pelo período de 12 (doze) meses.

Assim, de acordo com entendimento doutrinário e jurisprudencial, a contratação oriunda de credenciamento encontra-se inserida na hipótese de inexigibilidade de licitação, pois a inviabilidade de competição se justifica na medida em que a Administração não possui condição de diferenciar preços ante o disposto na Lei nº 14.442/2022.

A concorrência com base em preço ou desconto (preço negativo) oculta custos para o contrato. Por isso essa prática é incompatível com a livre concorrência, prevista no artigo 170, inciso IV, da Constituição Federal, razão pela qual a Lei 14.442/2022² proíbe que o empregador exija ou receba deságio ou desconto sobre o valor contratado a título de auxílio-alimentação.

Daí porque a concorrência é a figura jurídica mais adequada para o caso, sendo plenamente aplicável o decidido no Acórdão nº 784/2018- Plenário do TCU:

Assim, quando a licitação for inexigível porque o gestor manifestou o interesse de contratar todos os prestadores, ele poderá adotar o procedimento de chamada pública, por meio da abertura de um edital e chamar todos os prestadores que se enquadrem nos requisitos constantes do edital para se cadastrarem e contratarem com a Administração Pública.

Em precedente recente, o TCU, no Acórdão nº 436/2020 – Plenário, ratificou:

O credenciamento, entendido como espécie de inexigibilidade de licitação, é ato administrativo de chamamento público de prestadores de serviços que satisfaçam determinados requisitos, constituindo etapa prévia à contratação, devendo-se oferecer a todos

¹ Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, (...)

² Art. 3º O empregador, ao contratar pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação de que trata o art. 2º desta Lei, **não poderá exigir ou receber:**

I - qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado;



Assessoria Jurídica
Rua Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161 3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5954
www.feas.curitiba.pr.gov.br

igual oportunidade de se credenciar.

Entendido assim, o credenciamento como hipótese em que há inviabilidade de competição diante da vedação legal específica que proíbe descontos e, portanto, iguala os preços, é recomendada; desde que sejam observados os requisitos para a contratação por inexigibilidade de licitação, adaptadas às peculiaridades do caso concreto.

Desse modo, desde que respeitados os princípios da igualdade, da economicidade e, notadamente, o princípio da publicidade, não se vislumbra impeditivo para a referida contratação de serviços médicos generalistas complementares por meio de credenciamento.

Quanto a Minuta do Edital, esta cumpre todas as exigências dispostas na Lei, sobretudo em relação às especificidades trazidas no Termo de Referência, não havendo, portanto, nenhuma observação a ser feita por parte desta assessoria jurídica.

De acordo com o Edital consta o critério para credenciamento, que atende os princípios da equidade e legalidade que norteiam as contratações públicas, ampliando a margem de participação de licitantes a todos aqueles que possuam as condições para habilitação técnica e documental para prestação do serviço.

No que tange aos documentos exigidos, se verifica a requisição de documentos a título de habilitação jurídica para credenciamento, classificação da proposta, regularidade fiscal, funcional, qualificação técnica e gestão do contrato, de sorte que estão de acordo com o que preconiza a Lei 14.133/2021.

Ressalta-se que se encontrou nos autos apresentados o Termo de Autorização de Despesa e Justificativa dos Preços, aptos a determinar a regularidade dos preços praticados em conjunto com a existência de valores para arcar com as despesas.

No mais, a minuta do contrato apresentada se verificou adequada às condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com Termo de Referência e da proposta a que se vinculam, estabelecidas com clareza e adequação.

Desta feita, nota-se que a presente minuta abrange todas as cláusulas necessárias, nos termos do artigo 89 e seguintes da Lei de Licitações. Portanto, não há qualquer impedimento ao prosseguimento do processo administrativo de contratação.

Some-se ainda a aprovação da minuta em sua versão final, pela autoridade promotora do certame, na forma exigida pelo artigo 170, § 3º do Decreto Municipal 700/2023.³

³ § 3º É condição para a emissão de parecer por Procurador do Município a completa instrução do procedimento.
Parecer - AJUR 036/2026



Assessoria Jurídica
Rua Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161 3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5954
www.feas.curitiba.pr.gov.br

III – Considerações Finais

Portanto, opino favoravelmente à aprovação da minuta, encontrando-se o certame em condições de ser prosseguido.

Publique-se na forma da lei, respeitando-se o prazo entre a publicação da convocação e a data de apresentação das propostas e lances, conforme inciso III do artigo 171 do Decreto Municipal nº 700/2023.

É o parecer. S.M.J.

Curitiba, 03 de fevereiro de 2026.

PEDRO HENRIQUE IGINO BORGES

Assessor Jurídico FEAS

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:15



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA: FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

Prezadas,

Encaminho para providências,

Att.

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

17.1 - RATIFICAÇÃO.PDF

17.2 - EDITAL CREDENCIAMENTO.PDF

Curitiba , 03 de fevereiro de 2026 - 14:38:39

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:15



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Aprovo o parecer nº 36/2026 – Ajur/Feas. Ato contínuo, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 5/2026 para edital de chamamento público, conforme informações contidas nos autos de número 01-021633/2026, e conforme parecer nº 36/2026 – Ajur Feas, que tem por objeto o: *Credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, com o valor total de: R\$ 16.056.576,00.*

Curitiba, na data da assinatura eletrônica.

Sezifredo Paulo Alves Paz
Diretor-Geral Feas



Credenciamento

2/2026

CONTRATANTE (928285)

Fundação Estatal de Atenção à Saúde.

OBJETO

Credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 16.056.576,00.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

Permanente.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

02/03/2026



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	3
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR	4
4. DA HABILITAÇÃO	5
5. DOS RECURSOS	7
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	7
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	9
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS	9
9. DA CONTRATAÇÃO	9
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS	10
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	10
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	11
13. DISPOSIÇÕES GERAIS	11

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA Matrícula 27/11/2013 03/02/2026 15:36:28



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas**CREDENCIAMENTO Nº 2/2026.**

(Processo Administrativo nº 01-021633/2026)

Torna-se público que a Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, por meio da Comissão Permanente de Licitações, sediada na R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161, 3º andar, Capão Raso – Curitiba/PR, CEP 81.130-160, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Municipal nº 701/2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o **Credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 7º, inciso I¹, do Decreto Municipal nº 701/2023.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br.

2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão participar do credenciamento:

¹ Art. 7º O credenciamento poderá ser aplicado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.5.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública municipal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.5. *peçoas jurídicas reunidas em consórcio; dada a baixa complexidade do objeto e visando a ampliação da disputa, bem como diminuir a possibilidade de conluio.*
- 2.5.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
- 2.7. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.8. A vedação de que trata o item 2.5.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

- 3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no Sicaf e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico (pelos seguintes e-mails: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br e mifonseca@feas.curitiba.pr.gov.br), o **requerimento de participação** com a indicação de sua intenção de se credenciar para o fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:
- 3.1.1. *Descrição detalhada do objeto contendo informações sobre a prestação do serviço.*
- 3.1.2. *Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços objetos deste edital.*
- 3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.
- 3.3. No valor da contratação estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5. **Há vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada.**

3.6. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, **o interessado apresentará também declaração que:**

3.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

3.8. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.10. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

4.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- 4.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 4.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 4.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.
- 4.6. O órgão credenciante terá o prazo de quinze dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.
- 4.7. Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.
- 4.8. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.
- 4.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, em relação aos documentos por ele abrangidos.
- 4.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 4.10. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.11. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 4.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio eletrônico (pelos seguintes e-mails: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br e mifonseca@feas.curitiba.pr.gov.br) até a conclusão da fase de habilitação.
- 4.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 4.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e
- 4.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.
- 4.12.3. A vedação à inclusão de novo documento, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou seu pedido de credenciamento, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo órgão credenciante (Acórdão 1211/2021 - Plenário TCU).



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

4.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

4.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

5. DOS RECURSOS

5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 14 do Decreto Municipal nº 701/2023.

5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em um dia útil, sob pena de preclusão;

5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (pelo seguinte e-mail: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br).

5.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://feas.curitiba.pr.gov.br/inexigibilidade.html>

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

6.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.

6.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

6.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

6.1.6. fraudar o credenciamento;

6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- 6.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 6.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 6.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 6.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- 6.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 6.2.1. advertência;
- 6.2.2. multa;
- 6.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 6.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de trinta dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.
- 6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante.

6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes e-mails*: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br e mifonseca@feas.curitiba.pr.gov.br.

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

9.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de três dias úteis.

9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

9.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

9.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de um ano.

9.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

10.1. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos critérios estabelecidos no termo de referência deste edital quanto à distribuição da demanda.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de trinta dias;

11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

11.9. Os usuários poderão denunciar irregularidades na prestação dos serviços ou no faturamento.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente edital é permanente.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://feas.curitiba.pr.gov.br/inexigibilidade.html>

13.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.5.1. ANEXO 1 - Termo de Referência

13.5.1.1. Anexo 1.1. – Estudo Técnico Preliminar

13.5.2. ANEXO 2 – Valores praticados.

13.5.3. ANEXO 3 – Minuta de Termo de Contrato

Curitiba, na data da assinatura eletrônica.

Sezifredo Paulo Alves Paz
Diretor-Geral Feas



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

ANEXO 1 - Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto

Credenciamento de empresas para Contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

2. Da justificativa

Tendo em vista que Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS é uma fundação pública de direito privado, órgão de administração indireta da prefeitura de Curitiba que executa e desenvolve ações no Sistema Único de Saúde (SUS), através de um contrato de gestão com a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, prestando serviço de atenção à saúde nas unidades: Hospital Municipal do Idoso, Centro médico comunitário bairro novo, Centro de atenção especializada, RUE (rede de urgência e emergência): Samu Móvel 7 ambulâncias suporte avançado, 2 unidades de transporte avançado para remoção entre serviços, complexo regulador de urgências e 9 Unidades de Pronto Atendimento (Upas) Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, Campo Comprido, CIC, Fazendinha, Pinheirinho, Sítio Cercado, Tatuquara, Atenção Primária à Saúde com fornecimento de médicos para completar escalas das 108 unidades municipais de saúde, Serviço de atenção domiciliar 20 equipes, 13 Centro atenção psico social (CAPS).

I. Considerando que os profissionais são contratados via Processo Seletivo Público, modalidade Celetista.

II. Considerando que há afastamentos para tratamento de saúde e licença maternidade, sendo que muitas horas de afastamento estão relacionadas às medidas sanitárias de controle epidemiológico que demandam isolamento respiratório e afastamentos legais (atestados, férias, licenças previstas na CLT).



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

III. Considerando que no banco formado através de chamamento de funcionários aprovados em PSP (processo seletivo público), não há previsão de contratação pontual e/ou esporádica, no sentido de atender à supracitada demanda (reposições por afastamentos diversos), tendo em vista o caráter contínuo da contratação, que é incompatível com trabalho temporário ou pontual.

IV. Considerando o período de sazonalidade, com aumento demanda de casos respiratórios, Dengue entre outros agravos que culminam em maior número de atendimentos nas unidades e para isso necessita número de profissional em caráter temporário.

V. Considerando portarias e legislações vigentes que determinam um quantitativo mínimo de profissionais para manter o funcionamento dos serviços de forma ininterrupta garantida a qualidade e continuidade assistencial

VI. Considerando a situação necessidade de manter escalas médicas dentro do preconizado para prestação de assistência qualificada a população.

VII. Considerando que a disponibilização de escalas de volantes não garantem o preenchimento dos postos vagos de trabalho, e, diante do aumento imprevisível e inesperado no número de afastamentos de profissionais, síndromes respiratórias e demais agravos que demanda afastamento de ambiente de trabalho com dengue, dentre outros, que impede o trabalho.

VIII. Considerando que a abertura de horas extras também não garante o preenchimento dos postos vagos de trabalho, e, diante do aumento imprevisível e inesperado no número de afastamentos de profissionais, síndromes respiratórias em geral, dengue, dentre outros, que impede o trabalho.

IX. Considerando o princípio da economicidade no serviço público, onde a hora extraordinária devem ser eventuais e esporádicos para não onerar os cofres públicos de forma irregular, e, tendo sido constatado pós análise financeira que a contratação de mão de obra através desta modalidade para reposições dos afastados temporários, colabora com redução de custos e encargos; situação que repercutirá em redução do custo final gasto pela FEAS conforme orientação do TCE/PR.

X. Considerando que a contratação nestes moldes oportuniza a integralidade e qualidade na prestação de serviço aos usuários do SUS, com eficiência sem ferir o previsto em lei.

XI. Considerando que em muitos casos de pedido de demissão o empregado não cumpre aviso prévio, repercutindo em falta imediata daquele profissional.

XII. Considerando as várias providências internas como: i) escalas com mais profissionais que o mínimo exigido; ii) transferências esporádicas e pontuais de médicos; iii) banco de sobreaviso; iv) aumento



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

temporário de carga horária; v) constantes seleções dentre os próprios empregados já contratados; e outras providências; mesmo assim, em determinados casos pontuais, não são suficientes para o fechamento da escala.

Ainda, ressalta-se que, atualmente, a Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS possui contratualizadas junto à Secretaria Municipal de Saúde, a cobertura de cerca de 128.000 (cento e vinte e oito mil) horas médicas mensais, destinadas à cobertura assistencial de todas as unidades de saúde sob sua responsabilidade, abrangendo tanto a rede de urgência e emergência quanto a atenção especializada e primária. Este quantitativo é dimensionado de modo a assegurar o funcionamento regular dos serviços e o atendimento contínuo à população, em conformidade com as normativas e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Entretanto, a experiência prática da gestão de escalas médicas demonstra que, mesmo com o planejamento rigoroso e a adoção de medidas internas como banco de sobreaviso, remanejamento pontual de profissionais, abertura de horas extras e incremento temporário de carga horária, há situações em que os postos de trabalho não conseguem ser integralmente supridos. Isso decorre, sobretudo, dos índices de absenteísmo, originados por licenças médicas, afastamentos legais previstos na CLT, licenças maternidade, férias regulamentares, intercorrências epidemiológicas (como síndromes respiratórias e arboviroses, a exemplo da dengue), além de casos de desligamentos ou exonerações sem cumprimento de aviso prévio.

Diante deste cenário, torna-se necessário instituir uma “reserva técnica” de horas médicas que permita suprir eventuais lacunas na cobertura assistencial, sem que haja prejuízo à continuidade e à integralidade da atenção prestada.

Para tanto, considera-se adequado adotar um percentual de até 15% sobre o total de horas atualmente contratualizadas junto SMS, como margem de segurança para recomposição das escalas. Tal previsão possibilita que a FEAS disponha de meios ágeis e eficazes para enfrentar oscilações na disponibilidade de profissionais, garantindo que os serviços de saúde permaneçam em funcionamento dentro dos parâmetros legais, técnicos e assistenciais exigidos.

Assim, a constituição desta reserva técnica não se apresenta como um acréscimo desproporcional ou oneroso, mas sim como uma medida de gestão responsável, orientada pelos princípios da economicidade, da continuidade do serviço público e da proteção do usuário do SUS contra eventuais situações de desassistência. Trata-se, portanto, de mecanismo indispensável para assegurar que a cobertura assistencial corresponda às demandas reais da rede, em especial em períodos de maior



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

sazonalidade e absenteísmo, reforçando o compromisso da FEAS com a qualidade e a eficiência da prestação de serviços de saúde no Município de Curitiba.

Resta peremptório, visando respeitar o número de profissionais preconizado na legislação/normativas para funcionamento de serviços de saúde, bem como garantir a prestação de serviço qualificado aos usuários do SUS de Curitiba – sem desassistência -, justificando, portanto os quantitativos apresentados para o presente processo.

3. Da descrição de um serviço como um todo

- I. O objeto desta contratação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto com o Termo de Referência;
- II. Os serviços serão realizados para atendimento de pacientes adulto e infantil, usuários do Sistema Único de Saúde nas unidades de rede de urgência emergência e Atenção Primária à Saúde em que a Feas atua na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.
- III. O quantitativo estimado está descrito na tabela abaixo:

Tabela 01. Descrição dos Serviços

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda.

Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.

Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
--	-----------------------------

IV. Os serviços deste objeto serão prestados nas dependências das unidades sob gestão da Fundação Estatal de Atenção à Saúde e SMS;

V. Os atendimentos serão exclusivos aos beneficiários do Sistema Único de Saúde do município de Curitiba;

VI. A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas e prescrição terapêutica como ato médico

VII. completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, conforme a Resolução 1.958/2010- Conselho Federal de Medicina.

VIII. A contratada prestará os serviços 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, conforme escala mensal previamente acordada entre as partes e aprovada pela contratante;

IX. A contratada deverá informar mensalmente a relação com os nomes dos

profissionais elegíveis para realizar o plantão;

X. Deverá ser informado a relação de 30 profissionais que a empresa poderá disponibilizar à Feas para prestação dos serviços;

XI. A inscrição de novos profissionais fica sujeita a retirada de outros, na mesma quantidade de novos pedidos.

XII. Novos cadastros devem ser solicitados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização do primeiro plantão do profissional;

XIII. A empresa é responsável por comunicar à Feas profissionais por ela informados para cadastro



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

que não mais prestem serviços;

XIV. A contratada deverá realizar a cobertura dos horários extraordinários originados por atestados ou faltas, originados pela ausência dos médicos contratados pela Feas, a solicitação será realizada via mensagem em aplicativo de celular pela Contratante, a contratada deverá realizar o preenchimento em em escala compartilhada, devendo a contratada providenciar a reposição em até 02 horas.

XV. Caso não haja o preenchimento na planilha, de forma correta, a Contratante poderá, solicitar a reposição pela próxima responsável.

XVI. A empresa que não atender ao preenchimento da vaga, seja ela a responsável inicial, ou a chamada após a não cobertura das demais, será notificada e poderá ser penalizada pelo descumprimento contratual.

XVII. O pagamento será realizado e descontado com base no valor das horas previstas na tabela do item I.

XVIII. Caso o profissional escalado pela empresa não cumpra, na média final dos atendimentos do plantão, o mínimo de 4 pacientes por hora, será solicitada justificativa a contratante.

XIX. A análise será feita por empregado designado pela gestão do contratos da Feas e levará em consideração as circunstâncias do atendimento (perfil de atendimento, atendimentos na unidade, dentre outros)

XX. Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão, obrigatoriamente, possuir diploma de medicina, pelo menos 6 meses de inscrição de registro no Conselho de Classe e inscrição ativa CRM/PR. Cursos na área de atuação e experiência comprovada, bem com estar em dia com todas as demais exigências conforme estabelecem os Conselhos Regionais e Federal de Medicina;

XXI. As vagas solicitadas poderão ser canceladas pelo solicitante com 02 horas de antecedência sem causar ônus a contratada;

XXII. XI. A Feas reserva o direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

4. Da Classificação e rodízio para Distribuição da Demanda

I. A distribuição das demandas fica vinculada ao quantitativo solicitados pela gestão deste contrato e demais responsáveis designados pela Feas e será feita através de sorteio realizado, seguindo padrões estritamente pessoais e aleatórios, observado as condições técnicas dos credenciados e do serviço.

II. O sorteio para alocação das demandas será realizado preferencialmente em reunião de comparecimento obrigatório, após a assinatura do (s) contratos (s).

III. Em caso de impossibilidade de assim proceder, será designada uma nova data para a sua realização, cuja data será divulgada por meios eletrônicos.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

IV. Os credenciados que se declararem impedidos de atender às demandas deverão apresentar documentação que justifique seu impedimento, em até 01 (um) dia útil antes do sorteio. Devendo endereçá-la ao setor de Contratos que avaliará, junto aos gestores, os motivos e suas implicações e decidirá pela aceitação ou não da justificativa apresentada.

V. Em não sendo aceita a justificativa, os credenciados estarão sujeitos as sanções previstas na Lei 14.133/2021, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

VI. Quando houver mais de um credenciado os responsáveis designados pela Feas realizarão sorteio entre eles, a fim de estabelecer a ordem classificatória das empresas para prestação dos serviços.

VII. A ausência de manifestação do interessado/candidato não o exclui do sorteio para alocação das demandas, mas implica na aceitação do resultado. Após a realização do sorteio serão elaboradas as listas classificatórias, seguindo numeração sequencial iniciada no primeiro sorteio realizado, sendo que o conjunto destes alimentará um quadro de sorteios.

VIII. Na distribuição de demandas definidas pela gestão do contrato e direção da Feas, os ganhadores iniciais, após receberem demandas aguardarão novamente sua vez de serem chamados até que todos os outros credenciados, nas mesmas condições, tenham recebido demanda, sendo que poderão ser chamadas quantas empresas forem necessárias ao preenchimento do solicitado.

IX. Os novos credenciados que ingressarem em chamamentos posteriores a este serão posicionados no quadro de sorteios logo após o último credenciado que integrar a lista de espera. Em não havendo, após o último ao qual se alocou demanda, situação que será repetida quando for realizada uma convocação geral de todos os credenciados.

X. Caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a realização do serviço, se realizará uma convocação geral dos credenciados e será realizado sorteio para se alocar cada demanda, nos termos já expostos.

XI. Após a realização do sorteio, todos os presentes assinarão a ata.

XII. Caso a empresa, a qualquer tempo da prestação, queira o descredenciamento, este deverá ser encaminhado ao setor de contratos, sendo devidamente justificado.

XIII. Os gestores analisarão as razões e, em sendo aceito o descredenciamento, a empresa ainda se obriga a continuar prestando os serviços pelo prazo mínimo de 30 dias.

5. Das obrigações da contratada

I. Escalar para os serviços contratados pela Feas exclusivamente médicos inscritos no CRM/PR;

II. Quando solicitado profissionais médicos para atuar nas unidades da rede de urgência e emergência a empresa só poderá encaminhar profissionais médicos habilitados a prestar serviços em todos os setores da unidade, estando esses capacitados para assumir sala de Emergência, setores adultos e pediátricos, se necessário, durante sua prestação do serviço;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- III.** Quando solicitado médico para atendimentos ambulatoriais nas UPAS os profissionais devem cumprir com meta institucional de no mínimo 4 atendimentos por hora;
- IV.** A empresa deverá encaminhar profissionais com experiência comprovada de no mínimo seis meses de atuação como generalista;
- V.** Garantir o compromisso dos médicos escalados quanto à obediência aos protocolos assistenciais e rotinas definidas pelos serviços e aprovados pela Direção das unidades sob gestão da Feas, bem como as normas do Regimento Interno do Corpo Médico; Os profissionais deverão ter performance mínima em conformidade com o preconizado pela Contratante.
- VI.** Providenciar em até 2 (duas) horas, sem quaisquer ônus para a Feas, a substituição do profissional que faltar ao serviço, por qualquer motivo, por outro profissional da CONTRATADA, da mesma especialidade, com a mesma qualificação e regulamentação exigidas;
- VII.** Encaminhar planilha atualizada com até 30 profissionais que estarão aptos à prestação dos serviços, devendo manter tal planilha atualizada;
- VIII.** Solicitar o cadastro de novos profissionais com antecedência mínima de 15 dias antes da realização do primeiro plantão.
- IX.** Designar médicos, quando solicitado pela Feas, para integrar comissões técnicas científicas e éticas da Feas;
- X.** Substituir qualquer médico cuja presença seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e qualidade dos serviços das unidades da Feas;
- XI.** Responsabilizar-se por todas as normas e procedimentos de segurança, inclusive a obrigatoriedade no uso de equipamentos de proteção individual, relacionados às atividades realizadas pelos profissionais vinculados à CONTRATADA, que resultem ou venham a resultar da execução do presente Instrumento de Contrato.
- XII.** Fornecer à Feas as escalas mensais de todos os plantonistas, com 30 (trinta) dias de antecedência, com possibilidade de alteração, de conformidade com as necessidades, porém mediante comunicação formal ao gestor do contrato;
- XIII.** Comunicar por escrito ao gestor do contrato, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com a execução dos serviços, para as providências necessárias;
- XIV.** Controlar o material utilizado, zelando pelo uso racional, prestando contas do seu uso quando solicitado pela Feas;
- XV.** Todos os bloqueios de agenda deverão seguir o procedimento padrão, conforme normas estabelecidas por cada uma das unidades da Feas;
- XVI.** O pedido de cancelamento de agenda solicitado pelo médico, mesmo que justificado, implicará em desconto, caso não seja repostado e dependerá de autorização expressa do gestor de cada unidade;
- XVII.** Assumir responsabilidade em relação a todos os ônus fiscais legalmente previstos como



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

sendo de sua responsabilidade, advindos de valores pagos em razão deste Contrato;

XXVIII. Apresentar à CONTRATANTE nota fiscal até o 5º (quinto) dia útil após a realização dos serviços do mês imediatamente anterior, para que seja efetuado o pagamento correspondente;

XIX. Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE;

XX. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária que resultem da execução do contrato;

XXI. Responsabilizar-se por qualquer acidente a que tenha dado causa, de que possam ser vítimas seus profissionais no desempenho dos serviços do objeto deste contrato, na área infelizmente, bem como por suas consequências, além de fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI's – recomendados pelos setores competentes da Feas, os quais serão oferecidos pela CONTRATANTE;

XXII. É obrigatório o uso de crachás pelos profissionais em atividades em qualquer das unidades da Feas, os quais serão fornecidos pela CONTRATADA;

XXIII. Eventuais substituições dos profissionais que se ausentarem de suas atividades para eventos científicos (congressos, jornadas, etc.) deverão ser providenciadas pela CONTRATADA, que informará a CONTRATANTE e ao gestor do contrato deste fato com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

XXIV. Fica expressamente proibido os profissionais médicos prestadores de serviços, quando escalados, ausentarem-se das unidades da Feas, excetuando-se necessidade imperiosa devidamente justificada por escrito que será dirigida ao gestor do contrato e à CONTRATANTE;

XXV. Fica expressamente proibido a contratação de médicos que façam parte do quadro de contratados da Feas;

XXVI. Fica expressamente proibido divisão de horário para descanso noturno;

XXVII. Fica expressamente proibido ausentar-se da unidade ou afastar-se de seu posto de trabalho sem prover um substituto e comunicar o gestor local;

XXVIII. Fica expressamente proibida a veiculação de qualquer tipo de propaganda ou material com o nome da contratante;

XXIX. Os profissionais deverão observar estritamente os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas adotados nas normas vigentes do Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de saúde e das Unidades da Feas;

XXX. Registrar a frequência dos profissionais, cuja disponibilização é de sua responsabilidade, possibilitando ao gestor do contrato o acesso às informações de ponto e frequência;

XXXI. Registrar os atendimentos no prontuário dos pacientes, e no sistema disponibilizado pela Feas;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- XXXII.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data de prestação dos serviços, motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos, com a devida comprovação;
- XXXIII.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, sempre que houver alteração no quadro profissional do preposto, a contratada deverá atualizar a contratante em até 24h da alteração;
- XXXIV.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, em especial no que se refere à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização;
- XXXV.** Responsabilizar-se pelo fornecimento de crachás e jalecos;
- XXXVI.** Distribuir os profissionais conforme as necessidades e por determinação da equipe técnica da contratante;
- XXXVII.** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial de cada Unidade da Feas;
- XXXVIII.** Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- XXXIX.** Manter a prestação dos serviços, de forma ininterrupta, não permitindo qualquer tipo de paralisação.;
- XL.** Realizar visita do responsável pelo contrato na CONTRATANTE para reunião de rotina sobre andamento dos trabalhos sempre que for convocado para reunião na unidade/Feas;
- XLI.** Manter a CONTRATANTE informada, caso ocorra, do desligamento de funcionário ou mudanças que causem qualquer impacto na rotina do serviço;
- XLII.** Responsabilizar-se por danos de qualquer natureza causados à CONTRATANTE e a terceiros, na execução dos serviços, decorrentes de culpa e/ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- XLIII.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste contrato;
- XLIV.** Apresentar escala de trabalho nos padrões da Feas;
- XLV.** Participar obrigatoriamente dos treinamentos oferecidos pela instituição e assim como participar regularmente das reuniões da SCIH, quando convocado;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

XLVI. A contratada deverá encaminhar o comprovante de participação dos cursos obrigatórios dos profissionais juntamente com a relação mensal dos profissionais; **XLVII.** Cumprir o código de Ética Médica;

XLVIII. O prestador contratado deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência deste Edital;

XLIX. O prestador contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização da Feas ou comissão designada para tal ato;

L. O prestador contratado deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos pacientes com relação aos atendimentos realizados;

LI. As despesas decorrentes do contrato dos profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta do prestador credenciado.

LII. Utilizar empregados habilitados com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

LIII. Apresentar Cópia Licença Sanitária da licitante (dentro de seu prazo de validade), vinculada ao ramo de atividade. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar o protocolo de solicitação de renovação ou cópia (autenticada) do deferimento publicado em Diário Oficial;

LIV. Disponibilizar sempre que solicitado relatórios que viabilizem a auditoria dos serviços prestados pela Contratada;

LV. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, respeitando as condições ou exigências contidas neste termo, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE (Feas) e as normas técnicas e legais vigentes;

LVI. Cumprir rigorosamente o prazo de execução dos serviços;

LVII. Responsabilizar-se em executar os serviços, objeto do presente, através de pessoas idôneas e especializadas, assumindo qualquer responsabilidade por danos ou falhas que as mesmas vierem a cometer no desempenho de suas funções, obrigando-se ainda a indenizar a CONTRATANTE (Feas) por todos os prejuízos que eventualmente ocasionarem;

LVIII. Manter contatos com a CONTRATANTE (Feas), sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da execução dos serviços, prestando todo e qualquer esclarecimento solicitado, e obrigando-se a atender prontamente as reclamações que porventura ocorrerem;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

LIX. Manter o quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE (Feas), sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

LX. Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços prestados;

LXI. Comunicar à CONTRATANTE (Feas), por escrito, quaisquer anormalidades de caráter urgente, condições inadequadas para a execução dos serviços e a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do CONTRATO, comprometendo-se a prestar todos os esclarecimentos julgados necessários;

LXII. Manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Termo;

LXIII. Responsabilizar-se pela omissão de valor ou volume de qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução do objeto ora contratado;

LXIV. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional a CONTRATANTE (FEAS);

LXV. Iniciar a prestação dos serviços dentro dos prazos definidos no CONTRATO, quando deverá ser dado início à prestação do serviço, computando o prazo para pagamento das atividades;

LXVI. Não veicular publicidade acerca da contratação sem expressa e prévia autorização da CONTRATANTE (Feas).

6. Das obrigações da contratante

I. Inserir os empregados da contratada nas políticas e rotinas de qualidades adotadas na instituição e prover as capacitações necessárias a estes, quando da necessidade;

II. Definir o Gestor e o Suplente do contrato e suas responsabilidades na supervisão do contrato que devem acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos procedimentos de fornecimento do objeto contratado. Dentre as atribuições do servidor designado para exercer a fiscalização do contrato estão:

III. Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- IV. Anotar em documento próprio as ocorrências;
- V. Determinar a correção de faltas ou defeitos na execução do contrato;
- VI. Cientificar à autoridade superior sobre eventual inexecução do contrato para a adoção das medidas cabíveis.
- VII. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste TERMO e seus anexos;
- VIII. Solicitar, em função de qualidade ou eficiência, a repetição dos laudos, sempre que constatar irregularidades;
- IX. Comunicar de imediato a CONTRATADAS quaisquer anormalidades de execução do serviço;
- X. Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, do presente ajuste;
- XI. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato a ser assinado;
- XII. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- XIII. Notificar por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- XIV. Notificar por escrito a CONTRATADA se verificado qualquer problema nos serviços prestados. Poderá ser ordenada a suspensão dos serviços e, respectivos pagamentos, se dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita;
- XV. Obedecer às especificações fornecidas pela CONTRATADA quanto à utilização dos equipamentos, divulgando as orientações recebidas e fiscalizando os procedimentos adotados pelos usuários.

7. Do pagamento

I A empresa deverá entregar na Unidade até o 5º dia do mês subsequente ao plantão, antes da emissão da Nota Fiscal, relatório dos plantões realizados no mês contendo nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço, carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues pela empresa e seu representante.

II Após a conferência, será autorizada a emissão da nota fiscal.

III O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

correspondente ao mês de referência, sem emendas ou rasuras, sendo necessariamente a via original.

IV Quando da apresentação da Nota Fiscal deverá apresentar: a. Nota Fiscal de prestação de serviço com descritivo do serviço prestado relacionando a quantidade dos plantões/ horas cobrados, valor unitário e valor total; b. relatório dos plantões realizados de acordo com a escala (atualizado caso haja glosa de plantões), c. escala de plantão da especialidade; d. certidões negativas ou positivas com efeitos negativos de débitos (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS), e e. a partir da emissão da segunda Nota fiscal poderá ser exigida a apresentação de documentação comprobatória da quitação dos encargos trabalhistas e tributos relativos aos empregados, referente ao mês anterior à cobrança (se for o caso).

V Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar os seus débitos.

VI Para efeito de faturamento mensal só poderão ser cobrados as solicitações executadas conforme conferência realizada após entrega da relação dos profissionais, liberados mediante apresentação da documentação prevista.

7.1. Do Pagamento por Performance

I. A empresa deverá encaminhar ao Setor de Contratos da Feas até o 5º dia do mês subsequente ao plantão, antes da emissão da Nota Fiscal, os relatórios dos plantões realizados no mês, contendo unidade em que foi realizado o plantão, data, horário, nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço, carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues pela empresa e seu representante.

II. O pagamento da hora normal será realizado conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, observado o cumprimento da meta mínima de atendimento de 04 (quatro) pacientes/hora.

III. Os profissionais médicos que superarem a média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora farão jus a um adicional de performance, calculado progressivamente, conforme segue:

a. Para cada paciente acima da média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora, será acrescido 5% (cinco por cento) sobre o valor da hora contratada.

b. O adicional de performance fica limitado ao máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora contratada, ainda que o número de atendimentos/hora seja superior a 08 (oito).

c. O cálculo será efetuado individualmente por profissional, com base no número médio de atendimentos/hora apurado ao final do plantão, a partir dos registros oficiais em prontuário e nos sistemas disponibilizados pela FEAS.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

d. Propomos um sistema de avaliação contínua, cujos critérios, metas e processos de aferição serão integralmente refletidos no edital de licitação e no subsequente contrato de serviços

(Eliminatório)	Desempenho Mínimo	Consistência produtividade	Exclusão do profissional da escala após 3 plantões com média < 4 pacientes/hora (salvo baixa demanda comprovada).
Qualidade e Segurança	Qualidade Percebida	Apuração de Ouvidoria	Exclusão imediata do profissional após uma ocorrência moderada/grave, devidamente apurada e qualificada.
(Eliminatório)	Registro Clínico	Conformidade em auditoria	Mínimo de 95% de adequação em auditorias semanais (amostragem de 10% dos prontuários).
Disponibilidade	Engajamento Profissional	Verificação de Atividade no Sistema	Ação contratual se houver ausência prolongada e injustificada de atividade no prontuário eletrônico.
Eficiência	Racionalidade de Recursos	% de solicitações de exames e medicações parenterais (pacientes de baixo risco)	Metas de <5% e <15% respectivamente, servindo como gatilho para auditoria qualitativa dos casos.
Administrativo	Assiduidade e Pontualidade	% de acionamentos atendidos no prazo	Meta de cumprimento ≥98%.

IV. Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos Gestores das unidades que solicitaram e/ou receberam os profissionais médicos para realização do plantão.

V. Consolidação Mensal: Os dados serão compilados em um **Boletim de Desempenho** mensal. Este documento servirá como base para a conferência da fatura da empresa contratada, detalhando a composição da remuneração variável e justificando eventuais sanções.

VI. Não será devido o pagamento do adicional quando houver inconsistências no registro dos atendimentos, falha na alimentação do sistema ou descumprimento dos protocolos institucionais.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

VII. A FEAS poderá revisar, a cada 06 (seis) meses, os critérios de cálculo e os percentuais aplicados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os resultados alcançados.

VIII. O adicional por performance tem caráter variável, não incorporável à remuneração contratual e condicionado exclusivamente ao desempenho aferido.

IX. A previsão desse pagamento visa estimular a eficiência, a qualidade assistencial e a redução de riscos de desassistência, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão adotadas em contratações públicas e privadas de serviços médicos.

8. Das Penalidades

Na hipótese de a contratada deixar de executar os serviços por qualquer motivo, ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas e ainda, em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, estará sujeita às seguintes penalidades, independente de outras previstas em lei:

I. Advertência.

II. No caso de atraso injustificado na prestação de serviços, ou ainda na execução do contrato, multa de mora de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da parcela ou etapa inadimplida, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo de que trata este item, o pagamento poderá ser cancelado ou o contrato ser considerado rescindido, a critério da Feas;

III. No caso de inexecução parcial ou total do contrato, multa punitiva de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente da contratação;

IV. Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Feas, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, penalidade essa a ser aplicada pela autoridade competente, segundo a natureza da falta e o prejuízo causado à Administração Pública, de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 700/2023;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Feas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior, de acordo com a Lei Federal nº 8.14.133/2021;

VI. Decisão Cautelar de Suspensão, para situações pendentes de julgamento que possam, pela quantidade ou gravidade delas, implicar em potencial prejuízo à administração pública ou à saúde da população, poderá a autoridade competente considerar cautelar e provisoriamente impedido o



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

fornecedor de participar de novos certames licitatórios junto à Feas, até decisão administrativa definitiva;

VII. A multa moratória (item II) e a multa compensatória (item III) poderão ser cumuladas;

VIII. Quaisquer das penalidades aplicadas serão transcritas na ficha cadastral da Contratada na Feas;

IX. Não serão aceitos para prestação de serviços profissionais que não estiverem sido informados na lista mensal;

X. O médico escalado deverá fazer o plantão do início ao fim, caso não atinja o mínimo de 04 pacientes/hora será realizado uma média do número de atendimentos realizados e não será realizado o pagamento. Entre 03 a 04 pacientes atendidos será realizada a análise individual da produtividade e o pagamento será proporcional.

XI. *A fim de que se assegure a melhor compensação desses horários será feita a análise de todos os pacientes atendidos pelo médico.

XII. Serão notificadas as empresas que não atenderem entre 50% a 70% das solicitações. Nos casos em que não houver atendimento de pelo menos 50% das solicitações as contratadas serão descredenciadas.

9. Das Hipóteses de Rescisão Contratual

I. A inexecução total ou parcial deste contrato pela CONTRATADA ensejará a sua denúncia pela CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo do disposto na cláusula anterior.

II. Na hipótese de denúncia, a CONTRATANTE poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que advierem do rompimento.

III. Constituem motivo para a denúncia deste contrato:

- a. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c. a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- d. o atraso injustificado no início da prestação do serviço;
- e. a paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- f. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo se autorizadas previamente pela CONTRATANTE;
- g. o desatendimento das determinações regulares do preposto designado para acompanhar



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

e fiscalizar a sua execução;

h. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

i. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

k. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela CONTRATANTE;

l. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

IV. A CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, procedendo à notificação prévia à CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, que será executada após análise e aceite do gestor do contrato.

10. Da fiscalização

I. A empresa contratada será a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, todavia a contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, designando, para tanto, um servidor para acompanhamento, que poderá entre outros:

- Notificar a empresa contratada, por escrito, pela ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- Solicitar à empresa contratada, a substituição de qualquer produto fornecido que esteja em desacordo ou insatisfatório;
- Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução dos serviços.

11. Normas e critérios de seleção do fornecedor

I. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Credenciamento, sob a forma ELETRÔNICA.

II. Exigências de habilitação: para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

a. Habilitação jurídica

1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
8. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
9. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (art. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação econômico-financeira

1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

I - Liquidez Geral (LG) =

(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)=

(Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) =

(Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo positivo.

4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

6. Os interessados que se enquadrarem como Microempreendedor Individual - MEI estão dispensados da apresentação de Balanço Patrimonial, nos termos da legislação vigente.

7. Tal qualificação se faz necessária uma vez que visa alijar de futuros fornecedores da administração, empresas "aventureiras" ou não possuam saúde financeira para o fornecimento de tais bens, em especial dada a vigência contratual se prolongar por período considerável, visando assim garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

d. Qualificação técnica

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026
e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação,

ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
4. Tal qualificação técnica se faz necessária uma vez que visa alijar de futuros fornecedores da administração, empresas “aventureiras” ou que não possuem nenhuma experiência pretérita no fornecimento de tais bens, visando assim garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.
5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
 - a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos art. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
 - b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
 - e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 - g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

pelo órgão fiscalizador.

d.1. Dos documentos exigidos para classificação da proposta

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

1.1 Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido em nome da Proponente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, do ramo de atividade serviços médicos, comprovando a prestação de serviços pertinente e compatível com o objeto desta licitação. O documento deverá atestar a prestação do serviço onde tenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) da demanda total dos serviços objeto desta licitação. A referida comprovação poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante, desde que coincidentes em, pelo menos, seis meses;

1.2 Os atestados deverão ter a comprovação de serviços prestados a, pelo menos dois anos pela empresa. Ou seja, o atestado tem que ter sido emitido, antes de 2023. A exigência é necessária para garantir que a empresa.

1.2.1 Considerando a natureza do objeto da contratação – **credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de profissionais médicos para atuação em unidades de saúde** – impõe-se a necessidade de garantir que as empresas credenciadas possuam não apenas qualificação formal, mas também **experiência consolidada na execução de serviços da mesma natureza**.

1.2.2 Nesse sentido, a exigência de **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, visa a **comprovação de desempenho anterior satisfatório**, sendo instrumento essencial para atestar que a empresa:

1.2.2.1 Possui estrutura organizacional, administrativa e operacional compatível com as exigências do contrato;

1.2.2.2 Detém expertise no recrutamento, gestão e disponibilização de profissionais médicos em quantitativos e perfis compatíveis com o que se pretende contratar;

1.2.2.3 Está apta a cumprir prazos, obrigações legais e regulatórias vinculadas à atividade, inclusive aquelas relativas à responsabilidade técnica e às normas dos conselhos profissionais.

1.2.3 A exigência de que o atestado tenha sido emitido **há pelo menos dois anos** encontra



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

amparo na **necessidade de verificar o tempo de operação e consolidação da empresa no mercado**, o que contribui para a mitigação de riscos à administração pública, como a interrupção de serviços essenciais, ausência de cobertura em escalas ou descontinuidade no fornecimento de mão de obra qualificada.

Tal requisito se justifica, ainda, pelo interesse público na **continuidade e eficiência do atendimento médico prestado à população**, sendo a **capacidade de manter equipes médicas estáveis e com cobertura contínua** um critério relevante para a aferição da aptidão da empresa.

A exigência está em consonância com o **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe sobre a necessidade de comprovação da aptidão das contratadas por meio de atestados de capacidade técnica, bem como com os princípios da **eficiência, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa** (arts. 5º e 11 da mesma lei). Trata-se, portanto, de uma exigência **razoável, proporcional e diretamente relacionada à adequada execução do objeto**.

1.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

1.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

1.5 Tal qualificação técnica se faz necessária uma vez que visa alijar de futuros fornecedores da administração, empresas “aventureiras” ou que não possuem nenhuma experiência pretérita no fornecimento de tais bens, visando assim garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

2. Alvará de Funcionamento da licitante, dentro do seu prazo de validade, expedido pela Prefeitura do Município sede da empresa proponente, com ramo de atividade compatível ao objeto desta Licitação;

3. Licença Sanitária da licitante (dentro de seu prazo de validade), vinculada ao ramo de atividade. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar o protocolo de solicitação de renovação ou cópia do deferimento publicado em Diário Oficial;

4. Registro do estabelecimento no Conselho Regional de Medicina, com inscrição mínima de dois anos;

5. Certidão de Regularidade Técnica do Responsável Técnico junto ao respectivo Órgão de Classe.

6. Certidão negativa da empresa junto ao CRM, atestando que esta não foi penalizada em nenhum processo disciplinar no órgão;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

7. Certidão negativa do Responsável Técnico junto ao CRM, atestando que este não foi penalizado em nenhum processo disciplinar no órgão;
8. Os documentos de todas as categorias de habilitação apresentados deverão estar vinculados ao mesmo CNPJ (matriz ou filial) da empresa proponente;

12. Da estimativa do valor da contratação

- I. O valor corresponde ao preço da prestação dos serviços deverá considerar todos os componentes necessários à prestação dos serviços, que compõe o custo, expressados em parcela mensal e valor global anual, aferidos a partir do preço unitário.

II. Estão previstos os seguintes quantitativos totais ao ano

Até 96.960 horas/ano a serem divididas para todas as empresas.

13. Do Credenciamento

- I. O período inicial de recebimento de documentos será de 30 (trinta) dias, destinado à organização e análise prioritária das solicitações de credenciamento. Após esse período, o sistema de credenciamento permanecerá aberto para cadastramento permanente de interessados. No entanto, a inclusão formal de contratados será processada em ciclos administrativos anuais, quando ocorrerá a redistribuição de vagas e convocações, sem prejuízo do direito do credenciado de ser convocado em caráter emergencial conforme necessidade. A adoção de um período inicial de recebimento de documentos de 30 (trinta) dias, destinado à organização e à análise prioritária das propostas, seguida da manutenção do sistema de credenciamento aberto de forma permanente, com processamento formal das inclusões para contratações em ciclos administrativos anuais, encontra respaldo na necessidade de conciliar o princípio do cadastramento contínuo com as limitações operacionais e de gestão da Fundação. Essa solução preserva o direito de qualquer interessado de se credenciar a qualquer tempo, ao mesmo tempo em que permite à Administração consolidar um universo de credenciados para fins de planejamento orçamentário e operacional, reduzindo a volatilidade que decorre de um “entra e sai” constante de empresas. Do ponto de vista da previsibilidade de demanda, os ciclos anuais possibilitam



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

estimativas mais acuradas de volumes de serviços, insumos e recursos humanos, o que é essencial para a alocação eficiente de verbas e para a programação do serviço. No que tange à gestão de escalas e à continuidade assistencial, a rotatividade permanente de credenciados compromete a formação de equipes estáveis, a integração e o treinamento de profissionais, aumentando o risco de falhas no atendimento; a adoção de ciclos permite organizar escalas, capacitações e substituições de forma ordenada, preservando a qualidade do serviço. Ademais, a capacidade operacional da equipe responsável pelo credenciamento e pela gestão contratual é reduzida; o processamento contínuo e imediato de novos credenciados exigiria análises, diligências e homologações permanentes, sobrecarregando servidores, elevando o risco de erro e gerando retrabalho. No plano financeiro, a entrada e saída constantes de credenciados implicariam emissão e conferência frequente de notas fiscais, ordens de serviço e liquidações, aumentando a complexidade administrativa e o risco de atrasos ou inconsistências nos pagamentos; a concentração das inclusões em ciclos anuais permite programar rotinas de faturamento de forma mais eficiente e segura. Importante ressaltar que a proposta não impede convocações em caráter emergencial: mantém-se a possibilidade de contratação imediata quando houver necessidade comprovada, assegurando a proteção do interesse público.

A limitação de pessoal da equipe responsável pelo credenciamento e pela gestão contratual não é um detalhe administrativo: é um fator determinante para a qualidade, a segurança jurídica e a eficiência do serviço público. Quando a administração enfrenta um fluxo contínuo e imprevisível de entrada e saída de empresas credenciadas, a demanda por tarefas administrativas cresce de forma exponencial e fragmentada — protocolos de recebimento, conferência documental, diligências, análises técnicas, comunicações formais, homologações, atualizações de sistemas, emissão de ordens de serviço e processamento de notas fiscais passam a ocorrer de maneira desordenada e permanente. Para uma equipe reduzida, esse padrão operacional gera três efeitos negativos concretos e interrelacionados que prejudicam o interesse público.

Primeiro, há perda de qualidade técnica e aumento do risco de erro. A análise documental e a verificação de conformidade exigem tempo, atenção e, muitas vezes, diligências complementares. Processos fragmentados e repetitivos elevam a probabilidade de falhas — documentos não conferidos, prazos perdidos, exigências mal formuladas — que podem resultar em inabilitações indevidas, pagamentos incorretos ou necessidade de retrabalho. Esses erros são mais que meramente formais: impactam a continuidade do atendimento, a segurança dos pacientes e a credibilidade da Fundação. Segundo, a sobrecarga operacional compromete a capacidade de gestão financeira. Cada novo credenciado implica potencial movimentação de ordens de serviço, notas fiscais e liquidações. Um “entra e sai” constante exige conferências fiscais e contábeis contínuas,



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

multiplicando lançamentos e aumentando o risco de inconsistências, atrasos de pagamento e passivos financeiros. Para uma equipe enxuta, isso significa maior probabilidade de atrasos a fornecedores, necessidade de correções manuais e maior exposição a questionamentos. Terceiro, há impacto direto na gestão assistencial e na organização das escalas. A rotatividade de prestadores dificulta a formação de equipes estáveis, a padronização de procedimentos e a realização de treinamentos e integrações necessários para manter a qualidade do atendimento. A alternância frequente de empresas e profissionais aumenta a complexidade de coordenação das escalas, eleva o risco de lacunas de cobertura e reduz a previsibilidade operacional das unidades de negócio — justamente o oposto do que se busca em serviços que exigem continuidade e segurança clínica. Em suma, o custo administrativo e o risco operacional associados a um credenciamento tratado como fluxo ininterrupto superam os benefícios práticos de aceitar e processar imediatamente cada novo pedido, especialmente quando a Fundação dispõe de recursos humanos limitados. Por isso, a adoção de ciclos administrativos para a formalização das inclusões — mantendo, contudo, o cadastramento permanente e a possibilidade de convocações emergenciais — representa uma solução equilibrada. Ao concentrar a análise e a inclusão em janelas programadas, a Fundação preserva o direito de qualquer interessado de se credenciar, mas organiza o trabalho de forma a garantir análises mais completas, controles financeiros mais robustos, escalas assistenciais mais estáveis e menor exposição a falhas administrativas. Essa organização também facilita a transparência: permite publicar cronogramas, demonstrar critérios objetivos de inclusão e justificar tecnicamente as decisões. Em termos práticos, tal medida não busca restringir o acesso, mas otimizar a gestão pública diante de limitações reais de capacidade operacional, protegendo o interesse público ao assegurar qualidade, previsibilidade orçamentária e continuidade do atendimento. Demonstra-se, assim, que a opção por ciclos é técnica, proporcional e orientada à eficiência do serviço público.

- II. As empresas serão chamadas para prestar os serviços de forma intercaladas.
- III. Caso a empresa que possua preferência para prestar o serviço não o faça, a segunda empresa será convocada para fazê-lo, sendo a primeira penalizada por descumprimento contratual;

Rosane Kraus
Gerente Administrativa NUE



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Anexo 1.1 – Estudo Técnico Preliminar

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1-ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**1. Descrição da necessidade**

Credenciamento de empresas para Contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

2. Área Requisitante

As necessidades são apresentadas pela Gerente Administrativa do Núcleo de Urgência e Emergência da Feas.

3. Levantamento de mercado

Foi realizado um levantamento detalhado do mercado de médicos generalistas na região de atuação da instituição contratante, visando identificar a disponibilidade, qualificação e condições de oferta desses profissionais.

Metodologia**I. Análise da Demanda:**

- Levantamento das necessidades atuais de médicos generalistas na rede de saúde pública.

II. Perfil do Mercado:

- Investigação sobre o número total de médicos generalistas registrados nos conselhos regionais de medicina.
- Avaliação da distribuição demográfica e faixa etária dos médicos na região de interesse.

III. Capacidade de Atendimento:

- Avaliação da capacidade dos médicos generalistas existentes para atender à demanda atual e projetada.
- Análise da disponibilidade de consultórios, clínicas e hospitais para credenciamento.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1-ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

IV. Condições Contratuais e Remuneração:

- Pesquisa sobre os modelos contratuais preferenciais pelos médicos generalistas.
- Levantamento das expectativas de remuneração e benefícios associados à prestação de serviços.

V. Benchmarking de Práticas:

- Comparação com práticas de credenciamento e contratação de médicos em outras instituições similares.
- Identificação de melhores práticas e lições aprendidas para otimização do processo.

VI. Resultados Esperados

- Relatório detalhado com análise quantitativa e qualitativa do mercado de médicos generalistas.
- Recomendações para estratégias de credenciamento que maximizem a cobertura e a qualidade dos serviços médicos.

VII. Referências

- Dados estatísticos dos conselhos regionais de medicina.
- Estudos de mercado e relatórios de instituições de saúde similares.

4. Da descrição do serviço como um todo

- O objeto desta contratação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto com o Termo de Referência;
- Os serviços serão realizados para atendimento de pacientes adulto e infantil, usuários do Sistema Único de Saúde nas unidades de rede de urgência emergência e Atenção Primária à Saúde em que a Feas atua na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.
- O quantitativo estimado está descrito na tabela abaixo:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- ESTUDO TECNICO PRELIMINAR CRED. GENERALISTA %2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

Tabela 01. Descrição dos Serviços

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandadas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

IV. Os serviços deste objeto serão prestados nas dependências das unidades sob gestão da Fundação Estadual de Atenção à Saúde e SMS;

V. Os atendimentos serão exclusivos aos beneficiários do Sistema Único de Saúde do município de Curitiba;

VI. A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas e prescrição terapêutica como ato médico completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, conforme a Resolução 1.958/2010- Conselho Federal de Medicina.

VII. A contratada prestará os serviços 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, conforme escala mensal previamente acordada entre as partes e aprovada pela contratante;

VIII. A contratada deverá informar mensalmente a relação com os nomes dos profissionais elegíveis para realizar o plantão;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- ESTUDO TECNICO PRELIMINAR CRED. GENERALISTA %2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

IX. Deverá ser informado a relação de 30 profissionais que a empresa poderá disponibilizar à Feas para prestação dos serviços;

X. A inscrição de novos profissionais fica sujeita a retirada de outros, na mesma quantidade de novos pedidos.

XI. Novos cadastros devem ser solicitados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização do primeiro plantão do profissional;

XII. A empresa é responsável por comunicar à Feas profissionais por ela informados para cadastro que não mais prestem serviços;

XIII. A contratada deverá realizar a cobertura dos horários extraordinários originados por atestados ou faltas, originados pela ausência dos médicos contratados pela Feas, a solicitação será realizada via mensagem em aplicativo de celular pela Contratante, a contratada deverá realizar o preenchimento em escala compartilhada, devendo a contratada providenciar a reposição em até 02 horas.

a. Caso não haja o preenchimento na planilha, de forma correta, a Contratante poderá, solicitar a reposição pela próxima responsável.

b. A empresa que não atender ao preenchimento da vaga, seja ela a responsável inicial, ou a chamada após a não cobertura das demais, será notificada e poderá ser penalizada pelo descumprimento contratual.

XIV. O pagamento será realizado e descontado com base no valor das horas previstas na tabela do item I.

a. Caso o profissional escalado pela empresa não cumpra, na média final dos atendimentos do plantão, o mínimo de 4 pacientes por hora, a quantidade de horas que forem levantadas sem os atendimentos mínimos não serão pagas;

b. A análise será feita por empregado designado pela gestão dos contratos da Feas e levará em consideração as circunstâncias do atendimento (perfil de atendimento, atendimentos na unidade, dentre outros)

XV. Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão, obrigatoriamente, possuir diploma de medicina, pelo menos 6 meses de inscrição de registro no Conselho de Classe e inscrição ativa CRM/PR. Cursos na área de atuação e experiência comprovada, bem com estar em dia com todas as demais exigências conforme estabelecem os Conselhos Regionais e Federal de Medicina;

XI. A Feas reserva- o direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

5. Da estimativa da demanda



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1-ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

Total de horas: 96.960

6. Do Pagamento por Performance

- I. O pagamento da hora normal será realizado conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, observado o cumprimento da meta mínima de atendimento de 04 (quatro) pacientes/hora.
- II. Os profissionais médicos que superarem a média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora farão jus a um adicional de performance, calculado progressivamente, conforme segue:
 - a. Para cada paciente acima da média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora, será acrescido 5% (cinco por cento) sobre o valor da hora



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1-ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

contratada.

b. O adicional de performance fica limitado ao máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora contratada, ainda que o número de atendimentos/hora seja superior a 08 (oito).

c. O cálculo será efetuado individualmente por profissional, com base no número médio de atendimentos/hora apurado ao final do plantão, a partir dos registros oficiais em prontuário e nos sistemas disponibilizados pela FEAS.

d. Propomos um sistema de avaliação contínua, cujos critérios, metas e processos de aferição serão integralmente refletidos no edital de licitação e no subsequente contrato de serviços

(Eliminatório)	Desempenho Mínimo	Consistência produtividade	Exclusão do profissional da escala após 3 plantões com média < 4 pacientes/hora (salvo baixa demanda comprovada).
Qualidade e Segurança	Qualidade Percebida	Apuração Ouvidoria	Exclusão imediata do profissional após uma ocorrência moderada/grave, de devidamente apurada e qualificada.
(Eliminatório)	Registro Clínico	Conformidade auditoria	Mínimo de 95% de adequação em auditorias em semanais (amostragem de 10% dos prontuários).
Disponibilidade	Engajamento Profissional	Verificação de Atividade no Sistema	Ação contratual se houver ausência prolongada e injustificada de atividade no prontuário eletrônico.
Eficiência	Racionalidade de Recursos	% de solicitações de exames medicamentos parenterais	Metas de <5% e <15% e respectivamente, servindo como gatilho para auditoria qualitativa dos casos.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- _ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

		(pacientes de baixo risco)	
Administrativo	Assiduidade e Pontualidade	% de acionamentos atendidos no prazo	Meta de cumprimento ≥98%.

III. Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos **Gestores da Área de Urgência e Emergência da FEAS**.

IV. Consolidação Mensal: Os dados serão compilados em um **Boletim de Desempenho** mensal. Este documento servirá como base para a conferência da fatura da empresa contratada, detalhando a composição da remuneração variável e justificando eventuais sanções.

V. Não será devido o pagamento do adicional quando houver inconsistências no registro dos atendimentos, falha na alimentação do sistema ou descumprimento dos protocolos institucionais.

VI. A FEAS poderá revisar, a cada 06 (seis) meses, os critérios de cálculo e os percentuais aplicados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os resultados alcançados.

VII. O adicional por performance tem caráter variável, não incorporável à remuneração contratual e condicionado exclusivamente ao desempenho aferido.

VIII. A previsão desse pagamento visa estimular a eficiência, a qualidade assistencial e a redução de riscos de desassistência, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão adotadas em contratações públicas e privadas de serviços médicos.

7. De contratações correlatas

Informo que hoje temos ativo na Fundação outros contratos provenientes do Credenciamento 001/2023 e, apesar da similaridade dos objetos, faz-se necessário novo processo licitatório para que atenda a demanda de todas as unidades da Feas.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- ESTUDO TECNICO PRELIMINAR CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

O novo processo de credenciamento para serviços médicos generalistas não é uma mera repetição do processo para as unidades da Feas, mas sim um novo objeto, que visa atender necessidades específicas destas unidades. Cada processo licitatório possui um objeto próprio, delimitado pelas características e particularidades das unidades envolvidas.

Os serviços médicos devem ser ajustado ao seu funcionamento, incluindo funcionalidades que atendam às demandas de todas as unidades da Feas, além de um fluxo de atendimentos, definidos posteriormente aos contratos anteriormente firmados. Por isso, a contratação deve ser tratada como um processo independente, considerando a especificidade do objeto e da unidade, sem que haja fragmentação indevida.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Contratos decorrentes do Credenciamento 001/2023, conforme item 6.

10. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade.

A contratação está prevista no planejamento de custos da instituição.

11. Resultados pretendidos, em termos de efetividade.

Garantir a prestação de serviço qualificado aos usuários do SUS de Curitiba – sem desassistência.

12. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

Não necessários; as unidades da Feas já se encontram totalmente capacitadas para gerir e fiscalizar o contratado, bem como oferecer todas as condições para efetivação dos serviços.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- ESTUDO TECNICO PRELIMINAR CRED GENERALISTA %2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

Não há.

14. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Desta forma é totalmente viável e razoável a presente contratação.

Documento assinado digitalmente
ROSANE KRAUS
Data: 21/10/2025 15:31:09 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Rosane Kraus
Gerente Administrativa NUE



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

ANEXO 2 – VALORES PRATICADOS

Descrição	Qtde horas Máxima Anual	VALORES MÁXIMOS*	
		Valor Hora Produção mínima	Valor hora Produção Máxima
Serviços Médicos Generalistas Complementares	96.960	R\$ 138,00	R\$ 165,60
VALOR ANUAL TOTAL		R\$ 13.380.480,00	R\$ 16.056.576,00

Obs.: **Há vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada.**



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

ANEXO 3 – Minuta de Termo de Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025 – FEAS

Contrato Administrativo nº XXX/2025-FEAS para contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento, que entre si celebram a **Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Aos xxxxxx dias do mês de xxxxxx do ano de xxxxxxxxxxxxxxxx, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes de um lado a **FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE**, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob n.º 14.814.139/0001-83, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, **Sezifredo Paulo Alves Paz**, CPF/MF 366.713.809-10 e pela Diretora Administrativa Financeira, **Janaina Barreto Fonseca**, CPF/MF n.º 047.615.519-33, assistidos pelo Assessor Jurídico, **Pedro Henrique Igino Borges**, OAB/PR n.º 50.529, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, inscrito no CPF/MF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, com fundamento nas informações contidas no Processo Administrativo nº xxx/2025 – Feas, Credenciamento n.º XXXX e Termo de Referência, resolveram e acordaram firmar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Tem o presente, por objeto, a contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

Parágrafo Primeiro

Os serviços deverão ser prestados nas dependências da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo

Fazem parte do presente Contrato, como se nele houvessem sido transcritos, o Termo de



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Referência e a Proposta da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro

As pessoas que venham a executar os serviços decorrentes deste instrumento possuirão vínculo empregatício exclusivamente com a **CONTRATADA**, sendo esta titular e única responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamentos dos salários e demais vantagens, recolhimento de todas as obrigações sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas quando em serviço na forma expressa e considerada nos artigos 19 a 21, da Lei 8.213/1991, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a **CONTRATANTE**, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica em exclusividade de colaboração entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto

A **CONTRATADA** somente manterá na execução dos serviços objeto da presente contratação, profissionais que apresentem o seguinte perfil:

- a) Maiores de 18 (dezoito) anos.
- b) Portadores de atestado de boa saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- I. O objeto desta contratação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto neste contrato administrativo e seus anexos;
- II. Os serviços serão realizados para atendimento de pacientes adulto e infantil, usuários do Sistema Único de Saúde nas unidades de rede de urgência emergência e Atenção Primária à Saúde em que a Feas atua na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.
- III. O quantitativo estimado está descrito na tabela abaixo:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Tabela 01. Descrição dos Serviços

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

IV. Os serviços deste objeto serão prestados nas dependências das unidades sob gestão da Fundação Estadual de Atenção à Saúde e SMS.

V. Os atendimentos serão exclusivos aos beneficiários do Sistema Único de Saúde do município de Curitiba:

- A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas e prescrição terapêutica como ato médico completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, conforme a Resolução 1.958/2010- Conselho Federal de Medicina.
- A **CONTRATADA** prestará os serviços 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, conforme escala mensal previamente acordada entre as partes e aprovada pela **CONTRATANTE**.
- A **CONTRATADA** deverá informar mensalmente a relação com os nomes dos profissionais elegíveis para realizar o plantão.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- d) Deverá ser informado a relação de 30 profissionais que a empresa poderá disponibilizar à Feas para prestação dos serviços.
- e) A inscrição de novos profissionais fica sujeita a retirada de outros, na mesma quantidade de novos pedidos.
- f) Novos cadastros devem ser solicitados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização do primeiro plantão do profissional.
- g) A empresa é responsável por comunicar à Feas profissionais por ela informados para cadastro que não mais prestem serviços.
- h) A **CONTRATADA** deverá realizar a cobertura dos horários extraordinários originados por atestados ou faltas, originados pela ausência dos médicos contratados pela Feas, a solicitação será realizada via mensagem em aplicativo de celular pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá realizar o preenchimento em escala compartilhada, devendo a **CONTRATADA** providenciar a reposição em até 02 horas.
- i) Caso não haja o preenchimento na planilha, de forma correta, a **CONTRATANTE** poderá, solicitar a reposição pela próxima responsável.
- j) A empresa que não atender ao preenchimento da vaga, seja ela a responsável inicial, ou a chamada após a não cobertura das demais, será notificada e poderá ser penalizada pelo descumprimento contratual.
- k) O pagamento será realizado e descontado com base no valor das horas previstas na tabela do inciso III desta cláusula.
- l) Caso o profissional escalado pela empresa não cumpra, na média final dos atendimentos de plantão, de no mínimo de 4 pacientes por hora, as quantidades de horas que forem levantadas sem os atendimentos mínimos não serão pagas.
- m) A análise será feita por empregado designado pela gestão do contrato da Feas e levará em consideração as circunstâncias do atendimento (perfil de atendimento, atendimentos na unidade, dentre outros).
- n) Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão, obrigatoriamente, possuir diploma de medicina, pelo menos 6 meses de inscrição de registro no Conselho de Classe e inscrição ativa CRM/PR. Cursos na área de atuação e experiência comprovada, bem com estar em dia com todas as demais exigências conforme estabelecem os Conselhos Regionais e Federal de Medicina.
- o) As vagas solicitadas poderão ser canceladas pelo solicitante com 02 horas de antecedência sem causar ônus a **CONTRATADA**.
- p) A Feas reserva o direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto em Termo de Referência, neste contrato administrativo e seus anexos.

VI. Da Classificação e Rodízio para Distribuição da Demanda:

- a) A distribuição das demandas fica vinculada ao quantitativo solicitados pela gestão



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026
deste contrato e demais responsáveis designados pela Feas e será feita através de sorteio realizado, seguindo padrões estritamente impessoais e aleatórios, observado as condições técnicas dos credenciados e do serviço.

- b) O sorteio para alocação das demandas será realizado preferencialmente em reunião de comparecimento obrigatório, após a assinatura do (s) contratos (s).
- c) Em caso de impossibilidade de assim proceder, será designada uma nova data para a sua realização, cuja data será divulgada por meios eletrônicos.
- d) Os credenciados que se declararem impedidos de atender às demandas deverão apresentar documentação que justifique seu impedimento, em até 01 (um) dia útil antes do sorteio. Devendo endereçá-la ao setor de Contratos que avaliará, junto aos gestores, os motivos e suas implicações e decidirá pela aceitação ou não da justificativa apresentada.
- e) Em não sendo aceita a justificativa, os credenciados estarão sujeitos as sanções previstas na Lei 14.133/2021, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
- f) Quando houver mais de um credenciado os responsáveis designados pela Feas realizarão sorteio entre eles, a fim de estabelecer a ordem classificatória das empresas para prestação dos serviços.
- g) A ausência de manifestação do interessado/candidato não o exclui do sorteio para alocação das demandas, mas implica na aceitação do resultado. Após a realização do sorteio serão elaboradas as listas classificatórias, seguindo numeração sequencial iniciada no primeiro sorteio realizado, sendo que o conjunto destes alimentará um quadro de sorteios.
- h) Na distribuição de demandas definidas pela gestão do contrato e direção da Feas, os ganhadores iniciais, após receberem demandas aguardarão novamente sua vez de serem chamados até que todos os outros credenciados, nas mesmas condições, tenham recebido demanda, sendo que poderão ser chamadas quantas empresas forem necessárias ao preenchimento do solicitado.
- i) Os novos credenciados que ingressarem em chamamentos posteriores a este serão posicionados no quadro de sorteios logo após o último credenciado que integrar a lista de espera. Em não havendo, após o último ao qual se alocou demanda, situação que será repetida quando for realizada uma convocação geral de todos os credenciados.
- j) Caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a realização do serviço, se realizará uma convocação geral dos credenciados e será realizado sorteio para se alocar cada demanda, nos termos já expostos.
- k) Após a realização do sorteio, todos os presentes assinarão a ata.
- l) Caso a empresa, a qualquer tempo da prestação, queira o descredenciamento, este deverá ser encaminhado ao setor de contratos, sendo devidamente justificado.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- m) Os gestores analisarão as razões e, em sendo aceito o descredenciamento, a empresa ainda se obriga a continuar prestando os serviços pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

- I. Escalar para os serviços contratados pela Feas exclusivamente médicos inscritos no CRM/PR.
- II. Quando solicitado profissionais médicos para atuar nas unidades da rede de urgência e emergência a empresa só poderá encaminhar profissionais médicos habilitados a prestar serviços em todos os setores da unidade, estando esses capacitados para assumir sala de Emergência, setores adultos e pediátricos, se necessário, durante sua prestação do serviço.
- III. Quando solicitado médico para atendimentos ambulatoriais nas UPAS os profissionais devem cumprir com meta institucional de no mínimo 4 atendimentos por hora.
- IV. A empresa deverá encaminhar profissionais com experiência comprovada de no mínimo seis meses de atuação como generalista.
- V. Garantir o compromisso dos médicos escalados quanto à obediência aos protocolos assistenciais e rotinas definidas pelos serviços e aprovados pela Direção do das unidades sob gestão da Feas, bem como as normas do Regimento Interno do Corpo Médico.
- VI. Os profissionais deverão ter performance mínima em conformidade com o preconizado pela **CONTRATANTE**.
- VII. Providenciar em até 2 (duas) horas, sem quaisquer ônus para a Feas, a substituição do profissional que faltar ao serviço, por qualquer motivo, por outro profissional da **CONTRATADA**, da mesma especialidade, com a mesma qualificação e regulamentação exigidas.
- VIII. Encaminhar planilha atualizada com até 30 profissionais que estarão aptos à prestação dos serviços, devendo manter tal planilha atualizada.
- IX. Solicitar o cadastro de novos profissionais com antecedência mínima de 15 dias antes da realização do primeiro plantão.
- X. Designar médicos, quando solicitado pela Feas, para integrar comissões técnicas científicas e éticas da Feas.
- XI. Substituir qualquer médico cuja presença seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e qualidade dos serviços das unidades da Feas.
- XII. Responsabilizar-se por todas as normas e procedimentos de segurança, inclusive a obrigatoriedade no uso de equipamentos de proteção individual, relacionados às atividades realizadas pelos profissionais vinculados à **CONTRATADA**, que resultem ou venham a resultar da execução do presente Instrumento de contrato.
- XIII. Fornecer à Feas as escalas mensais de todos os plantonistas, com 30 (trinta) dias de



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

antecedência, com possibilidade de alteração, de conformidade com as necessidades, porém mediante comunicação formal ao gestor do contrato.

XIV. Comunicar por escrito ao gestor do contrato, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com a execução dos serviços, para as providências necessárias.

XV. Controlar o material utilizado, zelando pelo uso racional, prestando contas do seu uso quando solicitado pela Feas.

XVI. Todos os bloqueios de agenda deverão seguir o procedimento padrão, conforme normas estabelecidas por cada uma das unidades da Feas.

XVII. O pedido de cancelamento de agenda solicitado pelo médico, mesmo que justificado, implicará em desconto, caso não seja repostado e dependerá de autorização expressa do gestor de cada unidade.

XVIII. Assumir responsabilidade em relação a todos os ônus fiscais legalmente previstos como sendo de sua responsabilidade, advindos de valores pagos em razão deste Contrato.

XIX. Apresentar à **CONTRATANTE** nota fiscal até o 5º (quinto) dia útil após a realização dos serviços do mês imediatamente anterior, para que seja efetuado o pagamento correspondente.

XX. Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**.

XXI. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária que resultem da execução do contrato.

XXII. Responsabilizar-se por qualquer acidente a que tenha dado causa, de que possam ser vítimas seus profissionais no desempenho dos serviços do objeto deste contrato, na área infelizmente, bem como por suas consequências, além de fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI's – recomendados pelos setores competentes da Feas, os quais serão oferecidos pela **CONTRATANTE**.

XXIII. É obrigatório o uso de crachás pelos profissionais em atividades em qualquer das unidades da Feas, os quais serão fornecidos pela **CONTRATADA**.

XXIV. Eventuais substituições dos profissionais que se ausentarem de suas atividades para eventos científicos (congressos, jornadas, etc.) deverão ser providenciadas pela **CONTRATADA**, que informará a **CONTRATANTE** e ao gestor do contrato deste fato com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

XXV. Fica expressamente proibido os profissionais médicos prestadores de serviços, quando escalados, ausentarem-se das unidades da Feas, excetuando-se necessidade imperiosa devidamente justificada por escrito que será dirigida ao gestor do contrato e à **CONTRATANTE**.

XXVI. Fica expressamente proibido a contratação de médicos que façam parte do quadro de contratados da Feas.

XXVII. Fica expressamente proibido divisão de horário para descanso noturno.

XXVIII. Fica expressamente proibido ausentar-se da unidade ou afastar-se de seu posto de trabalho sem prover um substituto e comunicar o gestor local.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

XXIX. Fica expressamente proibida a veiculação de qualquer tipo de propaganda ou material com o nome da **CONTRATANTE**.

XXX. Os profissionais deverão observar estritamente os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas adotados nas normas vigentes do Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de saúde e das Unidades da Feas.

XXXI. Registrar a frequência dos profissionais, cuja disponibilização é de sua responsabilidade, possibilitando ao gestor do contrato o acesso às informações de ponto e frequência.

XXXII. Registrar os atendimentos no prontuário dos pacientes, e no sistema disponibilizado pela Feas.

XXXIII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedente à data de prestação dos serviços, motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos, com a devida comprovação.

XXXIV. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

XXXV. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, em especial no que se refere à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização.

XXXVI. Responsabilizar-se pelo fornecimento de crachás e jalecos.

XXXVII. Distribuir os profissionais conforme as necessidades e por determinação da equipe técnica da **CONTRATANTE**.

XXXVIII. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial de cada Unidade da Feas.

XXXIX. Atender de imediato às solicitações da **CONTRATANTE** quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

XL. Manter a prestação dos serviços, de forma ininterrupta, não permitindo qualquer tipo de paralisação.

XLI. Realizar visita do responsável pelo contrato na **CONTRATANTE** para reunião de rotina sobre andamento dos trabalhos sempre que for convocado para reunião na unidade/Feas.

XLII. Manter a **CONTRATANTE** informada, caso ocorra, do desligamento de funcionário ou mudanças que causem qualquer impacto na rotina do serviço.

XLIII. Responsabilizar-se por danos de qualquer natureza causados à **CONTRATANTE** e a terceiros, na execução dos serviços, decorrentes de culpa e/ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

XLIV. Comunicar à fiscalização da **CONTRATANTE**, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste contrato.

XLV. Apresentar escala de trabalho nos padrões da Feas.

XLVI. Participar obrigatoriamente dos treinamentos oferecidos pela instituição e assim como participar regularmente das reuniões da SCIH, quando convocado.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

XLVII.A CONTRATADA deverá encaminhar o comprovante de participação dos cursos obrigatórios dos profissionais juntamente com a relação mensal dos profissionais.

XLVIII. Cumprir o código de Ética Médica.

XLIX. O prestador contratado deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência anexo.

L. O prestador contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização da Feas ou comissão designada para tal ato.

LI. O prestador contratado deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos pacientes com relação aos atendimentos realizados.

LII. As despesas decorrentes do contrato dos profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta do prestador credenciado.

LIII. Utilizar empregados habilitados com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

LIV. Apresentar Cópia Licença Sanitária da licitante (dentro de seu prazo de validade), vinculada ao ramo de atividade. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar o protocolo de solicitação de renovação ou cópia (autenticada) do deferimento publicado em Diário Oficial.

LV. Disponibilizar sempre que solicitado relatórios que viabilizem a auditoria dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

LVI. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, respeitando as condições ou exigências contidas neste contrato administrativo, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela **CONTRATANTE** (Feas) e as normas técnicas e legais vigentes.

LVII. Cumprir rigorosamente o prazo de execução dos serviços.

LVIII. Responsabilizar-se em executar os serviços, objeto do presente, através de pessoas idôneas e especializadas, assumindo qualquer responsabilidade por danos ou falhas que as mesmas vierem a cometer no desempenho de suas funções, obrigando-se ainda a indenizar a **CONTRATANTE** por todos os prejuízos que eventualmente ocasionarem.

LIX. Manter contatos com a **CONTRATANTE**, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da execução dos serviços, prestando todo e qualquer esclarecimento solicitado, e obrigando-se a atender prontamente as reclamações que porventura ocorrerem.

LX. Manter o quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato administrativo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a **CONTRATANTE**, sendo de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

LXI. Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

prestados.

LXII. Comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, quaisquer anormalidades de caráter urgente, condições inadequadas para a execução dos serviços e a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, comprometendo-se a prestar todos os esclarecimentos julgados necessários.

LXIII. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente contrato administrativo em Termo de Referência.

LXIV. Responsabilizar-se pela omissão de valor ou volume de qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução do objeto ora contratado.

LXV. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional a **CONTRATANTE**.

LXVI. Iniciar a prestação dos serviços dentro dos prazos definidos no CONTRATO, quando deverá ser dado início à prestação do serviço, computando o prazo para pagamento das atividades.

LXVII. Não veicular publicidade acerca da contratação sem expressa e prévia autorização da **CONTRATANTE**.

LXVIII. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021).

LXIX. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

LXX. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

LXXI. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social. 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União. 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda *Municipal, Estadual ou Distrital* do domicílio ou sede do contratado. 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF. e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

LXXII. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**, salvo na hipótese do § 2º, do art.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

121, da Lei n.º 14.133/2021.

LXXIII. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

LXXIV. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

LXXV. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

LXXVI. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

LXXVII. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

LXXVIII. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

LXXIX. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

LXXX. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

LXXXI. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

LXXXII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

LXXXIII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

LXXXIV. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

LXXXV. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão **CONTRATANTE**.

LXXXVI. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

no trabalho.

LXXXVII. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

LXXXVIII. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência anexo, no prazo determinado.

LXXXIX. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

XC. Disponibilizar ao **CONTRATANTE** os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

XCI. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes.

XCII. Atender às solicitações do **CONTRATANTE** quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito em Termo de Referência.

XCIII. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

XCIV. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

XCV. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Proporcionar todas as condições para que a **CONTRATADA** possa disponibilizar e desempenhar o serviço de acordo com as determinações deste instrumento.

II. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de referência que deu origem ao Contrato.

III. Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre irregularidades verificadas nas inscrições fornecidas, para que sejam corrigidas ou substituídas.

IV. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de comissão especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês, ano, bem como o nome dos profissionais eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

V. Providenciar a fiscalização dos serviços executados, através de profissionais do seu corpo funcional.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

VI. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste contrato administrativo e seus anexos.

VII. Solicitar, em função de qualidade ou eficiência, a repetição dos laudos, sempre que constatar irregularidades.

VIII. Comunicar de imediato à **CONTRATADA**, quaisquer anormalidades de funcionamento.

IX. Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, do presente ajuste.

X. Efetuar o pagamento ao fornecedor nas condições e valores correspondentes ao serviço contratado.

XI. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente instrumento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

XII. Orientar, se necessário, a **CONTRATADA** no exercício de suas atribuições, fornecendo subsídios para a elaboração do planejamento das atividades.

XIII. Fornecer a documentação necessária para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços de acordo com as normas estabelecidas em Termo de Referência.

XIV. Fornecer as informações e as orientações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente instrumento.

XV. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

XVI. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como os do art. 48 da Lei n.º 14.133/2021).

XVII. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado.

XVIII. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no menor prazo possível.

XIX. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

XX. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XXI. Comunicar o contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo **CONTRATANTE**, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

XXII. Notificar por escrito a **CONTRATADA** se verificado qualquer problema nos serviços prestados. Poderá ser ordenada a suspensão dos serviços e, respectivos pagamentos, se dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

Pela prestação dos serviços constantes neste contrato está previsto o valor máximo de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX, o qual será pago de acordo com os serviços efetivamente prestados, conforme tabela abaixo, obedecendo-se em todo o caso o valor efetivamente homologado:

Descrição	Qtde horas Máxima Anual						
Serviços Médicos Generalistas Complementares	96.960						
VALOR ANUAL TOTAL							

Parágrafo Único

As despesas decorrentes dos serviços ora contratados correrão por conta de recursos próprios da **CONTRATANTE**, previstos em seu orçamento, recebíveis através de Contrato de Gestão celebrado com o Município de Curitiba, para atender as metas definidas.

CLÁUSULA SEXTA– DO PAGAMENTO

I. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de pagamento.

II. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade.
- b. data da emissão.
- c. os dados do contrato e do órgão **CONTRATANTE**.
- d. o período respectivo de execução do contrato.
- e. o valor a pagar. e



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

III. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à **CONTRATANTE**.

IV. A empresa deverá entregar na Unidade até o 5º dia do mês subsequente ao plantão, antes da emissão da Nota Fiscal, relatório dos plantões realizados no mês contendo nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço, carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues pela empresa e seu representante.

V. Após a conferência, será autorizada a emissão da nota fiscal.

VI. O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação das respectivas faturas/notas fiscais, atestadas definitivamente pelo gestor ou fiscal do contrato.

VII. Quando da apresentação da Nota Fiscal deverá apresentar:

- Nota Fiscal de prestação de serviço com descritivo do serviço prestado relacionando a quantidade dos plantões/ horas cobrados, valor unitário e valor total;
- relatório dos plantões realizados de acordo com a escala (atualizado caso haja glosa de plantões),
- escala de plantão da especialidade;
- certidões negativas ou positivas com efeitos negativos de débitos (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS);
- a partir da emissão da segunda Nota fiscal poderá ser exigida a apresentação de documentação comprobatória da quitação dos encargos trabalhistas e tributos relativos aos empregados, referente ao mês anterior a cobrança (se for o caso).

VIII. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar os seus débitos.

IX. Para efeito de faturamento mensal só poderão ser cobrados os exames executados e laudos liberados mediante apresentação da documentação prevista.

X. Do Pagamento por Performance

- O pagamento da hora normal será realizado conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, observado o cumprimento da meta mínima de atendimento de 04 (quatro) pacientes/hora.
- Os profissionais médicos que superarem a média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora farão jus a um adicional de performance, calculado progressivamente, conforme item II, do capítulo 7.1, do Termo de Referência.
- Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos Gestores das unidades que receberam estes profissionais.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

d. Consolidação Mensal: Os dados serão compilados em um Boletim de Desempenho mensal. Este documento servirá como base para a conferência da fatura da empresa contratada, detalhando a composição da remuneração variável e justificando eventuais sanções.

e. Não será devido o pagamento do adicional quando houver inconsistências no registro dos atendimentos, falha na alimentação do sistema ou descumprimento dos protocolos institucionais.

f. A FEAS poderá revisar, a cada 06 (seis) meses, os critérios de cálculo e os percentuais aplicados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os resultados alcançados.

g. O adicional por performance tem caráter variável, não incorporável à remuneração contratual e condicionado exclusivamente ao desempenho aferido.

h. A previsão desse pagamento visa estimular a eficiência, a qualidade assistencial e a redução de riscos de desassistência, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão adotadas em contratações públicas e privadas de serviços médicos.

XI. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

XII. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

XIII. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

XIV. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

XV. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

XVI. No caso de empresas com prestação de serviços de mão de obra exclusiva, as empresas deverão apresentar:

1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar a seguinte documentação:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- a. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.
 - b. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela **CONTRATADA**.
 - c. exames médicos admissionais dos empregados da **CONTRATADA** que prestarão os serviços. e
2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):
- a. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND).
 - b. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado.
 - c. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF). e
 - d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
3. entrega, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, de quaisquer dos seguintes documentos:
- a. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração **CONTRATANTE**.
 - b. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte **CONTRATANTE**.
 - c. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários.
 - d. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado. e comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria.
6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.
7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela **CONTRATADA**, os documentos elencados no item 1 acima deverão ser apresentados.
10. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
11. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a **CONTRATADA** deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
12. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
13. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
14. Não haverá pagamento adicional pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
15. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
16. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
17. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
18. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
19. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
20. A Administração **CONTRATANTE** poderá conceder um prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
21. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a **CONTRATANTE** comunicará o fato à



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

22. Não havendo quitação das obrigações por parte da **CONTRATADA** no prazo de quinze dias, a **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **CONTRATADA** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

23. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela **CONTRATANTE** para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

24. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**.

25. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

26. A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

27. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

28. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

XVII. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Parágrafo Primeiro

A Nota Fiscal deverá vir em nome da Fundação Estadual de Atenção à Saúde, com sede à Rua Lothário Boutin, n.º 90, Pinheirinho, Curitiba, Paraná, CEP 81.110-522, inscrita no CNPJ sob n.º 14.814.139/0001-83. As notas deverão encaminhadas ao setor de contratos para o e-mail contratos@feas.curitiba.pr.gov.br sempre com confirmação de leitura.

Parágrafo Segundo

Sendo identificada pela **CONTRATANTE** a cobrança de valor indevido nas faturas apresentadas, esta comunicará por escrito à **CONTRATADA**, em até 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil após



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

a protocolização das Notas Fiscais/Fatura. Neste caso, o prazo previsto no caput desta Cláusula será suspenso, até que haja a regularização da cobrança, sendo reiniciado o prazo para pagamento da fatura a partir dessa nova data, sem a ocorrência de quaisquer encargos à **CONTRATANTE**, seja a que título for.

Parágrafo Terceiro

Em sendo constatada pela **CONTRATANTE** a cobrança de valor indevido após o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, a **CONTRATANTE** comunicará por escrito a **CONTRATADA**, a qual deverá efetuar o ressarcimento desses valores no faturamento do mês subsequente ao da comunicação.

CLÁUSULA SÉTIMA– DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste após decorridos 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 382/2023 e Instrução Normativa nº 02/2021 – SMF, ou seja, será adotado como critério de reajuste o IPCA.

Ainda, nos casos em que haja mão de obra com dedicação exclusiva, a empresa poderá requerer a repactuação, quando da publicação da nova Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA– DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários na prestação de serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o art. 125 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Único

Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, exceto supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

I. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- a. der causa à inexecução parcial do contrato.
 - b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
 - c. der causa à inexecução total do contrato.
 - d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
 - e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
 - f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
 - h. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato.
 - i. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
 - j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
 - k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.
 - l. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- a. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).
 - b. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei).
 - c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
 - d. Multa:
 - 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 07 dias.
 - 2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

4. de 10% (dez por cento) sobre a parcela a ser adimplida, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei n.º 14.133/2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

III. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE** (art. 156, §9º)

IV. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

a. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

b. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

c. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

V. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

VI. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a. a natureza e a gravidade da infração cometida.

b. as peculiaridades do caso concreto.

c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d. os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VII. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

VIII. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

IX. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

X. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa **CONTRATADA** será a única e exclusiva responsável pela entrega do objeto, todavia a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, designando, para tanto, um servidor para acompanhamento, que poderá entre outros:

- a) Notificar a empresa **CONTRATADA**, por escrito, pela ocorrência de eventuais imperfeições na execução do contrato, fixando prazo para sua correção.
- b) Solicitar à empresa **CONTRATADA**, a substituição de qualquer produto fornecido que esteja em desacordo ou insatisfatório.
- c) Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução dos serviços.

Parágrafo Único

A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS

Correrão por conta exclusivos da **CONTRATADA**, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, ou vierem a ser criados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RENÚNCIA

A **CONTRATADA**, por si e por seus eventuais sucessores, renuncia expressamente a qualquer ação, questionamento ou pedido de devolução judicial ou administrativo relativamente aos tributos municipais incidentes sobre o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

A rescisão do contrato poderá ser:

- I. Unilateralmente e por escrito pela CONTRATANTE, nos casos de descumprimento pela CONTRATADA das condições pactuadas e, ainda, na forma dos incisos II, do artigo 102 da Lei nº 14.133 e alterações, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- II. Por acordo amigável entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE. Deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- III. Por iniciativa das partes na via administrativa ou judicial, nos casos enumerados nos incisos I a III, do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021 e alterações, hipóteses em que, desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, em conformidade com o disposto no parágrafo 2º e incisos, do artigo 79 e 80, daquele diploma legal.

Parágrafo Primeiro

Poderá ainda o contrato ser rescindido por qualquer uma das partes, a qualquer tempo, observadas as seguintes condições:

- a) Na hipótese de a CONTRATADA solicitar a rescisão, esta deverá continuar prestando os serviços por período a ser estipulado pela CONTRATADA, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da solicitação de rescisão.
- b) Na hipótese de a CONTRATANTE solicitar a rescisão, deverá efetuar comunicação por escrito à CONTRATADA, com antecedência mínima de até 60 (sessenta) dias, sendo então pagos os serviços comprovadamente prestados, não cabendo à CONTRATADA qualquer outra compensação ou indenização, seja a que título for.

Parágrafo Segundo

Se, a qualquer tempo, na vigência deste contrato, a CONTRATADA tiver decretada sua falência ou vier a se dissolver, de pleno direito ou extrajudicialmente, fica o presente contrato automaticamente rescindido, sem prejuízo da resolução de eventuais pendências.

Parágrafo Terceiro

É vedado à CONTRATADA ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem prévia e expressa autorização e concordância da CONTRATANTE.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA OBSERVÂNCIA À LEI 14.133/2021

O presente instrumento sujeita a CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas contidas na Lei nº 14.133/2021 bem como demais legislações aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

I. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este órgão ou entidade não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade, ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção, na hipótese do subitem anterior, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

II. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

b. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

III. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

IV. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

Indenizações e multas.

V. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** e à aplicação das penalidades cabíveis.

VI. O **CONTRATANTE** poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

VII. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

VIII. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o **CONTRATANTE** reterá:

- a.** a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021). e
- b.** os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

IX. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 30 dias, o **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

X. O **CONTRATANTE** poderá ainda:

- a.** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria. e
- b.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

XI. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOS GESTORES

Ficam designados para o presente contrato, os seguintes agentes nas respectivas funções:

Gestora: Rosane Kraus – Matrícula 1370

Suplente: Sulamita de Paula Santos – Matrícula 548

Fiscal Técnico/ Administrativo: Luiza Regina Antônio Zapani – Matrícula 1744

Suplente: Juliana Czarnobay – Matrícula 2525

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA VIGÊNCIA

O contrato será celebrado pelo período de 12 (doze) meses, tendo sua vigência a partir da



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

assinatura deste, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

A **CONTRATADA**, por si e por seus empregados, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados da **CONTRATANTE**. No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá:

- I. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
- II. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.
- III. Garantir, que os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente. Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.
- IV. Notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados de que venha a ter conhecimento ou suspeita.

Parágrafo primeiro

A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

Parágrafo segundo

Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento e, em no prazo máximo de 30 dias, sob instruções e na medida do determinado pela **CONTRATANTE**, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

Parágrafo terceiro

A **CONTRATADA** declara, por meio deste instrumento, que:

- I. Cumpre a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, especialmente a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD"), sem exclusão das demais normas setoriais ou gerais sobre o tema. implementando todas as medidas técnicas de segurança da informação disponíveis, além de medidas organizacionais para controle de acesso aos Dados Pessoais.
- II. Atua como Controladora de Dados Pessoais, de forma autônoma e independente, nos termos da LGPD, respondendo pelas atividades de Tratamento a que tenha ingerência, incluídas aquelas conduzidas por seus empregados e, em nenhuma hipótese a **CONTRATANTE** será responsabilizada pelo Tratamento de Dados Pessoais realizados pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO E DAS DIRETRIZES DO BANCO MUNDIAL

- I. As partes contratantes se comprometem a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000. a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002. e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.
- II. A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013. (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Primeiro

A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste contrato administrativo, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

Parágrafo Segundo



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

- I. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa.
- II. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa.

Parágrafo Terceiro

A **CONTRATADA** obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país." Art. 4º Do Termo de Integridade e Ética a ser exigido quando da assinatura dos instrumentos pactuados:

Parágrafo Quarto

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXX, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF nº XXXXXXXXX declaro, para os devidos fins, que a empresa ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção.

Outrossim, declaro que a empresa emenda os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de integridade. Reconheço que o que subscrevo é verdade, sob as penas da lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Elegem as partes o foro da cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para as ações que porventura decorram do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Curitiba, xx de xxxxxxx de xxxxxx.

Sezifredo Paulo Alves Paz

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Diretor-Geral – Feas

Contratada

Janaina Barreto Fonseca

Diretora Administrativa Financeira – Feas

Pedro Henrique Igino Borges

Assessor Jurídico – Feas

1ª Testemunha

2ª Testemunha

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 15:36:15



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-021633/2026

DE: FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

PARA: FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Retorno para demais encaminhamentos.

Curitiba , 03 de fevereiro de 2026 - 15:27:02

Assinado eletronicamente por Brenda Aline da Silva de Souza - 54 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matricula 277 em 03/02/2026 15:36:16